



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA**

**SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE
MATO GROSSO – SFA-MT**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS
ORDINÁRIA ANUAL**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO
EXERCÍCIO DE 2010**

Março/2011



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA**

**SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE
MATO GROSSO – SFA-MT**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS
ORDINÁRIA ANUAL**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO
EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da instrução Normativa TCU nº 063/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010.

Várzea Grande, 31/03/2011

Março/2011

FRANCISCO MORAES CHICO COSTA

Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ALEXANDRINA BATISTA DE CAMPOS

Seção de Planejamento e Acompanhamento – SePA

LORENNE GOMES DE ANGELIS

Seção de Apoio Operacional e Divulgação - SAOD

ALZIRA MENEZES DE ARAÚJO CATUNDA

Chefe da Divisão Defesa Agropecuária - DDA

ÊNIO JOSÉ DE ARRUDA MARTINS

Chefe do Serviço de Saúde Animal – SSA

DALCI DE JESUS BAGOLIN

Chefe do Serviço da Sanidade Vegetal - SSV

ANTÔNIO SÉRGIO MARQUES TELES LOBO

Chefe do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA

CLOVIS COSTA KNABBEN

Chefe do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – SIPOV

GRAYCE CARVALHO KERBER

Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários - SEFIP

SIDNEI FRANCISCO CRUZ

Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas - SEFIA

CLEOMAR JOSÉ DA COSTA

Chefe da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG

JOSENICE AUXILIADORA TAVARES SIQUEIRA

Chefe da Divisão de Administração – DAD

NADIR EROTILDES DE JESUS DA COSTA

Chefe do Serviço de Gestão de Pessoas - SGP

JOSÉ GERALDO FERREIRA DE SOUZA

Chefe do Serviço de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF

ANA LUIZA DE ALMEIDA NETA

Seção de Atividades Gerais – SAG

Coordenação:

DALCI DE JESUS BAGOLIN

Interlocutor da Gestão Estratégica na SFA-MT

Elaboração:

Equipes Técnica e Administrativa da SFA-MT

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SFA-MT – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Mato Grosso
SUASA – Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária
SSA – Serviço de Saúde Animal
SSV – Serviço de Sanidade Vegetal
SIPOA - Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal
SIPOV - Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
SEFIP - Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários
SEFIA - Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas
SISBOV – Sistema Brasileiro de Rastreabilidade Bovina
MANUTCGAS - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas
FISCONTRATO - Fiscalização de contratos de repasse
FISCAGRIC1 - Fiscalização de serviços agrícolas
APPRODUTOR - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário
DESENGORG - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-orgânico
PROMOCOOP2 - Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo
ORGMANEJO1- Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Rec. Naturais em Agroecossistemas
CERTORGAN1- Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica
RASTREAB1 - Desenvolvimento e Mon. de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar
FISFECOI - Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes
FISCALSEM1 - Fiscalização de sementes e mudas
FISAGROTOX - Fiscalização de agrotóxicos e afins
FISCINAN - Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal
FISPROVET1 - Fiscalização de produtos de uso veterinário
FISCGENE - Fiscalização de material genético animal
PCEVEGETAL - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais
PCEANIMAL - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais
FEBREAFTOS - Erradicação da Febre Aftosa
VIGIFITO1 - Vigilância e Fis. Trânsito Interestadual de Vegetais, Seus Produtos e Insumos
VIGIZOO2 - Vigilância e Fis. Trânsito Interestadual de Animais, Seus Produtos e Insumos
FISCPLANTA2 - Vigilância e Fisc. do Trânsito Intern. de Vegetais, Seus Produtos e Insumos
FISCANIMAL2 - Vigilância e Fisc. do Trânsito Intern. de Animais, Seus Produtos e Insumos
FISCORGEN - Fiscalização das atividades com organismos geneticamente modificados
IPVEGETAL2 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal
PADCLASSIF - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais
INSPANIMAL3 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal

SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO	8
2	OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS	9
2.1	Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas	9
2.2	Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	13
2.3	Programas e Ações sob responsabilidade da unidade	24
2.3.1	Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	24
2.3.2	Execução Física das ações realizadas pela UJ	24
2.4	Desempenho Orçamentário e Financeiro	96
2.4.1	Programação Orçamentária	96
2.4.2	Execução Orçamentária da Despesa	97
2.4.3	Indicadores Institucionais	100
3	INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.	100
4	INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.	100
5	RECURSOS HUMANOS	101
5.1	Composição do Quadro de Servidores Ativos- Situação apurada em 31/12/2010	101
5.2	Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010	101
5.3	Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010	102
5.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	102
5.4.1	Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010	102
5.4.2	Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010	102
5.5	Composição do Quadro de Estagiários	103
5.6	Custos Associados à Manutenção dos Recursos Humanos	104
5.7	Locação de Mão de Obra mediante contratos de prestação de serviços	106
5.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	106
6	INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	107
6.1	Transferências Efetuadas no Exercício	107

6.1.1	Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010	107
6.1.2	Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios	107
6.1.3	Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes	108
6.1.4	Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse	108
6.1.5	Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse	109
7	DECLARAÇÕES SOBRE SIASG E SICONV	110
8	INFORMAÇÕES SOBRE A ENTREGA DE DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS	112
9	ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNOS DA UJ	113
10	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	114
11	GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	115
11.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	115
11.2	Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	116
12	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	116
13	INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	117
14	RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ	119
15	ATENDIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	119
15.1	Deliberações do TCU atendidas no exercício	119
15.2	Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	120
15.3	Recomendações do Órgão de Controle Interno atendidas no exercício	120
15.4	Recomendações do Órgão de Controle Interno pendentes de atendimento ao final do exercício	132
16	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	133

INTRODUÇÃO

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso – SFA-MT, é uma unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Neste relatório a SFA-MT, como Unidade Jurisdicionada, apresenta sua gestão em 2010 nos termos do artigo 3º da Instrução Normativa TCU nº. 57 de 27 de agosto de 2008.

Mais especificamente, a estrutura deste Relatório segue as Orientações Complementares para elaboração do Relatório de Gestão conforme as normas editadas pelo Tribunal de Contas que fazem a remissão necessária a cada um dos itens do Anexo II da DN TCU nº 063/2010 e da Portaria TCU no. 277/2010, dispondo sobre os conteúdos do Relatório de Gestão nos termos do artigo 3º da Instrução Normativa TCU no. 57/2008.

Os itens do conteúdo geral A do Anexo II da DN TCU 100/2009 que não dizem respeito a esta UJ são os seguintes:

- Programação de Despesas Correntes. Não se aplica. A UJ não é Unidade Orçamentária.
- Programação de Despesas de Capital. Não se aplica. A UJ não é Unidade Orçamentária.
- Quadro Resumo da Programação de Despesas. Não se aplica. A UJ não é Unidade Orçamentária.
- Execução Orçamentária de Créditos Originários na UJ. Não se aplica. A UJ não é Unidade Orçamentária.
- Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ. Não se aplica.

Ressalte-se que segundo as disposições acima foram elaboradas as seções segundo a relação apresentada no SUMÁRIO.

As principais realizações da SFA-MT durante o exercício estão apresentadas no transcurso do relatório.

Os principais resultados a serem buscados em 2010 são: o alcance com eficiência, eficácia e efetividade das metas previstas nas Ações (PIs) presentes na SFA-MT; a melhor estruturação do espaço físico e da rede de dados da Superintendência; a ampliação do quadro de servidores de forma a atender às necessidades do serviço e o aprimoramento e consolidação da Gestão Estratégica.

1 Identificação

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso			
Denominação abreviada: SFA-MT			
Código SIORG: 002293		Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 130077
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Regulação das Atividades Econômicas			Código CNAE: 8413-2/00
Telefones/Fax de contato:	(065) 3688-6701	(065) 3688-6707	(065) 3688-6757 - Fax
Endereço eletrônico: gab-mt@agricultura.gov.br e spa-mt@agricultura.gov.br			
Página da Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Alameda Aníbal Molina, s/nº, Bairro Porto, Várzea Grande – MT – CEP 78115-901			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada Anexo I do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Portaria nº 428, de 09 de Junho de 2010. Art. 1º Às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinadas ao Ministro de Estado, consoante orientação técnica dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, compete executar atividades e ações de: I - defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias; II - fomento e desenvolvimento agropecuários e da heveicultura; III - assistência técnica e extensão rural; IV - infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural; V - produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool; VI - administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim de serviços gerais; VII - planejamento estratégico e planejamento operacional; VIII - programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados; IX - qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e X - aperfeiçoamento da gestão da Superintendência Federal. Parágrafo único. As Superintendências Federais têm jurisdição no âmbito de cada Estado da Federação e do Distrito Federal, podendo haver alteração desse limite, no interesse comum, para execução das atividades de defesa agropecuária e de apoio à produção e à comercialização agropecuárias, à infraestrutura rural, bem como ao cooperativismo e ao associativismo rural, mediante ato do Ministro de Estado.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Lei de Proteção de Cultivares nº 9.456/97 e Decreto no 2.366/97 e Lei de Sementes nº 10.771/03 e Decreto 5.153/04, Decreto 30.691/52 – Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal - RISPOA Decreto 24.114/34 - Defesa Sanitária Vegetal, dentre outros.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
130077	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em MT		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
130077		00001	

2 Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

2.1 Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas

Na história recente de Mato Grosso, o Estado passou rapidamente de fronteira agrícola para liderança na produção agropecuária nacional. Atualmente é líder na produção de soja, algodão e em rebanho bovino. É destaque na produção de milho, está retomando a produção de arroz e a produção de suínos e aves cresce de forma expressiva. Na agricultura, destaca-se pela grande eficiência técnica e pelo nível empresarial das propriedades. Grandes investimentos estão sendo feitos na agroindustrialização, de modo a agregar valor a esta produção. Existe ainda grande potencial de crescimento na área de produção de agroenergia, reflorestamento, produção de borracha e ovinocultura. A existência de grande número de assentamentos rurais abre a perspectiva, desde que devidamente orientados e apoiados, de que estes promovam um incremento na produção da agricultura familiar, notadamente na fruticultura, bem como na produção orgânica.

Entre os entraves a esta produção podemos destacar as dificuldades na logística de transporte, devido às grandes distâncias e a existência ainda de grandes trechos de estrada sem pavimentação, apesar dos investimentos realizados nos últimos anos. O alto custo dos insumos, notadamente de fertilizantes, que são em sua grande parte importados, é outro grande gargalo a produção agrícola. Alia-se a estes fatores, a necessidade de realizar o crescimento da agricultura e da pecuária de forma sustentável, garantindo-se a preservação adequada do meio natural e da biodiversidade. Ressalta-se também a ocorrência cada vez maior de barreiras sanitárias e fitossanitárias, os elevados gastos com o controle de pragas e doenças, bem como exigências de certificação e rastreabilidade por parte dos consumidores e países importadores.

Neste contexto, se insere o trabalho da **Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso – SFA-MT**, que tem dentre seus objetivos Garantir a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal para os consumidores; Garantir a qualidade dos insumos agropecuários para os produtores; Promover a defesa e vigilância sanitária e fitossanitária do Estado bem como Fomentar o desenvolvimento socioeconômico de nossa agropecuária.

A implementação deste trabalho segue as diretrizes do Mapa Estratégico do Ministério, que tem como premissas a Missão e Visão de Futuro abaixo apresentadas:

Missão

“Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira”

Visão de Futuro prevista para o ano de 2015

“Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas Públicas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio”.

Para atingir a VISÃO DE FUTURO e promover a MISSÃO foi elaborado o Planejamento Estratégico até 2015, utilizando a ferramenta Balanced Scorecard, onde são definidos os Objetivos Estratégicos e seus Indicadores de Desempenho e Resultado, bem como as Tarefas que devem ser realizadas para que estes objetivos sejam atingidos. A seguir listamos os Objetivos Estratégicos que estão relacionados com as ações realizadas pelo Ministério na Superintendência.

Perspectiva da Sociedade	
Impulsionar o desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio	Participar do desenvolvimento do país, ao fomentar a produção agropecuária, gerar emprego e aumentar a renda, principalmente no meio rural, trazendo estabilidade aos agentes do agronegócio. Contribuir para a interiorização do desenvolvimento, o incremento da arrecadação de impostos e a geração de excedentes exportáveis que impactam a balança comercial brasileira.
Garantir a Segurança Alimentar	Garantir a produção de alimentos com qualidade e inocuidade e em quantidade suficiente para gerar preços competitivos, possibilitando o acesso da população. Contribuir para a manutenção da saúde do povo, trazendo melhoria na qualidade de vida.
Perspectiva do Agronegócio e Parceiros	
Ser Excelente na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Agronegócio	Atuar e ser percebido como implementador de políticas e fornecedor de produtos e serviços com alto nível de excelência (efetividade, credibilidade, agilidade, tempestividade, inovação e democracia), visando atender adequadamente às demandas do agronegócio, contribuindo para sua sustentabilidade e competitividade.
Perspectiva dos Processos Internos	
Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária	Incentivar a criação de atributos e características que resultem em um maior valor econômico, social e ambiental dos produtos. Promover a rastreabilidade, certificação, produção integrada, produção de orgânicos, identificação geográfica e integração lavoura-pecuária, entre outros, contribuindo para a maior geração de renda do produto.
Desenvolver e Garantir o Acesso a Tecnologias	Induzir a geração de novas tecnologias e ampliar sua difusão, com base nas demandas do setor e em estudos prospectivos, buscando o aumento da produtividade e da qualidade, a redução de custos, a sustentabilidade e a preservação dos recursos naturais. Apoiar processos de implantação de inovações tecnológicas, sobretudo para médios e pequenos produtores.
Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos	Garantir a segurança dos alimentos, com custos competitivos, por meio da adequação do modelo de Defesa Agropecuária à dinâmica do setor e às regras internacionais; do aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção, erradicação e controle de pragas e doenças; e da ampliação dos instrumentos de fiscalização e auditoria dos processos de produção de alimento. Desenvolver e ampliar ações de educação sanitária para produtores e consumidores.
Aprimorar a Articulação do Agronegócio e sua Participação nas Ações do MAPA	Aumentar e aperfeiçoar o relacionamento com entidades privadas e públicas (Federal, Estadual e Municipal), buscando influenciar a elaboração e execução de políticas de interesse do setor. Além disso, subsidiar o Poder Legislativo com informações para obter a formulação e aprovação de projetos de interesse do agronegócio. Articular e negociar com entidades de representação do agronegócio, buscando a consideração de seus interesses na elaboração e implementação de políticas para o setor.
Fortalecer o Processo de Gestão Estratégica no MAPA	Fortalecer o processo de gestão estratégica, consonante ao plano de Governo, visando garantir o alinhamento interno entre os planejamentos estratégico e operacional e entre áreas e unidades descentralizadas.
Melhorar Continuamente a Infraestrutura e os Processos de Trabalho	Otimizar (mapear, melhorar continuamente, implantar e automatizar) processos de trabalho, visando o aperfeiçoamento da gestão operacional. Melhorar processos finalísticos e de apoio, revisar normas com o objetivo de dar mais agilidade e qualidade aos serviços e produtos ofertados. Dotar, manter e atualizar infraestrutura necessária para a execução adequada das atividades desenvolvidas.
Ter Eficiência e Transparência na Execução Orçamentária e Financeira	Articular a alocação e disponibilização dos recursos e acompanhar sua aplicação. Ampliar a transparência por meio do acesso às informações sobre a atuação do Ministério, oferecendo à sociedade e ao agronegócio a oportunidade de fiscalizar a aplicação dos recursos.
Perspectiva das Pessoas e do Conhecimento	

Valorizar e Motivar as Pessoas e Fortalecer o Trabalho em Equipes Interdisciplinares	Melhorar o clima organizacional, por meio da valorização e motivação do corpo funcional, estimulando a integração entre as diversas unidades organizacionais do MAPA, formando equipes multidisciplinares e interdepartamentais com o objetivo de atingir resultados mais efetivos.
Desenvolver Cultura Orientada a Resultados	Desenvolver cultura focada em resultados, visando a mudança comportamental, por meio da motivação, do comprometimento e do engajamento necessários à consecução dos objetivos estratégicos do MAPA.

A SFA-MT participa da execução das ações do Plano Estratégico principalmente realizando as ações operacionais que são de sua alçada e responsabilidade bem como participando de grupos de trabalho que visam à reformulação e o aperfeiçoamento de legislações que amparam o trabalho do MAPA, contribuindo com a visão de quem está na ponta executando o trabalho.

A Superintendência realizou durante 2010 reuniões de acompanhamento dos Indicadores e Resultados do Plano Estratégico, bem como dos Resultados Operacionais da SFA-MT, tendo estas reuniões contribuindo para a melhor execução dos trabalhos tanto no nível estratégico como no operacional, bem como estimulado o desenvolvimento no corpo funcional de competências ligadas à gestão.

Em 2010 implantamos uma ferramenta denominada Painel de contribuição que facilita o acompanhamento dos resultados operacionais e estratégicos da Superintendência.

MAPA ESTRATÉGICO

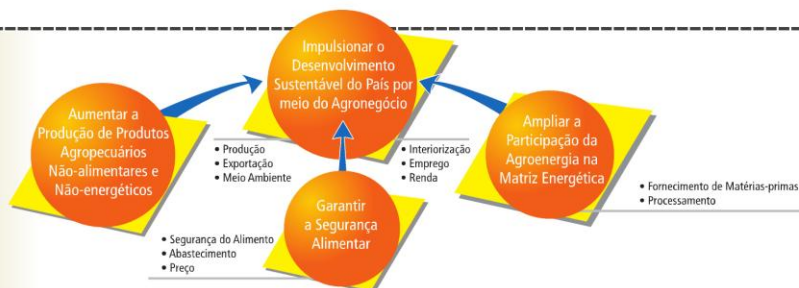
Missão Institucional

Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira.

Visão 2006 - 2015

Ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio.

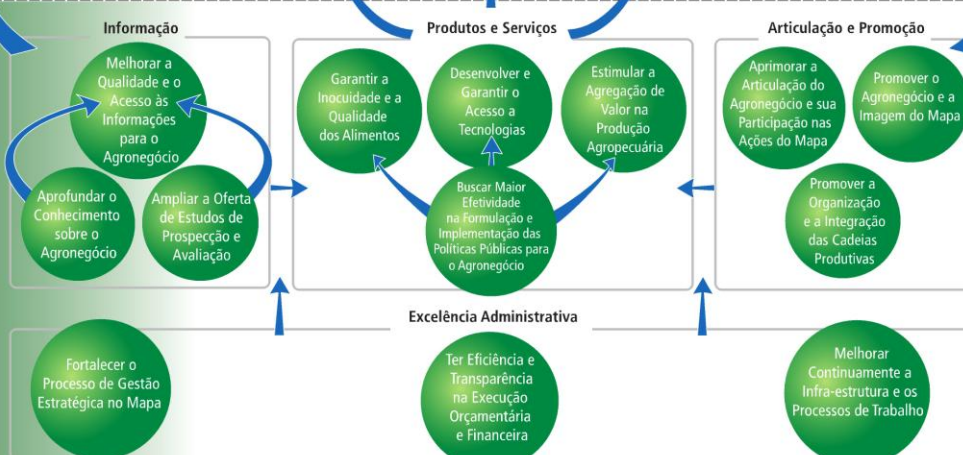
Perspectiva da Sociedade



Perspectiva do Agronegócio e Parceiros



Perspectiva de Processos Internos



Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento



FOCO, AÇÃO E TRANSFORMAÇÃO



Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento



2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

O MAPA elaborou em 2005 o seu Mapa Estratégico, com o horizonte de 20 anos. Este Mapa, que segue a metodologia do Balanced Scorecard, está organizado em Perspectivas e é composto por Objetivos Estratégicos. Para o período de 2007 a 2010, estes objetivos foram estruturados em Resultados Estratégicos, tendo estes os seus indicadores que permitem acompanhar as Metas definidas para os Resultados e consequentemente para os Objetivos. Para que sejam atingidas as Metas, são executadas Tarefas, para algumas das quais as Superintendências contribuem, seja através da execução de suas atividades operacionais que fazem parte das Tarefas Estratégica, seja participando de grupos de trabalho definidos nas Tarefas para revisão de legislação e melhoria de processos de trabalho, contribuindo com o seu conhecimento do dia a dia do serviço.

Dentre todos os Resultados Estratégicos, uma parte tem relação mais direta com as Superintendências. Em 2009 fomos pioneiros na implantação do acompanhamento destes resultados na SFA. O objetivo deste acompanhamento é promover o alinhamento entre as atividades executadas na unidade, que contempla um grande número de ações do PPA (PIs), com as diretrizes estratégicas definidas nas Tarefas, Resultados e Objetivos Estratégicos.

Para cada Resultado é apresentado as suas Tarefas a nível nacional, o Objetivo Estratégico relacionado, os Indicadores que permitem avaliar se a meta está sendo atingida, as Ações Fatos e Eventos pertinentes e os Pontos de Atenção.

Para o ano de 2010 foram realizadas 3 Reuniões de Avaliação da Estratégia – RAE na Superintendência onde são discutidos os Pontos de Atenção de cada Resultado e avaliados os indicadores.

A Gestão por Resultados ainda é uma coisa nova no Serviço Público. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento inova ao utilizar uma ferramenta poderosa como é o Balanced Scorecard na sua Gestão Estratégica. Porém a implementação é um processo que exige o seu tempo de maturação e um grande investimento no capital humano. A consolidação deste processo exige uma mudança na cultura da instituição. Os Indicadores, Resultados e Objetivos apresentados abaixo permitem fazer com que a instituição tenha um norte claro para a sua atuação, mas é necessário ainda um grande esforço na área de formulação e gerenciamento de projetos, bem como um salto qualitativo no envolvimento dos gerentes para que estas ações possam se incorporar ao dia a dia da instituição.

Abaixo apresentamos os principais Resultados relacionados com a SFA e seus Indicadores, ao último Quadrimestre do ano, que permitem verificar o desempenho e efetividade dos trabalhos realizados.

Critério dos Faróis de Desempenho dos Indicadores

Critérios dos Faróis	
●	Maior ou igual a 90% de Consecução da Meta
●	Entre 60% e 90% de Consecução da Meta
●	Menor que 60% de Consecução da Meta
●	Indicador não disponível

 Processo de Gestão Estratégica Consolidado				
Objetivo Estratégico: Fortalecer o Processo de Gestão Estratégica no MAPA				
Tarefas				
Elaborar, testar e implantar instrumentos de acompanhamento das iniciativas estratégicas e tarefas e dos seus indicadores de desempenho associados.				
Planejar e realizar Reuniões de Análise Estratégica periodicamente (trimestralmente)				
Comunicar, capacitar, envolver e comprometer os servidores nos elementos básicos da gestão estratégica e seu exercício no dia-a-dia.				
Elaborar, testar e implantar instrumentos de acompanhamento das iniciativas estratégicas e tarefas e dos seus indicadores de desempenho associados.				
Indicadores				
Indicador	Meta 3º Qd	Res. 3º Qd.	Meta 2010	Sit
Numero de RAEs executadas	1	1	3	
Grau de Entendimento dos Gerentes sobre a Gestão Estratégica	3,5	3,4	3,5	
Ações, Fatos e Eventos a Destacar				
- Estruturação do SePA com a lotação de um Agente Administrativo, na execução das atividades da Gestão Estratégica e Gestão por Projetos - Participação na Videoconferência sobre a RAE, promovida pela equipe da AGE, com a participação de 17 SFAs; - Participação de 11 servidores no curso de Elaboração e Gestão de Projetos em out/2010 – Campo Grande – MS; - Iniciação da Gestão por Projetos no âmbito da SFA-MT, com levantamento das demandas por serviços e abertura de alguns projetos; - Apoio na realização da RAE na SFA-PR, com a vinda de dois servidores do SPA-PR, com o objetivo de acompanhar o processo executado no âmbito da SFA-MT; - Participação de um servidor representando a SFA-MT, no curso Escritório de Projetos em dez/2010 – Brasília – DF; - O acompanhamento na elaboração dos Planos Operativos dos Serviços ligados a SDA e do Manut e a definição do acompanhamento mensal na execução física dos POs para 2011.				
Avaliação das Ações e dos Resultados				
Avaliando o impacto concreto da implantação da Gestão Estratégica na SFA-MT, verificamos os seguintes avanços: • Percepção por parte das chefias e servidores da relação entre o trabalho realizado na Superintendência e os Resultados Estratégicos do MAPA; • Aumento do grau de conhecimento sobre a avaliação de indicadores e da efetividade das ações; • Ter uma visão de conjunto sobre os resultados da Superintendência englobando as diversas áreas; Verifica-se, no entanto que para aumentar a efetividade das ações e o alinhamento destas com os objetivos estratégicos, bem como permitir o melhor gerenciamento das ações e dos projetos, através do acompanhamento e controle periódico, será necessário melhorar a capacidade de execução das atividades. Acreditamos que com a implementação da Gestão por Projetos, em fase inicial, teremos condições de, a partir das informações geradas pela Gestão Estratégica, aprimorar o desenvolvimento da Gestão permitindo atingir os resultados pretendidos.				
Pontos de Atenção				
- Desenvolvimento da metodologia e implantação da Gestão por Projetos. - Implantação do acompanhamento mensal dos Planos Operativos de cada Plano Interno PIs (Ação).				
Encaminhamentos Sugeridos				

-Realizar acompanhamento mensal dos encaminhamentos em 2011.
-Desenvolvimento da metodologia e implantação da Gestão por Projeto (Projeto do Escritório de Projetos).
Encaminhamentos Executados
- Início da implantação do acompanhamento mensal dos Planos Operativos de cada Plano Interno (Ação) para 2011, com a elaboração dos POs, dos serviços subordinados aos departamentos da Secretaria de Defesa Agropecuária.
- A participação da gerência da SFA no curso de Elaboração e Gestão de Projetos.

 Bem Estar e Motivação dos Servidores Assegurados				
Objetivo Estratégico: Bem estar e Motivação dos Colaboradores				
Definição / Finalidade				
Promoção da Qualidade de Vida e Satisfação dos Colaboradores na instituição				
Tarefas				
- Qualidade de Vida – PROVERH - Gestão do Clima Organizacional				
Indicadores				
Indicador	Meta 3º Qd	Res. 3º Qd.	Meta 2010	Sit
				
<i>Descrição do Indicador</i>				
Ações, Fatos e Eventos a Destacar				
- Iniciação do PROVERH – Projeto de Valorização e Excelência dos Recursos Humanos (Terno de abertura do projeto); - Palestra Motivacional Presencial – “Empreendedores do Futuro”.				
Avaliação das Ações e dos Resultados				
Com a iniciação do PROVERH na SFA-MT, já podemos contar com um programa que visa o bem estar de todos os colaboradores, bem como o desenvolvimento do Relacionamento Interpessoal na instituição.				
Pontos de Atenção				
- Participação de todos os colaboradores nas atividades promovidas pelo PROVERH; - Continuamos aguardando os dados da Pesquisa de Clima de Organizacional.				
Encaminhamentos Executados				
Buscar informações sobre a implantação do PROVE-RH em outras SFAs.				
Encaminhamentos Sugeridos				
- Obter os dados da Pesquisa de Clima Organizacional para calcular o indicador - A partir de janeiro, formatar o planejamento do Proverh até o 1º semestre de 2011 e iniciar algumas atividades do projeto.				
 Espaço físico do Mapa reordenado e reformado				
Objetivo Estratégico: Melhorar Infraestrutura e os Processos de Trabalho				
Tarefas				
Reestruturação Física SGP				
Reestruturação Física SEFIA/SEFIP				
Indicadores				
Indicador	Meta 3º Qd	Res. 3º Qd.	Meta 2010	Sit
Reestruturação Física SGP (% execução)	10	10	10	
Reestruturação Física SEFIA/SEFIP (% execução)	70	5	70	
Ações, Fatos e Eventos a Destacar				
- Início das obras SEFIA/SEFIP - Licitação e início das obras do SGP				
Avaliação das Ações e dos Resultados				
O início das obras do SEFIA/SEFIP teve um atraso significativo devido a solicitação de aditivo por parte da empresa vencedora da licitação. Após várias análises e discussão junto a AGU concluiu-se pelo indeferimento do aditivo inicialmente solicitado e determinado que a empresa iniciasse a obra. Foi então solicitado um novo aditivo de itens realmente imprescindíveis para a execução do projeto, que foi aceito pela administração e está sendo encaminhado para a formalização. Em início de dezembro a empresa deu início às obras. O cronograma da obra foi refeito com previsão				

para término para maio de 2011.	
Pontos de Atenção	
3	Necessidade de Elaboração de Projeto e Acompanhamento da Execução SGP
4	Necessidade de Elaboração de Projeto e Acompanhamento da Execução SEFIA/SEFIP
Encaminhamento Executado	
5	
Encaminhamento Sugerido	
6	Elaboração de Projeto e Acompanhamento da Execução da obra SGP
7	Elaboração de Projeto e Acompanhamento da Execução da obra SEFIA/SEFIP

 Modelo de segurança da informação do Mapa implantado				
Objetivo Estratégico: Gestão da Informação e do Conhecimento				
Tarefas				
Instalação do Servidor				
Reestruturação da Rede				
Indicadores				
Indicador	Meta 3º Qd	Res. 3º Qd.	Meta 2010	Sit
% do Projeto Executado	100	70	100	
Ações, Fatos e Eventos a Destacar				
1. A licitação para contratação de empresa de suporte de informática foi anulada por decisão do gestor. Para suprir a demanda de serviços de suporte de informática foi feito; 2. Foram iniciadas as atividades inerentes ao Projeto de Reestruturação da Rede lógica e elétrica da SFA/MT. Todos os materiais foram entregues, ocorrendo apenas uma. 3. A SAOD enviou para o SePA como tema de projeto a ser implementado pela SFA/MT a elaboração e implementação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI. 4. Foram adquiridos 04 HD's para comporem o servidor, no entanto, ainda faltam 04. A SFA/MT também adquiriu memórias para serem instaladas no servidor de rede. Os				
Avaliação das Ações e dos Resultados				
Com o início da reforma da rede lógica e elétrica da SFA/MT, percebeu-se que uma parte da obra não está contemplada em nenhum dos 04 lotes do projeto. A SFA/MT tem O projeto de Reestruturação não conseguiu ser concluído conforme cronograma, uma vez que, a empresa responsável pela instalação depende diretamente da entrega dos materiais por outras empresas, o que ocorreu com atraso, além do motivo explicitado no tópico acima.				
Pontos de Atenção				
1. Aquisição dos 4 HD's que faltam para o servidor 2. Conclusão do processo licitatório de suporte em serviços de informática conforme as Instruções Normativas nº 02 e nº 04/2008 - SLTI/MPOG 3. Melhor acompanhamento do Sistema de Transportes 4. Implantação de rotinas rígidas de backup e manutenção do servidor de rede da SFA/MT				
Encaminhamentos Sugeridos				
Adquirir 4 HD's que faltam para o servidor; Concluir o processo licitatório de suporte em serviços de informática conforme as Instruções Normativas nº 02 e nº 04/2008 - SLTI/MPOG; Acompanhar o Sistema de Transportes Acompanhar a conclusão da execução do projeto da rede.				

 Sistema Zoossanitário Implantado e Operacional em Todo o Território Nacional	
Objetivo Estratégico: Garantir a Qualidade e Inocuidade dos Alimentos	
Definição / Finalidade	
Conjunto de ações que visa promover a garantia de saúde dos animais, com base na prevenção, controle e erradicação de doenças. Desenvolver atividades que eliminem as áreas de risco desconhecido e alto risco e promovam a ampliação das áreas livres de febre aftosa e fortaleça a prevenção da doença no país.	
Tarefas	
Obter o reconhecimento internacional de país livre de febre aftosa e implementar plano de prevenção nacional.	

Informatizar o cadastro nacional de propriedades e controle do trânsito de animais (intra e interestadual)				
Implantar novo modelo de vigilância epidemiológica em saúde animal				
Reformular a metodologia de avaliação e classificação da qualidade dos serviços veterinários				
Indicadores				
Indicador	Meta 3º Qd	Res. 3º Qd.	Meta 2010	Sit
Porcentagem de propriedades cadastradas no sistema eletrônico para emissão de GTA e em conformidade com o manual de padronização	60%	0 %	60 %	
Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo de 24 horas da notificação (Síndromes: vesicular, hemorrágica do suíno, nervosa, respiratória e nervosa das aves).	100%	92%	100%	
% da Área e do Rebanho Livres de Febre Aftosa	100%	100%	100%	
A estruturação do serviço veterinário no estado com o objetivo de erradicar e prevenir a ocorrência da febre aftosa abre mercados para estas áreas e também possibilita que outros programas sanitários possam ser implantados e executados.				
Ações, Fatos e Eventos a Destacar				
1. O Convênio MAPA/INDEA/MT nº 001/09 prevê atividades específicas, principalmente nos municípios de fronteira entre o Brasil e a República da Bolívia, sendo o principal objetivo a manutenção da zona livre de febre aftosa no estado. O mesmo foi aditivado através de termo aditivo nº 1, sendo acompanhado por fiscais deste serviço, com vigência até maio de 2011. 2. Continuam em construção nos municípios de Porto Esperidião e Vila Bela da Santíssima Trindade as barreiras de Fortuna e Ponta do Aterro, programadas para serem entregues até o início de 2011. 3. Continua em andamento no Estado, com previsão de término para maio de 2011 o Estudo a Campo para Avaliação de Proteínas não Capsidais do Vírus da Febre Aftosa em Bovinos Vivos, executado pelo INDEA/MT e supervisionado por fiscais do SSA. 4. Atendimento tempestivo a uma denúncia fundamentada de ocorrência de doença vesicular no mês de agosto, que após a realização de vários testes laboratoriais, deu resultado negativo para febre aftosa e estomatite vesicular, sendo encerrado o foco em dezembro de 2010. 5. Denúncia de ingresso irregular de bovinos oriundos da Bolívia com ações imediatas de investigação e vigilância na fronteira. 6. Realização de sobrevoo na região da fronteira para verificar as condições das estradas cabriteiras entre Brasil e Bolívia, com recursos disponibilizados pelo FESA/MT. 7. Liberação de recursos para os servidores do INDEA/MT realizarem a vacinação fiscalizada em propriedades da fronteira, na etapa de novembro de 2010, com acompanhamento por fiscais do SSA.				
Avaliação das Ações e dos Resultados				
1) Todas as propriedades do estado estão cadastradas conforme o manual de padronização preconizado, porém a meta não foi cumprida, pois o projeto para construção da base de dados pela CGTI não foi concluído, por estar em teste em alguns estados da federação com emissão da GTA eletrônica. 2) O status sanitário do Estado do Mato Grosso se mantém como área livre de febre aftosa com vacinação com reconhecimento internacional, devido ao trabalho de vacinação e vigilância, principalmente na fronteira do Brasil e Bolívia. 3) Em supervisões realizadas no exercício de 2010 foram analisados documentos que comprovam que as suspeitas de síndromes vesiculares foram atendidas no prazo de 24 horas da notificação, já as hemorrágicas do suíno, nervosas e respiratória das aves foram atendidas dentro do prazo estipulado em 92% das notificações.				
Pontos de Atenção				
1) Atraso na disponibilização de recursos do aditivo do Convênio MAPA/INDEA/MT nº 001/09, que teve como consequência a necessidade de liberação de verba para fiscalização da vacina em novembro de 2010, com consequente demanda de fiscais para acompanhamento da aplicação dos recursos. 2) Acompanhamento das obras nas barreiras sanitárias de Fortuna e Ponta do Aterro. Acompanhamento mais frequente das atividades executadas pelo INDEA/MT com recursos de convênio.				
Encaminhamentos Executados				
1) O encaminhamento sugerido não foi executado.				
Encaminhamentos Sugeridos				
- Indicação de um servidor do setor responsável por licitação e compras para acompanhar a execução do convênio 001/09 no que se refere às aquisições de materiais permanentes, custeio e investimentos. - A elaboração do Projeto de Educação Sanitária na fronteira Brasil e Bolívia com foco para a erradicação da Febre Aftosa.				

	Qualificar e Melhorar o Status Fitossanitário Nacional
Objetivo Estratégico: Garantir a Qualidade e Inocuidade dos Alimentos	

Definição / Finalidade				
-				
Tarefas				
Articular com Estados e Municípios para caracterização e manutenção de áreas livres, locais de produção livres e de baixa prevalência de pragas				
Elaborar Programas de Controle e Prevenção de Pragas				
Definir Sistema de Avaliação da Capacidade Fitossanitária Nacional e de Estados (Estrutura)				
Fortalecer Serviços Oficiais de Defesa Vegetal				
Definir Rotas de Risco				
Melhorar Sistema de Quarentena Vegetal				
Estabelecer Programa Nacional de Levantamento de Pragas por Cultura				
Certificação Fitossanitária Nacional				
Definir Sistema de Avaliação dos Processos Fitossanitários Nacional e de Estados				
Indicadores				
Indicador	Meta 3º Qd	Res. 3º Qd.	Meta 2010	Sit
Em definição pelo DSV conforme XV ENFIT - 2010	100%	-	100%	
Ações, Fatos e Eventos a Destacar				
- Participação de 3 FFAs do SSV em Curso para Elaboração de Análise de Risco de Pragas - Participação do SSV em reuniões sobre o Convênio Plurianual e discussão com o INDEA-MT sobre a proposta de convênio. - Discussão para elaboração de norma sobre a Broca da Teca - Elaboração do Plano Operativo para 2011 - Realização de Cursos sobre Defesa Sanitária Vegetal - Discussão para elaboração de norma sobre Certificação Fitossanitária de Origem junto ao INDEA-MT - Aquisição de 3 veículos para o SSV - Participação no ENFIT				
Avaliação das Ações e dos Resultados				
Em função da implantação do Convênio Plurianual e procedimentos adotados pela SDA para a sua implementação, foi possível definir uma proposta de convênio adequada à defesa vegetal no Estado, e realizar as ações programadas no cronograma. Espera-se que finalmente seja possível, após longo período, em 2011 realizar o convênio na área vegetal. Uma das maiores demandas atualmente no Departamento de Sanidade Vegetal é a realização de Análises de Risco de Pragas. Iniciou-se a descentralização desta atividade para os Serviços de Sanidade Vegetal no Estado. Esperamos em 2011 contribuir o consolidar este procedimento. Tendo sido colocado como meta no PO 2011. A ocorrência da Broca da Teca apenas em Mato Grosso, exige Certificação Fitossanitária de Origem para trânsito da madeira para fora do Estado. Porém ainda não há legislação específica para tanto. Foi criado um grupo de trabalho que está finalizando uma proposta de Instrução Normativa que regularizará esta questão.				
Pontos de Atenção				
- Implementação da Certificação Fitossanitária de Origem para a Broca da Teca - Formalização do Convênio como o INDEA-MT - Realização das Análises de Risco de Pragas programadas - Implantação do Acompanhamento Mensal do Convênio, através de Projeto.				
Encaminhamentos				
- Finalizar a minuta de Instrução Normativa sobre a Broca da Teca - Viabilizar o Convênio com o INDEA-MT - Realizar as ARPs programadas - Implementar o Projeto de Acompanhamento Mensal de Convênios				

		Sistema de inspeção animal revisado e implantado.
Objetivo Estratégico:		OE.11-Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos / OE.14 – Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio
Definição / Finalidade		Modernizar os procedimentos de inspeção de produtos de origem animal visando atender as demandas do mercado nacional e internacional e incrementar a segurança e a qualidade dos alimentos.
Tarefas		Revisão e publicação do RIISPOA
		Elaboração e implantação da verificação de autocontroles
		Elaboração e implantação dos circuitos de inspeção.
Indicadores		

Indicador	Meta 3º Qd	Res. 3º Qd.	Meta 2010	Sit
Índice de conformidade dos processos de garantia de qualidade e inocuidade de produtos de origem animal	0,70	0,97	0,70	
<i>Mede de forma ponderada a conformidade dos processos de garantia da qualidade e inocuidade de produtos de origem animal.</i>				
Ações, Fatos e Eventos a Destacar				
Com relação à implantação de circuitos de inspeção, contamos hoje no estado com a unidade de Rondonópolis e Cuiabá. E está em fase de implantação a unidade de Sinop, Pontes e Lacerda, Mirassol do Oeste, Barra do Garças, Juara e Vila Rica.				
Com relação à elaboração e implantação de autocontroles, na área de carnes com inspeção permanente os planos já estão implantados ou tem prazo ainda vigente para implantação e onde houve supervisão estadual foram verificados conformes. Um problema crítico são os estabelecimentos que não possuem inspeção permanente, por exemplo, graxarias e laticínios, pois a verificação fica prejudicada até a implantação total dos circuitos de inspeção. Na área de leite onde há inspeção permanente já estão implantados os autocontroles.				
Observações: Devido a falta de definição de critérios para cálculo do índice IASIF acatamos o valor máximo para o fator (0,6). Considerando o número de supervisões conformes/não conformes para a variável IASIPAG obtemos o valor (0,2736). E devido não conhecermos o valor da variável IADIPOA consideramos 0,1.				
Avaliação das Ações e dos Resultados				
Devido à falta de critérios para definição do indicador índice de conformidade de produtos de origem animal o valor do índice de superestimado. O que deverá ser resolvido nos próximos dias com definição de critérios objetos para o cálculo.				
Pontos de Atenção				
Dificuldade na implantação dos autocontroles nos estabelecimentos que não tem inspeção permanente.				
Encaminhamentos Executados				
Encaminhamentos Sugeridos				

				
Redução da produção e comercialização dos produtos de origem animal sem inspeção oficial				
Objetivo Estratégico: Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos				
Definição / Finalidade				
Aumentar o número de estabelecimentos com inspeção oficial e reduzir a produção e o comércio de produtos de origem animal clandestinos.				
Tarefas				
Elaboração do Plano Nacional de Combate a Clandestinidade.				
Capacitação do Grupo de Trabalho do DIPOA e dos Gestores Estaduais dos SIPOA				
Indicadores				
Indicador	Meta 3º Qd	Res. 3º Qd.	Meta 2010	Sit
Número de atividades de combate à clandestinidade executadas pelo DIPOA e pelos SIPOA	1	2	1	
<i>Descrição do Indicador</i>				
Ações, Fatos e Eventos a Destacar				
Ainda não está concluso o trabalho do DIPOA/SDA de Elaboração do Plano Nacional de Combate à Clandestinidade e ainda não foi realizado o a tarefa de capacitação do Grupo de Trabalho do DIPOA e dos Gestores Estaduais dos SIPOA. Apesar disso, foi realizada uma ação no município de Barra do Garças, visando auxiliar a Prefeitura a controlar a venda de leite clandestino in natura.				
Avaliação das Ações e dos Resultados				
A meta de 27 atividades realizadas para 2010 será o somatório de todas as ações no país. No SIPOA-MT ainda não ocorreu nenhuma atividade neste sentido este ano. O SIPOA-MT trabalha combatendo a clandestina de conforme as denúncias ocorridas, fato que ainda não ocorreu este ano.				
Pontos de Atenção				
Estamos no aguardo na conclusão do Plano Nacional de Combate à Clandestinidade e na capacitação e definição de Gestores Estaduais dos SIPOA's.				
Encaminhamentos Executados				
Encaminhamentos Sugeridos				

 Qualidade dos produtos de origem vegetal Assegurada (conformes e seguros)				
Objetivo Estratégico: Garantir a qualidade e a iniquidade dos alimentos				
Definição / Finalidade				
Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal. Aumentar a taxa percentual de estabelecimentos de produtos de origem vegetal registrados junto ao MAPA, com medidas de controle da qualidade, inocuidade e sanidade implantados, viabilizando à Inspeção Vegetal deste Ministério quanto a assegurar que esses produtos estejam em conformidade com a legislação nacional específica, além das exigências internacionais, garantindo a oferta de produtos certificados, com idoneidade, identidade, qualidade e seguro aos consumidores				
Tarefas				
Monitorar o atendimento das Boas Práticas de Fabricação dos Produtos de Origem Vegetal				
Agilizar serviço de registro				
Implantar o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal				
Implantar novo modelo da Inspeção Vegetal				
Indicadores				
Indicador	Meta 3º Qd	Res. 3º Qd.	Meta 2010	Sit
Índice de conformidade de produtos de origem vegetal	83 %	82,7 %	83 %	
Mede de forma ponderada a conformidade dos processos de garantia da qualidade e inocuidade de alimentos e bebidas. (% da meta do SIPLAN para Bebidas (0,5) e Classificação (0,5))				
Ações, Fatos e Eventos a Destacar				
-Cumprimento de 63,8% das fiscalizações programadas e 80,83% do volume de produto fiscalizado. -Realização de 01 Curso de formação de Classificadores de Algodão em Pluma e 03 cursos de Classificação de Soja e Milho. (40 horas aula sobre legislação proferidas pelo FFA Clovis Knabben) -Curso Noções de Classificação de Arroz e Feijão proferido na EMBRAPA – Arroz e Feijão para 30 pesquisadores pelo Classificador José Souza Costa. -Participação de FFA na elaboração do Padrão de qualidade de Milho, junto à CGQV, em Brasília. -Participação de FFA no Grupo Técnico de Frutas e Vegetais frescos do Codex Alimentarius, na elaboração dos Padrões Codex para Abacate, Tomate de árvore e Pimentas. -Participação de FFA no Grupo liderado Pela Embrapa para recuperação da Cadeia Produtiva do Arroz de Terras Altas em Mato Grosso e Rondônia. -Palestras proferidas: Seminário Estadual de Arroz de Terras Altas em Cuiabá – Dr Maçao Tadano. Capacitação de Assistentes Técnicos em Rizicultura em Água Boa –MT (FFA Clovis Knabben) Participação junto à APROSOJA no Projeto Classificação de grãos.				
Avaliação das Ações e dos Resultados				
O desempenho do trabalho foi satisfatório, dentro das limitações de pessoal encontradas, atingindo índices aceitáveis para a execução do planejado.				
Pontos de Atenção				
Falta de Técnicos (FFA's) para atuar no projeto. Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal – A FFA que coordenava os trabalhos foi transferida ficando a atividade prejudicada.				
Encaminhamentos Executados				
Encaminhamentos Sugeridos				
Solicitação de reposição de técnicos à SFA/MT				

 Conformidade dos Insumos Pecuários Assegurada				
Objetivo Estratégico: Garantia da Qualidade e da Inocuidade dos Insumos Pecuários				
Definição / Finalidade				
E a medida da Conformidade dos Insumos Pecuários realizada em Estabelecimentos Produtores de Alimentos para Animais e de Material Genético Animal.				
Tarefas				
Monitoramento do atendimento das Boas Práticas de Fabricação de Insumos Pecuários				
Implantação do Serviço de Fármaco Vigilância				
Monitoramento Analítico de Insumos Pecuários				

Implantação do Sistema Brasileiro de Inspeção e Fiscalização de Insumos Pecuários				
Padronização das Ações de Fiscalização de Insumos Pecuários				
Indicadores				
Indicador	Meta 3º Qd	Res. 3º Qd.	Meta 2010	Sit
*Índice de Conformidade dos Produtos destinados à Alimentação Animal Analisados	>90%	96,4%	>90%	
**Índice de Conformidade de Material Genético Animal	>90%	100%	>90%	
***Índice de Conformidade de Produtos de Uso Veterinário	Não calculado			
Descrição do Indicador: *Amostras conforme/Amostras analisadas) * 100 ** N° de estabelecimentos produtores conformes divididos pelo N° de estabelecimentos produtores fiscalizados (Estabelecimento Conforme: estabelecimento produtor que após a fiscalização não sofreu infração grave durante a fiscalização). *** N° de estabelecimentos fabricantes conformes/N° de estabelecimentos fabricantes fiscalizados (Estabelecimento Conforme: estabelecimento produtor que após a fiscalização não sofreu infração grave durante a fiscalização, de acordo com o que determina o Decreto nº 5.053, de 22/04/2004).				
Ações, Fatos e Eventos a Destacar				
- O SEFIP/DDA/SFA-MT realizou 3 reuniões envolvendo o INDEA, o DFIP/SDA/MAPA e a CONJUR/MAPA, sendo feitas tratativas no sentido de promover a adesão ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e a integralidade dos sistemas de fiscalização de insumos pecuários; - Foram Lavrados 119 autos de infração e 283 Termos de Apreensão sendo apreendidos 993 frascos de produtos veterinários irregulares e de uso proibido, e 15 toneladas de alimentos para animais; - Foram colhidas 77 amostras para análise laboratorial de Alimentos para animais, o que representa 103 % da meta para o período; - 90% das fiscalizações programadas no PI FISCGENE foram realizadas; - 112% das fiscalizações programadas no PI FISCINAN foram realizadas; - Foram registrados no SEFIP 3 Centros Coleta e Processamento de Sêmen; - Foram intensificadas as fiscalizações em conjunto com a SEFAZ-MT, de alimentos para animais e produtos veterinários em transito interestadual. Tais produtos são oriundos de outros estados, remetidos via Correios.				
Avaliação das Ações e dos Resultados				
- O INDEA formalizou o requerimento de adesão ao SUASA, e o Processo para a retomada da fiscalização do comércio de produtos de uso veterinário está sendo avaliado em instância central e superior do MAPA; - Como resultado das ações de fiscalização de insumos de alimentação animal tem-se verificado melhorias nas condições higiênico-sanitárias e tecnológicas das indústrias, em grande parte devido à exigência de implantação das Boas Práticas de Fabricação, o que tem refletido em significativa melhora do Índice de Conformidade (96,4%). Nesse sentido, é importante ressaltar que todos os estabelecimentos registrados em atividade no estado entregaram seu Manual de Boas Práticas de Fabricação.				
Pontos de Atenção				
- Ausência de laboratórios habilitados a proceder à análise laboratorial dos produtos fiscalizados na área de material genético animal (sêmen); - Numero de fiscais atuando no SEFIP extremamente deficitário; - Demanda urgente por treinamento em Auditorias para B.P.F.'s - IN 04/07 e para autorização da fabricação de produtos com medicamentos - IN 65 -				
Encaminhamentos Executados				
-				
Encaminhamentos Sugeridos				
- Programação do treinamento em auditoria de B.P.F.'s a ser realizado no primeiro trimestre de 2011; - Elaboração do Projeto para a Implementação de BPF nos estabelecimentos Fabricantes Produtos destinados a Alimentação Animal, em fase de diagnostico e estruturação, e definição do escopo.				

	Conformidade dos insumos agrícolas assegurada
Objetivo Estratégico: Garantir a Qualidade e Inocuidade dos Alimentos	
Definição / Finalidade	
É a medida da qualidade do insumo disponibilizado aos consumidores. A sua medição é feita pela comparação dos resultados das análises laboratoriais apurados em procedimentos de fiscalização com os padrões estabelecidos pelo	

MAPA.			
Tarefas			
Implantação de Boas Práticas de Fabricação no setor de insumos Agrícolas			
Implantação do Sistema Brasileiro de Inspeção e Fiscalização de Insumos Agropecuários – SisBIA			
Informatização do processo de fiscalização			
Consolidação do processo de certificação de sementes e mudas			
Avaliação da efetividade da fiscalização de insumos agrícolas			
Desenvolvimento de um sistema de inteligência na fiscalização de insumos agrícolas			
Indicadores			
Indicador	Res. 2010	Meta 2010	Sit. 2010
Índice de Conformidade de Insumos Agrícolas	94,50%	>90%	
Este indicador mede a conformidade de amostras de sementes, fertilizantes e corretivos, tendo por referência as ocorrências verificadas no processo de fiscalização realizado segundo um plano amostral de fiscalização e os parâmetros estabelecidos nos instrumentos legais. O valor foi obtido através da média aritmética entre a conformidade de sementes (96,69%), fertilizando mineral misto (88%), Fertilizante mineral simples (100%), Fertilizante mineral complexo (100%), Fertilizante fluido (87%) e Corretivo de acidez (95,30%).			
Ações, Fatos e Eventos a Destacar			
Participação em Reunião Técnica Regional para discussão e aperfeiçoamento do Manual de Fiscalização da área de fertilizantes.			
Participação em Reunião Técnica Regional para discussão e aperfeiçoamento do Manual de Fiscalização de Sementes e Mudas.			
Participação na III Reunião Anual de Insumos Agrícolas – RAIA.			
Avaliação das Ações e dos Resultados			
O número de fiscalizações de fertilizantes realizada no período foi superior à meta programada em razão de força-tarefa realizada no Estado com vistas à coleta de amostras de fertilizantes em propriedades rurais, com a participação de FFAs de outras Unidades Federativas.			
O número de fiscalizações de sementes e mudas realizadas no quadrimestre foi bastante superior ao programado tendo em vista que no mês de setembro foi intensificada a coleta de amostras de sementes de modo a cumprir a programação prevista para o mês de agosto, onde o número de amostras coletadas foi inferior ao programado em razão do atendimento de denúncias.			
O número de fiscalizações de agrotóxicos realizadas no quadrimestre (34) foi semelhante ao previsto no Plano Operativo Anual (38).			
Pontos de Atenção			
Apuração de denúncias.			
Inexistência de UTRAs;			
Deficiência no quadro funcional;			
Carência de treinamentos em áreas específicas e correlatas ao trabalho como, por exemplo, tecnologia de fabricação de fertilizantes e procedimentos de auditoria;			
Carência de adequado suporte tecnológico, no que se refere a programas e sistemas de informática.			
Encaminhamentos Executados			
-			
Encaminhamentos Sugeridos			
Concentração de esforços na relatoria de processos administrativos de fiscalização de Fertilizantes.			
Concentração de esforços na análise de inscrições de campos para produção de sementes.			
Formalização de processo com vistas à viabilização de coleta de amostras de agrotóxicos.			

	Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis Implantados
	Objetivo Estratégico: Desenvolver e Garantir o Acesso a Tecnologias e Estimular a Agregação de Valor na Propriedade
	Definição / Finalidade
	Garantir ao consumidor a identidade e a qualidade dos produtos orgânicos, capacitar técnicos, produtores rurais e outros agentes da cadeia de produção orgânica no que se refere à geração e/ou adaptação de conhecimentos necessários à produção orgânica e gestão adequada do seu empreendimento, atuar de forma conjunta com instituições públicas e privadas, para disponibilizar informação e treinamento em sistemas de produção agropecuária orgânica, promover a criação e fortalecimento de organizações sociais, comissões e fóruns ligados à rede de produção orgânica. Difusão de tecnologias de integração lavoura pecuária e plantio direto na palha. Contribuir para sustentabilidade econômica, social e ambiental do agronegócio e estimular a agregação de valor na produção agropecuária.
	Tarefas

Promoção do Desenvolvimento da Agricultura Orgânica				
Implementação de Programas e Projetos para intensificar a adoção de sistemas de Integração Lavoura- Pecuária-Floresta e Plantio Direto.				
Indicadores				
Indicador	Meta 3º Qd	Res.3º Qd.	Meta 2010	Sit
Implementação de Programas e Projetos para Intensificar a Adoção de Variação da área de produção agropecuária em Sistemas Sustentáveis.	--	--	--	
Variação relativa da área de produção agropecuária em Sistemas Sustentáveis	--	--	--	
Ações, Fatos e Eventos a Destacar				
Atividades realizadas na promoção do Desenvolvimento da Agricultura Orgânica: Continuação das ações do Programa Banco Comunitário de Sementes de Adubos Verdes (distribuição de sementes e verificação do resultado das sementes distribuídas). Reuniões Ordinárias da Comissão Estadual da Produção Orgânica – CPORG, inclusive em uma delas aprovou o Regimento Interno da CPORG e emitiu parecer sobre a atuação das Certificadoras , IBD e ECOCERT no Estado de Mato Grosso. Palestras e debates para divulgar a legislação da Produção Orgânica que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2011, segundo Decreto 6.323 de 27 de dezembro de 2007, nos municípios: Juína, Cáceres, Salto do Céu, Colíder, Alta Floresta, Barra do Bugre, Associação Matogrossense dos Municípios (Cuiabá), Seminário Regional de Agroecologia (Cuiabá), Seminário Estadual de Agroecologia(UFMT-Cuiabá), Jaciara, Mirassol D’oeste, São José dos Quatro Marcos. Do Projeto de Transferência e Difusão de Tecnologia em Produção Integrada e Sistemas Agropecuários de Produção Sustentáveis e Conservacionistas em Microbacias Hidrográficas, foram realizadas reuniões de sensibilização para formação do Comitê Técnico Gestor e implantação das Unidades de Referência Técnica – URT’s nos municípios de Cáceres e Alto Araguaia. Em Santa Carmem e Nova Canaã do Norte, houve reunião para formação do Comitê Técnico Gestor e visitas às URT’s já implantadas. Os sistemas de exploração implantados nas URT’s são: Integração Lavoura Pecuária – ILP e Integração Lavoura Pecuária Floresta – ILPF.Em Nova Canaã do Norte foi realizado um dia de campo para difusão da tecnologia. O MAPA repassou através de convênio para a Fundação de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Mato Grosso – FUNDAPER, R\$ 380.000,00, cujo objetivo é recuperar pastagens degradadas para incentivar o desenvolvimento da cadeia produtiva do leite. As metas desse convênio consistem em capacitar técnicos da extensão rural oficial do estado, municípios e da iniciativa privada para que esses transmitam os conhecimentos adquiridos aos produtores rurais. Esse trabalho é denominado de “capacitação continuada” coordenado por um grupo gestor composto por representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar – SEDRAF, Embrapa Agrossilvipastoril, EMPAER-MT, Organização das Cooperativas do Estado de Mato Grosso – OCB/MT e SFA/MT. O primeiro módulo da capacitação foi realizado nos municípios de Sinop, Mirassol D’Oeste, Rondonópolis e Nova Xavantina. Com relação à cadeia produtiva do leite foi celebrado convênio que possibilitou a capacitação continuada dos técnicos da extensão rural.				
Avaliação das Ações e dos Resultados				
As ações de fomento à Agricultura Orgânica foram muito tímidas, devido principalmente a pequena quantia de recursos financeiros que tivemos disponíveis para trabalhar. As ações de Integração Lavoura-pecuária-Floresta – ILPF tiveram desempenho satisfatório em relação à programação proposta e o custo de realização, embora a sua efetividade, só possa ser avaliada a médio e longo prazo. O que avaliamos de positivo foi à efetivação do convênio para desenvolvimento da cadeia produtiva do leite, porque participamos das discussões para elaboração dessa proposta e estamos participando da execução.				
Pontos de Atenção				
Falta de recursos financeiros para fomentar a agricultura orgânica. A Coordenação de Agroecologia do MAPA, tem conhecimento da realidade, mas em função do contingenciamento dos recursos da SDC/MAPA, estão impossibilitados de solucionar o problema. Deficiência de pessoal na extensão rural do Estado. Espera-se que o convênio com a cadeia produtiva do leite para capacitação continuada de técnicos da extensão rural contribua para diminuir este problema.				
Encaminhamentos Sugeridos				
- Articular a formalização de convênios que beneficiem as cadeias produtivas de fruticultura e mandioca, a produção agroecológica. -Considerar as áreas das propriedades rurais trabalhadas pelas ações do projeto de desenvolvimento da cadeia produtiva do leite que adotarem o sistema de manejo intensivo de pastagens, como parte integrante deste resultado estratégico.				

2.3 Programas e Ações sob responsabilidade da unidade

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Não se aplica. A unidade, por ser descentralizada, não é responsável por Programas de Governo, apenas pelas Ações.

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

A seguir apresentamos a avaliação crítica da execução das Ações da SFA-MT:

Função	Sub-função	Programa	Ação		Unidade de Medida	Execução Física		
						Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	604	0357	2139	VIGIZOO2	Fiscalização realizada	28.579	28.579	*
20	604	0357	4842	FEBREAFOTOS	Área Livre (km ²)	903.358	903.358	903.358
20	604	0357	8658	PCEANIMAL	Propriedade atendida	45.000	45.752	*
20	125	1442	8592	RASTREAB1	Fiscalização realizada	188	188	*
20	603	0357	2134	VIGIFITO1	Fiscalização realizada	300	310	*
20	603	0357	8572	PCEVEGETAL	Área controlada (há)	33.293	33.293	33.293
20	125	0356	4745	FISCORGEN	Fiscalização realizada	145	73	204
20	125	0356	8938	INSPANIMAL3	Estab. inspecionado	111	111	112
20	125	0356	4746	PADCLASSIF	Produto fiscalizado (t)	7.000	5.658	4800
20	125	0356	8939	IPVEGETAL2	Estab. inspecionado	45	29	25
20	125	0375	2019	FISCGENE	Fiscalização realizada	35	21	14
20	125	0375	2124	FISCINAN	Fiscalização realizada	175	160	154
20	125	0375	2140	FISPROVET1	Fiscalização realizada	20	220	123
20	125	0375	2141	FISFECOI	Fiscalização realizada	267	471	350
20	125	0375	2179	FISCALSEM1	Fiscalização realizada	1.008	1.064	846
20	125	0375	2909	FISAGROTOX	Fiscalização realizada	86	70	76
20	603	0357	2180	FISCPLANTA2	Fiscalização realizada	625	886	1235
20	604	0357	2181	FISCANIMAL2	Fiscalização realizada	4	1.073	20
20	125	0375	2177	FISCAGRIC1	Fiscalização realizada	120	18	117
20	665	1426	8606	DESENGORG	Pessoa beneficiada	400	304	15**
20	122	6003	2B17	FISCONTRATO	Contrato Fiscalizado	***	***	21

* Meta não quantificada no PPA, definida por órgão estadual.

** Meta – em número de reuniões programadas.

*** Meta não descentralizada para o Estado.

2.3.2.1 Vigilância e Fiscalização Trânsito Interestadual de Animais, Produtos e Insumos - VIGIZOO2

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle zoossanitário do trânsito de animais no território nacional; capacitação de recursos humanos na área de vigilância zoossanitária; análise de risco e quarentena animal.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Departamento de Saúde Animal
Unidade Executora	SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	SSA/DDA/SFA-MT
Coordenador Nacional da Ação	GUILHERME HENRIQUE FIGUEIREDO MARQUES
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	ENIO JOSÉ DE ARRUDA MARTINS

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Supervisões Realizadas	0	28

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	0	0
Material de Consumo	0	0
Passagens	0	0
Serviço de Terceiros Pessoa Física	0	0
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	0	0
Equipamentos e Material Permanente	0	0
Outros	0	0
Total	0	0

Observações: Não foram calculados os indicadores, pois não havia sido programadas atividades com recursos do PI VIGIZOO para o ano de 2010. As supervisões 28 realizadas foram conciliadas com as programações de outros PIs da área técnica, como PCEANIMAL e FEBREAFTOS, utilizando recursos destes dois PIs.

Foram realizadas 28 supervisões, sendo 27 (vinte sete) de Médicos Veterinários habilitados à emissão de GTA para aves, ovos férteis e pintos de um dia e 1 (uma) em Posto de Fiscalização Interestadual do Pontal do Araguaia. Os recursos alocados foram do PI PCEANIMAL e FEBREAFTOS respectivamente. As supervisões foram realizadas aproveitando os deslocamentos para realização de atividades relacionadas ao Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA) e Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA).

A parceria com Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (INDEA/MT) através de Termo de Cooperação Técnica e Convênio Anual possibilitou a realização das ações de fiscalização e vigilância zoossanitária do trânsito interestadual e internacional na fronteira do Brasil com a Bolívia. Essa parceria é fundamental para a manutenção da qualidade da sanidade animal no Estado de Mato Grosso.

2.3.2.2 Erradicação da Febre Aftosa – FEBREAFTOS

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado
Descrição	Realização de reuniões dos circuitos pecuários para estabelecimento das prioridades e estratégias zoossanitária; elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas; realização de diagnóstico e monitoramento soropidemiológico nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	SDA
Unidade Executora	SSA/DDA/SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	DSA
Coordenador Nacional da Ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Ênio José de Arruda Martins

O Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA) tem como estratégia principal a implantação progressiva e manutenção de zonas livres da doença, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Sua execução é compartilhada entre os diferentes níveis de hierarquia do serviço veterinário oficial com participação do setor privado. Os governos estaduais, representados pelas secretarias estaduais de agricultura e instituições vinculadas, responsabilizam-se pela execução do PNEFA no âmbito estadual. As atividades são predominantemente executadas, de forma direta, pelo Instituto de Defesa Agropecuária do estado de Mato Grosso (INDEA/MT), ficando a cargo desta Superintendência, por meio do seu Serviço de Sanidade Agropecuária, o apoio técnico financeiro e a coordenação e supervisão dessas atividades. Esta parceria é fundamental para que o MAPA tenha o alcance necessário nas suas ações sanitárias. Em 2010 houve diversas modificações na classificação das unidades da federação segundo o risco de febre aftosa, dentre elas a área III do Pará que passou de alto risco (BR4) para médio risco (BR3) e os Estados do Amazonas e Amapá que passaram de risco não conhecido (BR-N) para alto risco (BR4). Com essas modificações não há, atualmente, nenhum estado com a classificação BR-N no país. Todos os estados que em 2009 eram classificados como risco mínimo (BR-1), DF, GO, MT, MG, PR, SP, AC, PA (área I), BA, ES, MS, RJ, RS, RO, SE, TO, e os municípios de Boca do Acre e Guajará, do estado do AM, passaram foram reclassificados como risco baixo (BR-2) e assim também não há nenhum estado no país com classificação de risco mínimo. Há uma perspectiva de que em 2011 toda a região nordeste seja reconhecida como área livre de febre aftosa.

Os fiscais do SSA realizam continuamente supervisões no órgão de defesa estadual INDEA/MT, visando analisar as condições de funcionamento das unidades, a condução das atividades e controles praticados em relação ao trânsito estadual e interestadual referentes ao PNEFA e avaliar as atividades relacionadas ao convênio MAPA/INDEA 001/09. Em 2010 foram supervisionadas as ULEs de Comodoro, Mirassol D' oeste, São José dos Quatro Marcos, Várzea Grande, Cuiabá, Barra do Garças, Água Boa, Canarana, Brasnorte, Juína, Aripuanã, Castanheira, Cáceres, Porto Esperidião, Vila Bela da Santíssima Trindade, as URS de Cáceres e Pontes e Lacerda e as BS do Corixinha, Corixa, Avião Caído, Las Petas, Ponta do Aterro, Fortuna, Marphil

e ainda o posto fiscal Pontal do Araguaia. Nestas unidades foram analisados relatórios e formulários que comprovam a realização das atividades inerentes ao PNEFA, documentos comprobatórios da execução das metas previstas no convênio, supervisão das vacinações diretas contra febre aftosa realizadas na fronteira, além de terem sido feitas fiscalizações em revendas de vacinas contra febre aftosa e propriedades rurais, como forma de subsidiar as supervisões.

O MAPA e o INDEA/MT com o apoio do GEFRON (Grupo Especial de Fronteira) realizam, desde 2007, uma operação de vigilância preventiva na fronteira do Mato Grosso e Bolívia visando impedir a entrada de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal. Tal ação visa minimizar os riscos de reintrodução da febre aftosa no país. Há sete barreiras sanitárias nos municípios de Cáceres, Porto Esperidião e Vila Bela da Santíssima Trindade. Em 2010, visando a maior segurança dos funcionários do INDEA/MT e os policiais do GEFron, e melhores condições de trabalho, desempenho, e eficiência das equipes de fiscalização nas barreiras, além de servir de base para as equipes volantes e de vigilância em propriedades, que utilizam as acomodações, foram construídas quatro bases fixas e outras duas ainda estão sendo construídas com recursos do FOCM. Sendo assim, a previsão é que em 2011 seis barreiras sanitárias estejam concluídas, além da BS do Avião Caído, que pertence a Polícia Militar, e que também serve como base para os fiscais do INDEA/MT. As atividades de vigilância na fronteira demandam a maior parcela das despesas executadas no âmbito do programa de desenvolvimento da bovideocultura. Com isto, o principal objetivo das ações foi plenamente alcançado, mantendo-se o Estado com o “status” nacional de zona livre de febre aftosa e, portanto, em condições de exportar para muitos países.

Os monitoramentos soroepidemiológicos para avaliar a eficiência da vacinação contra febre aftosa e para verificação de circulação viral realizados em todo o estado, atividades coordenadas pela SFA junto ao DSA e executadas pelo INDEA/MT objetivando atender exigências da União Européia e manter o status do estado de livre de febre aftosa com vacinação, começaram a ser realizadas em outubro e se estenderam até dezembro, com as visitas de monitoramento nas propriedades incluídas na sorologia de circulação viral. Além desta atividade, continua em andamento no estado, com previsão de término para maio de 2011, o Projeto PNC- Estudo a Campo para Avaliar a Detecção de Anticorpos Contra Proteínas Não Capsidais do Vírus da Febre Aftosa em Bovinos Vacinados. Trata-se de um estudo cujos principais objetivos são: produzir um diagnóstico de situação sobre o nível de indução de reatividade contra PNC, das vacinas utilizadas no país, nos testes sorológicos utilizados nos estudos de avaliação de circulação do vírus da febre aftosa; avaliar e modelar temporalmente a reatividade (curva de reatividade segundo dias após última vacinação) em bovinos submetidos à revacinação em curto espaço de tempo e vacinados sistematicamente de acordo com o esquema de duas vacinações anuais (cada seis meses), como suporte para a interpretação de resultados de estudos sobre circulação viral e outros; e contribuir para o aperfeiçoamento das normas para controle das vacinas contra a febre aftosa, no que se refere à indução de anticorpos contra PNC. Neste projeto, em 2010 coube ao SSA a aquisição de material de consumo, a partir do mês de abril, bem como o acompanhamento e supervisão das atividades realizadas pelo INDEA/MT nas fazendas Fonte e Salto das Nuvens, ambas no município de Tangará da Serra.

Além destas atividades, houve ainda, em março o acompanhamento da missão internacional da União Européia em propriedades integrantes do SISBOV e frigoríficos, em maio houve participação na Conferência sobre Defesa Sanitária em Belo Horizonte e em novembro foi realizado um sobrevoo com recursos do FESA/MT na fronteira entre Brasil e Bolívia para avaliar a condição das estradas carreteiras que ligam as propriedades entre os dois países. Foram realizadas palestras sobre o PNEFA para médicos veterinários autônomos do Estado, houve participação em reuniões na fronteira entre Brasil e Bolívia, envolvendo o serviço público e a iniciativa privada e em Brasília para tratar de assuntos como prestação de contas de convênio, GTA eletrônica, acompanhamento do PNC, e outros assuntos relacionados ao programa. Durante todo o ano houve também supervisões para acompanhamento das construções das barreiras sanitárias e um levantamento dos bens adquiridos através de convênios entre o MAPA e o INDEA/MT.

As atividades previstas e realizadas, o custo e os indicadores e taxas do PI FEBREAFTOS estão demonstrados nas tabelas abaixo:

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Supervisão de UR	2	4
Supervisão de PNC	8	5
Supervisão das Barreiras Sanitárias	10	14
Supervisão de ULE	22	15
Supervisão dos Postos de Fiscalização	1	1
Fiscalizações	18	31
Reunião	1	5
Treinamento	2	3
TOTAL	64	78

Pode-se observar que as atividades de supervisão ficaram aquém das metas previstas, as quais ficaram prejudicadas em parte, por demandas em outras atividades, como participação em reuniões, treinamentos e cursos. Acredita-se, porém, que a quantidade de supervisões realizadas foi suficiente para atender aos objetivos propostos, tendo sido elaborados dois relatórios, um para o primeiro e outro para o segundo semestre, onde foram avaliadas a efetividade e eficácia das atividades realizadas pelo INDEA/MT no que se refere ao PNEFA e propostas soluções para melhoria do serviço estadual, o qual deve elaborar um plano de ação para correção das inconformidades verificadas.

Com relação ao grande número de fiscalizações realizadas, houve uma demanda pelo INDEA/MT de recursos do MAPA para subsidiar a fiscalização da vacinação contra febre aftosa de novembro, e para isso foi necessário o acompanhamento dessa atividade, para avaliar a correta aplicação desses recursos, por isso a vacinação direta em 17 propriedades na fronteira foram fiscalizadas por fiscais do SSA.

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Contribuições	1.256.318,60	1.256.318,60
Diárias - Pessoal Civil	46.793,24	46.286,81
Material de Consumo	41.900,00	41.698,21
Passagens e Despesas com Locomoção	28.010,04	17.419,58
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	837.547,50	794.354,64
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.700,00	2.450,00
Auxílios	610.600,00	610.600,00
Equipamentos e Material Permanente	226.000,00	225.026,48
Total	3.049.869,38	2.994.154,32

As despesas deste PI relativas às diárias a terceiros referem-se ao serviço de fiscalização na fronteira entre Brasil e Bolívia, nos municípios e Cáceres, Vila Bela da Santíssima Trindade e Porto Esperidião e à vacinação direta de febre aftosa nos municípios da fronteira na etapa de novembro, época em que os recursos do convênio nº 001/09 ainda não havia sido liberados, devido ao período eleitoral.

A natureza da despesa “Contribuições” se refere aos recursos para custeio e a despesa “auxílios”, ao recurso disponibilizado para investimentos repassados ao órgão de defesa estadual através do convênio MAPA/INDEA/MT nº 001/09. A despesa “equipamentos e material permanente” é para aquisição de equipamentos e/ou veículos para utilização da SFA. A despesa “outros serviços” refere-se ao auxílio repassado ao INDEA/MT para colaboradores eventuais nas atividades da fronteira Brasil/Bolívia, devido ao fato do recurso do convênio não ter sido repassado na época devido ao período eleitoral.

Além desses, foram dispensado recursos do PI para as atividades listadas na tabela abaixo:

Acompanhamento da construção das Barreiras Sanitárias na fronteira	10.837,80
Reuniões (Brasília ou Cáceres)	3.929,36
Levantamento de Bens adquiridos com recursos de convênio	12.868,20
Auditorias nacionais do PNEFA	3.759,50
Outros (Acompanhar missão da EU, inauguração dos postos na fronteira, sobrevôo na	3.398,21

fronteira, Conferência sobre Defesa Animal)	
TOTAL	34.864,07

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma supervisão/fiscalização Realizada (CSFR)	Percentual de supervisões/fiscalizações Realizadas em relação ao Programado (PSR)	Bovinos e Bubalinos vacinados nas 03 etapas de vacinação contra febre aftosa em 2010
Fórmula de Cálculo	CSFR = CTSF / NSFR	PSFR = (NSR / NSP) * 100	PBV= (PE1 + PE2 + PE3)
Operadores:	CTSF = Custo Total de Supervisões/fiscalizações (R\$) NSFR = Número de Supervisões/ fiscalizações Realizadas	NSFP = Número de Supervisões/fiscalizações Programadas NSFR = Número de Supervisões/fiscalizações Realizadas	PBV = percentual de bovinos vacinados PE1 = Percentual Etapa 1 PE2 = Percentual Etapa 2 PE3 = Percentual Etapa 3
Valores	CTSF =15471,67 NSFR = 70	NSFP= 61 NSFR= 70	NBV= (100% + 99,68% +99,74) /3
Resultado	R\$ 221,00 *	% 100	99,80 %
Und. Medida:	R\$/ Supervisão/Fiscalização	Percentual (%)	Porcentagem (%)
Observações	O valor se refere às diárias para fiscal e motorista (R\$12971,67) e uma estimativa do combustível (R\$2.500,00) utilizado em todas as viagens para supervisão, auditorias e fiscalização.	Foram computadas todas as supervisões/fiscalizações	
Fonte:	SAPAMATO 2010	PAINEL DE CONTRIBUIÇÃO 2010	Relatórios de vacina INDEA/MT- 2010

*Não entram nestes cálculos reuniões e treinamentos, para efeito de cálculo e comparação com o índice encontrado em 2009 (R\$209,57).

Observa-se que em relação ao ano passado houve um ligeiro aumento dos custos por supervisão, no entanto, o cálculo não leva em conta as supervisões de outros programas, como por exemplo, do PNCEBT, e de convênios entre o MAPA e o INDEA/MT que são realizadas por outros fiscais que viajam junto, visando otimizar os recursos.

O índice de eficácia, entretanto teve um aumento significativo, pois, como explicado anteriormente, houve um incremento de fiscalizações em relação às metas. Conforme Relatório de Gestão de 2009, as mesmas atividades foram estimadas com mais parcimônia, devido ao fato de que durante o ano ocorrem diversos motivos que adiam ou mesmo impedem a realização de algumas atividades como, por exemplo, atividades emergenciais ou extraordinárias que demandam fiscais, reuniões e treinamentos, que não são programados no início do ano, dentre outros.

Em relação à efetividade o valor permaneceu equivalente, e o índice de vacinação no Estado é bastante satisfatório, sendo este indicador considerado positivo.

2.3.2.3 Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais - PCEANIMAL

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança zoonosológica nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais.

Descrição	Estabelecimento de diretrizes zoonosológicas para o País, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e estações de quarentena; elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas do País, zonas ou propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle local; consolidação de sistema de informação zoonosológica; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	SDA
Unidade Executora	SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	SSA/DDA/SFA-MT
Coordenador Nacional da Ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Enio José de Arruda Martins

Programa	Produtos	Física	
		Previstas	Realizadas
Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose - PNCEBT	Fiscalização de Médicos Veterinários habilitados e lojas veterinárias	82	66
	Supervisão de Unidades locais de execução do INDEA/MT	20	14
Programa Nacional de Controle de Resíduos - PNCR	Coleta de urina de bovinos vivos	90	90
Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros, Prevenção da Vaca Louca e Demais Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis - PNCRH	Supervisão de Unidades de Atenção Veterinária – UAV do INDEA/MT	22	29
	Capacitação de profissionais para atuação no PECRHE	72	103
	Fiscalização de propriedades rurais com Bovinos importados para vigilância da Encefalopatia Espongiforme Bovina - EEB	3	5
Programa Nacional de Sanidade Suídea - PNSS	Fiscalização e supervisão técnica nos estabelecimentos de produção e reprodução de suínos	5	2
Programa Nacional de Sanidade Avícola - PNSA	Fiscalização de estabelecimentos avícolas	35	12
	Supervisão das atividades de defesa sanitária animal nas unidades locais de execução do INDEA e Méd. Veterinários habilitados	15	11
TOTAL	Ações Programadas e executadas pelo PCEANIMAL	344	332

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	79.748,22	75.555,57
Material de Consumo	47.635,46	46.873,61
Passagens	24.824,48	21.062,92
Serviço de Terceiros Pessoa Física	265,50	265,50
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídico	66.170,14	63.675,94
Equipamentos e Material Permanente	515.260,26	351.136,26
Despesas de Exercícios Anteriores	2.273,54	2.079,54
Indenizações e Restituições	9.720,42	6.357,82
Total	745.898,02	491.451,6

Atributo	Indicadores	
	Eficácia	Eficiência
Indicador	Percentual de Ações realizadas em relação às	Custo de uma ação realizada (CAR)

	programadas (PAPR)	
Fórmula de Cálculo	$PAPR = (NAR / NAP) * 100$	$CAR = CTA / NA$
Operadores:	NAP = Número de Ações Programadas NAR = Número de Ações Realizadas	CTA = Custo Total das Ações (R\$) NA = Número de Ações
Valores	NAP=344 NAR=332	CTA =80.555,00 NA = 332
Resultado	96,5 %	R\$ 242,63
Unidade de med.:	Percentual (%)	R\$242,63/Ação (fiscalizações/supervisões/colheita de amostra)
Observações		O valor se refere às diárias para fiscal e motorista e uma estimativa do combustível utilizado em todas as viagens para supervisão, fiscalização e colheita de amostras.
Fonte:	SSA-MT	SAPAMATO 2010

1 - AÇÕES PROGRAMADAS: fiscalizações, supervisões e colheita de amostra de urina em bovinos

Elementos de Despesa	Realizadas
Diárias - Pessoal Civil	40.555,00
Material de Consumo	40.000,00
TOTAL	80.555,00

2 - AÇÕES NÃO PROGRAMADAS*

Elementos de Despesa	Realizadas
Diárias - Pessoal Civil	35.000,00
Material de Consumo	6.873,61
Passagens e Despesas com Locomoção	21.062,92
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	265,50
Indenizações e Restituições	6.357,82
TOTAL	69.559,85

3 – OUTROS**

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	66.170,14	63.675,94
Equipamentos e Material Permanente	515.260,26	351.136,26
TOTAL	581430,40	414.812,20

O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose – PNCEBT, o Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes – PNCRC, o Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros, Prevenção da Vaca Louca e Demais Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis – PNCRH, o Programa Nacional de Sanidade Suídea – PNSS, o Programa Nacional de Sanidade Equídea - PNSE e o Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA, estão agrupados no PI – PCEANIMAL, com a Finalidade de Garantir a segurança zoonosológica nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os

parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais através de ações de Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais.

O Indicador de eficiência foi calculado utilizando-se uma estimativa do custo total das ações programadas referente às diárias para fiscal e motorista e uma estimativa do combustível utilizado em todas as viagens para supervisão, fiscalização e colheita de amostra de urina de bovinos. Conforme tabela 1.

*Entretanto, dentro do valor financeiro existiram diversas ações que não foram programadas conforme tabela 2, tais como: Treinamento em Diagnóstico de AIE no LANAGRO/MG, Reunião CAO/DSA/convênio em Campo Grande/MS e Recife/PE, Reunião Técnica do PNCRC, Acompanhamento construção Barreiras Sanitárias, Reunião técnica do PNCEBT em São Paulo, Brasília e Espírito Santo, Reunião Técnica do PNSS no RS e GO, Reunião Técnica Fronteira Brasil/Bolívia, Reunião Técnica dos Programas Sanitários em Brasília, Reunião dos Chefes dos SSAs, Conferência Sanitária Animal em Belo Horizonte/MG, Supervisão do Estudo à Campo para detecção de proteínas não capsidais do Vírus de Febre Aftosa em Bovinos Vivos, Sacrifício de bovinos, Visita Técnica, Supervisão de Fronteira, Treinamento para Habilitação de Médicos Veterinários Autônomos, Reunião Técnica sobre trânsito em Brasília, Reunião Técnica em Campinas do PNCRH, Avaliação do PNCRH na AGED/Maranhão, Avaliação do PNCRH na ADEPARÁ/Pará, Auditoria do PNSA, Supervisão de Convênio, Reunião com representantes da Bolívia, Indenizações à proprietários de bovinos positivos para tuberculose.

**Foram utilizados recursos financeiros em Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica com Correios, manutenção de veículos, encaminhamento de amostras, serviços gráficos, telefone, manutenção ar condicionado, reforma instalações físicas, locação de maquina fotocopadora, suporte em informática, licenciamento anual e seguro obrigatório, serviços sedex destinado à análise laboratorial, análise de amostras de progesterona e estradiol em bovino, lavagem de veículos e fornecimento de combustíveis. Em Equipamentos e Material Permanente, foram adquiridos principalmente veículos e móveis.

I – PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE E ERRADICAÇÃO DA BRUCELOSE E TUBERCULOSE - PNCEBT

Atributo	Indicadores		
	Eficácia		Efetividade
Indicador	Percentual de Unidades de Locais do INDEA Supervisionadas em relação ao programado (PSUAVP)	Percentual de Médicos Veterinários habilitados e lojas veterinárias fiscalizadas (PMVF)	Índice de vacinação de brucelose (IVB)
Fórmula de Cálculo	$PSUAV = (NSUAVR / NSUAVP) * 100$	$PMVF = (NFR / NFP) * 100$	$IVB = IVR + IVP / 2$
Operadores:	NSUAVP = Número de Unidades locais programados a Supervisionar NSUAVR = Número de Supervisão de Unidades Realizadas	NFP = Número de fiscalizações programadas NPF = Número de fiscalizações realizadas	IVB = Índice de vacinação de Bezerras IVP = Índice de vacinação de propriedade
Valores	NSUAVP=20 NSUAVR=14	NFP= 82 NFR= 66	IVB= 96,0% IVP= 70,0%
Resultado	70 %	80,5 %	83,0%
Unidade de med.:	Percentual (%)	Percentual (%)	Porcentagem
Observações			
Fonte:	SSA-MT	SSA-MT	INDEA/MT

Em 2010, foi programada a supervisão em 30% das ULEs do INDEA/MT nos municípios que possuem Médicos Veterinários Habilitados e a fiscalização de 25% dos Médicos Veterinários Habilitados, bem como lojas veterinárias para subsidiar a supervisão nas unidades locais e a fiscalização de Médicos Veterinários.

O índice de eficácia de 70% nas supervisões realizadas, em 2010, deveu-se a realização de atividades não programadas como: realização de sacrifícios de animais positivos para tuberculose resultante do Estudo de Prevalência, análise de prestação de contas do 5º e 7º Termos Aditivos do convênio MAPA/INDEA/MT nº 001/04, reuniões nacionais nos estados de São Paulo, Espírito Santo e Distrito Federal para tratar de assuntos do PNCEBT, seminário sobre o PNCEBT na USP/SP, Conferência sobre Defesa Animal em Belo Horizonte/MG, fiscalização do convênio MAPA/INDEA/MT nº 001/09, em Barreiras Sanitárias, ULEs e URS, fiscalização da vacinação contra febre aftosa em propriedades rurais na fronteira Brasil/Bolívia, acompanhamento da construção de 6 (seis) Barreiras Sanitárias na fronteira Brasil/Bolívia e participação nas reuniões do grupo de trabalho da Estratégia Nacional de Vigilância Integrada de Zoonoses – ENVIZ . Foram realizadas ainda, habilitações de Médicos Veterinários para o PNCEBT e Palestras sobre a legislação do PNCEBT nos treinamentos ministrados pela UFMT, para a habilitação de Médicos Veterinários para o diagnóstico de brucelose e tuberculose, e pelo INDEA/MT, para cadastramento de Médicos Veterinários para realizarem a vacinação de brucelose.

No entanto, não houve prejuízo à conclusão do diagnóstico quanto ao andamento do PNCEBT no Estado de Mato Grosso com conseqüente emissão de relatório final de supervisão e encaminhamento ao INDEA/MT para elaboração de um plano de ação para sanar as não conformidades.

O índice de eficácia de 80,5% de fiscalizações foi devido às fiscalizações estarem vinculadas as supervisões de unidades locais do INDEA/MT e, portanto nas unidades programadas e não executadas também não houve fiscalizações.

O PNCEBT no Estado de Mato Grosso atingiu em 2010, 618 (seiscentos e dezoito) Médicos Veterinários treinados pela UFMT para habilitação, 284 (duzentos e oitenta e quatro) Médicos Veterinários Habilitados, na SFA/MT, para fins de execução de atividades previstas no regulamento do Programa, referentes à realização de testes diagnósticos de brucelose e tuberculose e participação no processo de certificação de estabelecimentos de criação livres ou monitorados para brucelose e tuberculose bovina e bubalina, no Estado de Mato Grosso.

A Efetividade de 2010, medida através do índice de vacinação de brucelose (média do índice de vacinação de bezerras e de propriedades vacinadas) teve um decréscimo de 0,3%. Considerando que o índice mínimo desejável para a redução da prevalência é de 80% de vacinação de bezerras, e este foi de 96%, podemos considerar como satisfatório. No entanto, o índice de vacinação de propriedades de 70% está aquém do satisfatório e deverá ser o foco das fiscalizações do INDEA/MT, em 2011.

Para 2011, foi programada a fiscalização de 30% dos Médicos Veterinários Habilitados no estado de Mato Grosso, supervisão de 30% das unidades locais do INDEA/MT em que há Médicos Veterinários Habilitados, e fiscalização em lojas veterinárias para subsidiar a supervisão no INDEA/MT.

II - PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE RESÍDUOS – PNCRC

Indicadores

Atributo	Indicadores	
	Eficácia	Efetividade
Indicador	Percentual de fiscalizações realizadas em relação ao programado (PFR)	Taxa de conformidade de amostras (TCF)

Fórmula de Cálculo	$PFR = (NFR / NFP) * 100$	$TCF = (TAA / TAC) * 100$
Operadores:	NFP = Número de Fiscalizações Programadas NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	TAA = Total de Amostras Analisadas TAC = Total de Amostras Coletadas
Valores	NFP = 90 NFR = 90	TAC = 180 TAA = 180
Resultado	100 %	100 %
Unidade de med.:	Percentual (%)	Percentual (%)
Observações	O número de fiscalizações programadas foi baseado no número de amostras a serem coletadas, estipulado pela Coordenação do PNCRC para o ano de 2010.	Todas as amostras coletadas foram enviadas ao laboratório e foram analisadas.
Fonte:	SSA/SFA-MT	SSA/SFA-MT

Os objetivos das atividades do PNCRC/ Bovino Vivo, são de melhorar a qualidade da produção pecuária através de orientação dos trabalhadores e produtores rurais sobre o uso responsável de medicamentos veterinários, bem como fiscalizar e coibir a utilização de produtos proibidos, como os hormônios anabolizantes promotores de crescimento. Esse trabalho visa a segurança dos alimentos de origem animal para o consumidor, aumentando dessa forma a credibilidade da pecuária brasileira frente às barreiras comerciais sanitárias internacionais.

As coletas de urina de bovinos vivos são realizadas mensalmente, sendo o número de amostras coletadas definidas pela Coordenadoria do PNCRC. As ações são realizadas entre os meses de março a novembro.

Os recursos disponibilizados durante o ano de 2010 foram suficientes para o desenvolvimento das ações do Subprograma de Monitoramento. As principais despesas foram com diárias e combustível para o deslocamento até as propriedades rurais, envolvendo 1 (um) Fiscal Federal Agropecuário e 1 (um) Motorista.

As dificuldades encontradas para o desenvolvimento do PNCRC no Estado de Mato Grosso estão relacionadas com o prazo estipulado pela Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes – CCRC para coleta e envio das amostras ao laboratório. O prazo de 15 dias para a amostra chegar ao laboratório, contados a partir do dia da coleta, inviabiliza o monitoramento em municípios mais distantes (acima de 1.000 Km), já que apenas 1 (um) Fiscal é responsável pelo programa. Mensalmente são 13 ou 15 estabelecimentos a serem fiscalizados, levando 2 (duas) semanas para visitá-los de forma aleatória, sem agendar previamente com o proprietário. Para cumprir o prazo, o Fiscal teria que retornar à SFA ao final de cada semana de trabalho, dobrando os custos com o veículo, aumentando o desgaste físico, além de comprometer a qualidade das fiscalizações. No segundo semestre do ano de 2010, ocorreram casos de atrasos para a realização das coletas, e como a sequência numérica das Requisições Oficiais de Análise – ROA tem data limite para inserção no Sistema de Controle de Resíduos e Contaminantes - SISRES, os atrasos foram comunicados à coordenação com antecedência, para que fossem geradas novas sequências em substituição das expiradas.

Propomos como melhoria para o PNCRC que a SFA/MT tenha uma equipe composta por Fiscais do SEFIP, SIPOA e SSA responsáveis pelo programa, para elaboração de um método de educação sanitária e para agir conjuntamente nas investigações dos casos de violação ou apreensão de substâncias proibidas.

III - PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DA RAIVA DOS HERBÍVOROS, PREVENÇÃO DA VACA LOUCA E DEMAIS ENCEFALOPATIAS ESPONGIFORMES TRANSMISSÍVEIS - PNCRH

	Eficácia
--	-----------------

Atributo	Capacitação de profissionais para atuação no Programa Estadual de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias	Fiscalização de propriedades rurais com bovinos importados para vigilância da Encefalopatia Espongiforme Bovina - EEB	Supervisão de Unidades de Atenção Veterinária do INDEA/MT
Indicador	Percentual de profissionais capacitados em relação ao programado (PPC)	Percentual de Propriedades Fiscalizadas em relação ao programado (PPFC)	Percentual de Unidades de Atenção Veterinária do INDEA Supervisionadas em relação ao programado (PSUAVP)
Fórmula de Cálculo	$PPC = (NPC / NPP) * 100$	$PPFC = (NPF / NPPF) * 100$	$PSUAV = (NUAVSR / NSUAVP) * 100$
Operadores:	NPPC = Número de profissionais programados a capacitar NPC = Número de profissionais capacitados	NPPF = Número de Propriedades programadas a Fiscalizar NPF = Número de Propriedades Fiscalizadas	NSUAVP = Número de Unidades de Atenção Veterinária programados a Supervisionar NUAVSR = Número de Unidades de Atenção Veterinária com Supervisões Realizadas
Valores	NPPC= 72 NPC=103	NPPF= 3 NPF= 5	NSUAVP=22 NUAVSR= 29
Resultado	143,05 %	166,6 %	131,81 %
Unidade de med.:	Percentual (%)	Percentual (%)	Percentual (%)
Fonte:	SSA-MT	SSA-MT	SSA-MT

EFETIVIDADE

Índice de bovinos mortos por raiva em 2010 em relação ao ano anterior

$$[(BM2010 / BM2009) - 1] \times 100 = X \quad [(372 / 426) - 1] \times 100 = -12,67\%$$

Fonte: Informe mensal sobre raiva dos herbívoros (INDEA/MT)

Para execução das atividades da ação foram utilizados recursos orçamentários e financeiros alocados no Plano Interno - PI PCEANIMAL.

Para atingir os objetivos da ação, Controle da Raiva dos Herbívoros, Prevenção e Controle das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis, incluindo a Encefalopatia Espongiforme Bovina (Doença da Vaca Louca) foram executadas as seguintes atividades: Atuação em focos e perifocos de ocorrências de doenças nervosas, com indicação da vacinação de herbívoros domésticos nos focos e perifocos num raio de 12 km, cadastro e monitoramento de abrigos de morcegos hematófagos transmissores da raiva, captura e tratamento desses transmissores nos abrigos cadastrados, capacitação de Médicos Veterinários oficiais e autônomos, fiscalização e colheita de amostras de alimentos para ruminantes em propriedades rurais, para pesquisa de proteína de origem animal, fiscalização de bovinos importados de país de risco para vigilância da Vaca Louca, triagem e envio de amostras ao laboratório para diagnóstico histopatológico e imunohistoquímico para Vaca Louca e Paraplexia Enzoótica do Ovinos (Scrapie). Essas atividades foram executadas por Fiscais Federais Agropecuários – FFA, da Superintendência Federal de Agricultura – SFA/MT e por Médicos Veterinários Oficiais do Instituto de Defesa Agropecuária - INDEA/MT, tendo algumas atividades em interface com Médicos Veterinários autônomos, principalmente atendimento a campo de suspeitas de doenças nervosas em herbívoros.

Coube ao Serviço de Saúde Animal - SSA/SFA/MT executar diretamente as atividades de Supervisão das atividades delegadas da ação, capacitação de Médicos Veterinários oficiais e autônomos, fiscalização de bovinos importados, triagem e envio de amostras de Tronco Encefálico ao laboratório para diagnóstico histopatológico e imunohistoquímico para as Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis (Vaca Louca e Scrapie).

De maneira geral, o desempenho do Serviço com esta ação foi satisfatório.

O Serviço de Saúde Animal – SSA/SFA/MT, para certificar-se do andamento das atividades da ação, acima descrita, a nível de Unidades de Atenção Veterinária – UAV do

INDEA/MT e a campo realizou supervisão em 29 (vinte e nove) Unidades de Atenção Veterinária - UAV, das 65 (sessenta e cinco), unidades existentes, totalizando um percentual de 44,61% de UAV supervisionadas, tendo havido, portanto, um acréscimo de 24,1% de UAV supervisionadas em relação às 22 (vinte e duas) programadas a supervisionar. Os resultados das supervisões foram registrados em relatórios que foram encaminhados ao órgão executor da defesa sanitária animal em Mato Grosso, o INDEA/MT para correção das não conformidades detectadas quando pertinente.

Para execução de atividades do Programa de Controle da Raiva dos Herbívoros, Prevenção da Vaca Louca e outras Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis foram capacitados 103 (Cento e três) Médicos Veterinários oficiais do INDEA/MT e SFA/MT, e da iniciativa privada, mediante a realização de palestras técnicas, treinamentos teóricos e práticos em estabelecimentos de abate de bovinos para colheita de tronco encefálico, atividade realizada em parceria com a UFMT e INDEA/MT.

Durante o ano de 2010 foram notificadas suspeitas de ocorrências de doenças nervosas em herbívoros de 295 (duzentos e noventa e cinco) propriedades rurais, destas notificações, em 62 (sessenta e duas) - propriedades 21%, confirmaram a ocorrência de raiva, quando vieram a óbito 372 (trezentos e setenta e dois) herbívoros. Os herbívoros das 233 (duzentas e trinta e três) propriedades (79%) com resultados negativos para raiva e com as idades acima de 24 (vinte e quatro) meses para bovinos e 12 meses para ovinos, foram submetidos ao teste histopatológico e imunohistoquímico para Encefalopatia Espongiforme Bovina e Paraplexia Enzoótica dos Ovinos (Scrapie) respectivamente, com resultados negativos, atividade integrante da vigilância para essas doenças. Esse procedimento é adotado em função da incorporação das mesmas ao sistema de vigilância da raiva dos herbívoros – Portaria Ministerial nº 516, de 09 de dezembro de 1997 e Instrução Normativa Ministerial nº 05, de 01 de março de 2002.

Em 2010, no Estado de Mato Grosso, houve uma diminuição de 12,66% de herbívoros mortos por raiva em relação ao ano de 2009 (426 herbívoros mortos em 2009 e 372 herbívoros mortos em 2010), houve também, uma diminuição de 7,46% na ocorrência de focos em 2010 em relação ao ano anterior (62 focos em 2010 e 67 focos em 2009). Esse resultado foi obtido aplicando as estratégias de ação preconizadas pelo Programa com vistas a atingir o objetivo que é baixar a prevalência da raiva em herbívoros domésticos.

Em regiões dos focos e perifocos, de 2010, foram capturados e tratados 524 (quinhentos e vinte e quatro) morcegos hematófagos da espécie *Desmodus rotundus*, em 177 (Cento e sessenta e sete) abrigos e próximos à fonte de alimentação, ação necessária para o controle populacional do principal transmissor da raiva dos herbívoros, pois é sabido que 01 (um) morcego hematófago capturado e tratado com Warfarina (Anticoagulante) é capaz de eliminar até 20 (vinte) outros morcegos hematófagos não capturados. Ainda, dentro das atividades desenvolvidas do programa de controle da raiva dos herbívoros, foram vacinados 2.483.973 herbívoros nos focos e perifocos relacionados aos 62 (sessenta e dois) focos registrados em 2010, perfazendo um total de 14.142 propriedades atendidas.

A Encefalopatia Espongiforme Bovina – EEB/BSE, conhecida como doença da vaca louca é exótica para o Brasil, e para a vigilância e monitoramento de sua possível ocorrência no país, as atividades de fiscalização de bovinos importados de países de ocorrência da doença foram executadas pelo Serviço de Saúde Animal - SSA e Instituto de Defesa Agropecuária - INDEA/MT (Órgão executor da defesa sanitária animal no estado). Para atendimento dessa vigilância, no Estado, foram fiscalizados os 09 (nove) bovinos importados, de país de risco de ocorrência, em 05 (cinco) propriedades rurais. Integrando as ações de vigilância e monitoramento para a vaca louca, 1.577 (Um mil, quinhentos e setenta e sete) amostras de tronco encefálico, foram colhidas pelo Serviço de Inspeção Federal – SIF, de bovinos de abate de emergência, em Frigoríficos sob inspeção federal, tendo sido triadas pelo Serviço de Saúde Animal – SSASFA/MT e enviadas ao laboratório de Patologia da Universidade Federal do Rio Grande do SUL, com sede em Porto Alegre/RS, para realização do teste histopatológico e imunohistoquímico para as Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis – EET, incluindo a doença da vaca louca, que resultaram negativos mantendo a doença exótica.

Dentro da ação de vigilância e prevenção da doença da vaca louca executou-se também, a atividade de fiscalização de propriedades rurais com colheita de amostras de ração, com vistas a verificar o fornecimento proibido de proteínas de origem animal, conforme legislação vigente, tendo sido possível fiscalizar 173 (cento e setenta e três) propriedades rurais, dos municípios de risco para EEB, assim como colher 95 (noventa e cinco) amostras de alimentos para ruminantes, quando houve a detecção do fornecimento indevido de proteínas de origem animal, em 07 (sete) propriedades com colheita, representando 7,3%(sete vírgula três) das propriedades, tendo nesses casos aplicado a legislação vigente com eliminação dos bovinos que ingeriram indevidamente proteínas de origem animal, ação necessária para a prevenção da vaca louca (Encefalopatia Espongiforme Bovina – EEB). Vale registrar que esta atividade foi desenvolvida com a colaboração de Médicos Veterinários do INDEA/MT.

Medidas de saneamento a implementar:

Para se continuar tendo a diminuição do número de focos e do número de herbívoros mortos por raiva, no Estado de Mato Grosso, pretende-se, continuar determinando a vacinação compulsória de herbívoros em focos e perifocos, realizando cadastros e monitoramentos de abrigos de morcegos, capturas e tratamentos de morcegos hematófagos objetivando controlar a sua população, realizar treinamentos para Médicos Veterinários do SIF e do INDEA/MT, assim como da iniciativa privada sobre o programa de controle da raiva dos herbívoros domésticos.

Fluxo de processo

1. Análise laboratorial de material encefálico:

- Triagem de amostra de tronco encefálico e encaminhamento ao Laboratório: O Médico Veterinário do SIF após colher amostra do Tronco Encefálico de um bovino em abate de emergência e fixá-la em formol a 10% por um período de 7 a 10 dias preenche uma ficha de colheita identificando/numerando a amostra no frasco e na ficha, em seguida a encaminha a cada 15 dias ao SSA/SFA/MT que irá realizar a triagem e envio da amostra no mesmo mês do recebimento ao Laboratório.

2. Capacitação de profissionais veterinários, servidores e demais agentes para identificação de doenças nervosas:

a. Treinamento de Médicos Veterinários do SIF para colher Tronco Encefálico: faz-se a identificação do Médico Veterinário a treinar em seguida desloca-se ao Estabelecimento sob SIF de sua lotação e em uma cabeça de bovino desarticulada do corpo por meio do forâmen magno na articulação atlanto-occipital utilizando uma colher específica para esse fim retira-se o tronco encefálico colocando-o em um frasco de boca larga com formol a 10% fixando-o por um período de 7 a 10 dias e em seguida o Médico Veterinário do SIF faz o encaminhamento ao SEDESA/SFA/MT para triagem e envio ao laboratório credenciado para exame histopatológico de EEB. Para cada amostra colhida e colocada em um frasco numerado é preenchida uma ficha de colheita contendo os dados da fazenda de origem e seu proprietário e da GTA que acobertou o trânsito do animal;

b. Treinamento de Servidores do INDEA/MT para identificação de doenças nervosas: É elaborado o módulo do treinamento e seu conteúdo didático com período de execução, em seguida identifica o instrutor e o tempo de instrução. Havendo necessidade de recursos orçamentários e financeiros estes são programados e solicitados à administração central para alocação.

3. Controle Sanitário da raiva e EETs:

a. Supervisão das atividades delegadas de defesa sanitária animal: A atividade é realizada "in loco", e as constatações das supervisões são registradas em formulário próprio gerando um relatório final que é encaminhado ao INDEA/MT para conhecimento e correção das não conformidades.

b. Fiscalização de propriedades rurais: É realizada diretamente nas propriedades, quando se executa as atividades de inspeção de bovinos importados para vigilância da EEB, essas atividades após serem executadas são registradas em formulários próprios que são anexados aos processos previamente constituídos para acompanhamento dos bovinos importados; fiscalização e colheita de amostras de alimentos para ruminantes que são encaminhadas ao laboratório para análise de microscopia ótica para verificar se está sendo fornecido proteína e gorduras de origem animal a

ruminantes, proibido pela legislação vigente (Instrução Normativa Ministerial nº. 08, de 25 de março de 2004). Monitoramento de focos e perifocos de raiva dos herbívoros, atualização cadastral de propriedades rurais com atualização de informações eletrônicas do sistema de defesa sanitária animal do órgão executor.

IV - PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE SUÍDEA

Atributo	Indicadores		
	Eficácia		Efetividade
Indicador	Percentual de fiscalizações realizadas em relação ao programado (PFR)	Percentual de treinamentos realizados em relação ao programado (PTR)	Percentual de não ocorrência de doenças controladas em GRSC em 2010
Fórmula de Cálculo	$PFR = \frac{NFR}{NFP} \times 100$	$PTR = \frac{NTR}{NTP} \times 100$	$(NDCSF2009 / NDC) \times 100 =$
Operadores:	NFP = Número de Fiscalizações Programadas NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	NTP = Número de Treinamentos Programados NTR = Número de Treinamentos Realizados	NDCSF = n ° de doenças controladas em GRSC sem ocorrência de foco NDC = n ° de doenças controladas em GRSC Doenças: Peste Suína Clássica, Aujeszky, Brucelose, Tuberculose, Leptospirose e Sarna.
Valores	NFP= 5 NFR= 2	NTP = 01 NTR = 02	NDCSF = 6 NDC = 6
Resultado	PFR = 40 %	PTR = 200 %	100 %
Unidade de med.:	Percentual (%)	Percentual (%)	Percentual (%)
Observações			
Fonte:	SFA	SFA	SFA

Em 2010, foi programado um número pequeno de atividades no Programa Nacional de Sanidade Suídea (PNSS) e não foi programada nenhuma supervisão técnica no serviço oficial de defesa sanitária animal do estado, devido ao fato da FFA responsável pelo programa, ser responsável na época, também pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA), dividindo assim o tempo entre atividades dos dois programas.

As fiscalizações programadas nos estabelecimentos de produção e reprodução de suídeos (GRSC) não foram realizadas em sua totalidade, pois em Agosto o PNSS foi assumido por uma nova FFA responsável também pelo SISBOV, Informes Epidemiológicos e SivCont e esta por se encontrar em período de adaptação, interação, conhecimento do Programa e com inúmeras atividades atribuídas não conseguiu cumprir todas as metas programadas. Além do fato da falta de pessoal para trabalhar no Serviço, o que fez com que uma FFA assumisse dois Programas de grande demanda no SSA. Fatos estes que justificam o baixo indicador de eficácia.

No segundo semestre teve início ao Inquérito Soroepidemiológico em criatórios de suídeos como parte do Sistema de Vigilância Sanitária na Zona Livre de Peste Suína Clássica. Houve um treinamento para os fiscais do INDEA onde foi explanado como seriam feitas as coletas e preenchimento dos formulários, e o treinamento prático realizado em uma propriedade periurbana de Cuiabá. Para este inquérito foram coletadas amostras de 320 propriedades as quais foram escolhidas através de um ou mais critérios de risco descritos no formulário sendo que a distribuição destas propriedades por municípios foi pré-determinada por estudo estatístico.

A eficácia de treinamentos foi de 200%, pois houve um treinamento que não estava dentro da programação.

Nas fiscalizações realizadas nas granjas, foi acompanhado também o monitoramento sanitário das mesmas, que aconteceu em sua totalidade com a presença do Serviço Estadual de Defesa Sanitária Animal (INDEA/MT). Isto é importante no sentido de se acompanhar também o

desempenho dos Médicos Veterinários Oficiais do INDEA no desenvolvimento da atividade, garantindo maior controle dos resultados.

Dar-se-á prioridade no ano de 2011 aos estabelecimentos que não foram fiscalizados anteriormente.

A efetividade foi de 100% pois não houve ocorrência de doenças controladas em GRSC no ano de 2010.

Os controles sanitários nas granjas reprodutoras refletem na melhor condição sanitária dos rebanhos das unidades produtoras, assegurando e abrindo novos mercados para o produto Estadual.

A condição sanitária do estado, caracterizado como livre de Peste Suína Clássica (PSC) e sem registros de ocorrências de doença de Aujeszky, além de contribuírem para as exportações, também têm atraído a instalação de novas empresas no estado.

Para 2011, pretendemos avançar no Programa no que se refere à manutenção do status de zona livre para PSC. Continuaremos a implantar o Sistema de Vigilância Sanitária para PSC no Mato Grosso, com este Sistema pretendemos intensificar as atividades de vigilância passiva e ativa nas áreas reconhecidas como livres de PSC, com ênfase naquelas com maior probabilidade de reintrodução do vírus (vulnerabilidade) e maior capacidade do vírus se instalar em rebanho susceptível (receptividade); evitando, caso ingresse na área livre, que se espalhe (difusibilidade), minimizando assim os prejuízos. Estas atividades deverão ser aplicadas de forma sistemática e contínua, até que surtam os efeitos para os quais foram propostos e seja feita nova avaliação das metas do Programa. Ou seja, o objetivo é a padronização das ações de vigilância sanitária nos rebanhos de suínos dos estabelecimentos de criação situados na zona livre de PSC, de forma a garantir a manutenção do status sanitário alcançado.

O setor acessa com maiores investimentos no ano vindouro, expandindo ainda mais a atividade, que dependerá efetivamente de um maior controle sanitário dos rebanhos e, portanto, incrementos no processo de fiscalização.

Procurar-se-á conciliar mais as fiscalizações com as datas de monitoramento nas granjas, de forma a acompanharmos pelo menos um monitoramento por granja no ano.

V - PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE EQUINA

Atributo	Indicadores	
	Eficácia	Efetividade
Indicador	Não Aplicável, não houve programação	Percentual de resultados negativos para AIE em relação ao número de animais examinados. (PRN) Percentual de animais com resultado positivo sacrificados. (PAS)
Fórmula de Cálculo	$PFR = (NFR / NFP) \times 100$	$PRN = (NAN / NAE) \times 100$ $PAS = (NAS / NAP) \times 100$
Operadores:	NFP = Número de Fiscalizações Programadas NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	PRN = Percentual de Resultados Negativos NAN = Número de Animais Negativos NAE = Número de Animais Examinados PAS = Percentual de Animais Sacrificados NAP = Número de Animais Positivos NAS = Número de Animais Sacrificados
Valores	NFP= 0 NFR= 0	NAP = 1.717 NAE = 40.291 NAN = 38.574 NAS = 0
Resultado	PFR =	PRN = 95,73% PAS = 0%
Unidade de med.:	Percentual (%)	Percentual (%)
Observações	A fiscalização que era realizada pelo SSA junto	Estes dois indicadores foram criados a partir de

	aos laboratórios credenciados para diagnóstico de AIE, passou a ser de atribuição exclusiva da CGAL a partir do ano de 2010. Dessa forma não foram programadas e realizadas fiscalizações em laboratórios de AIE.	2009, dessa forma o aumento ou diminuição da efetividade deverão ser comparados com os anos seguintes. O indicador PRN reflete o número de resultados negativos do total de animais diagnosticados. O indicador PAS reflete o número de animais sacrificados pelo órgão oficial de defesa do Estado.
Fonte:	SSA/SFA-MT	SSA/SFA-MT

O Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos (PNSE) visa o fortalecimento da equideocultura nacional, por meio de ações de vigilância e defesa sanitária animal.

As ações previstas no PNSE são coordenadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), como Instância Central e Superior do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e executadas, em cada Unidade da Federação (UF), pelos órgãos de Defesa Sanitária Animal (Instâncias Intermediárias).

As supervisões em laboratórios credenciados pela Coordenadoria Geral de Laboratórios – CGAL/SDA que eram realizadas pelo SSA, passaram a ser atribuições exclusivas dos auditores da CGAL, como as auditorias de credenciamento e credenciamento de laboratórios. No ano de 2010 não foi realizada nenhuma atividade pela CGAL no Estado de Mato Grosso.

Nos últimos anos as supervisões de laboratórios se tornaram o foco das atividades do PNSE pelo SSA. Como este Serviço é responsável por supervisionar a execução das atividades de vigilância e defesa sanitária animal pelo INDEA/MT, o foco das atividades do PNSE deve estar relacionado com essas atividades, que prevê a cobrança de exame de AIE pra emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, a fiscalização das aglomerações de animais, e a marcação e sacrifício de animais positivos. Foram programadas supervisões com este intuito para o ano de 2011.

Não houve programação e execução orçamentária para este programa, já que no ano de 2010 não foram realizadas fiscalizações do PNSE pelo SSA/SFA/MT e CGAL/SDA.

As dificuldades e limitações observadas no ano de 2010 foram: a transição das atribuições de cada serviço frente ao programa, comprometendo a fiscalização dos laboratórios; a falta de treinamento por parte do DSECOA para os Fiscais do SSA realizarem as supervisões no órgão de defesa sanitária do Estado; o não comprometimento com o PNSE por parte do INDEA/MT, executor das atividades de defesa sanitária animal no Estado de Mato Grosso e; a quantidade reduzida de auditores da rede de laboratórios do MAPA, que não conseguem atender à demanda dos laboratórios pelas auditorias de credenciamento e credenciamento em curto prazo.

Propomos como melhoria das atividades do PNSE no Estado de Mato Grosso, que o SSA realize supervisão sobre as atividades do INDEA/MT no que se refere à vigilância e defesa sanitária animal, em cumprimento às legislações do Programa Nacional de Sanidade Equídea.

VI - PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE AVÍCOLA

Atributo	Indicadores			
	Eficácia			Efetividade
Indicador	Percentual de Fiscalização de estabelecimentos avícolas realizados em relação ao programado (PFR)	Percentual de treinamentos realizados em relação ao programado (PTR)	Supervisão das atividades de defesa animal nas unidades locais de execução do INDEA	Percentual de não ocorrência de doenças controladas em estabelecimentos matrizeiros em 2010
Fórmula de Cálculo	$PFR = (NFR/NFP) \times 100$	$PTR = (NTR/NTP) \times 100$	$PSR = (NSR / NSP) \times 100$	$(NDCSF2010 / NDC) \times 100 =$
Operadores:	PFR= Percentual de fiscalização realizada NFR= número de fiscalização realizada NFP= número de fiscalização programada	NTP = Número de Treinamentos Programados NTR = Número de Treinamentos	NSR=número de supervisão realizada NSP=número de supervisão programada	NDCSF = n ° de doenças controladas em estabelecimentos matrizeiros sem ocorrência de foco NDC = n ° de doenças controladas em

		Realizados		estabelecimentos matrizeiros Doenças: Gênero Salmonela (04 sorotipos) e Gênero Micoplasma (02 sorotipos) Newcastle Influenza Aviária
Valores	NFR= 12 NFP= 35	NTR = 7 NTP = 6	NSR= 11 NSP= 15	NDCSF = 6 NDC = 8
Resultado	PFR = 34,28 %	PTR = 116,66%	PSR= 73,33%	75,00 %
Unidade de med.:	Percentual (%)	Percentual (%)	Percentual (%)	Percentual (%)
Observações				
Fonte:	SSA/SFA-MT	SSA/SFA-MT	SSA/SFA-MT	SSA/SFA-MT

As atividades do PNSA com objetivo de elevar o desempenho dos rebanhos avícolas mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas foram executadas utilizando-se dos recursos orçamentários e financeiros alocados no Plano Interno - PI PCEANIMAL.

Par atingir os objetivos do Programa foram executadas as seguintes atividades:

Acompanhamento do Projeto de Compartimentação em Lucas do Rio Verde;

Fiscalização de estabelecimentos de reprodução (aves e ratitas) que se encontram registrados nesta SFA e com pedidos de registro;

Fiscalização de Méd. Veterinários habilitados à emissão de GTA (Guia de Trânsito Animal) para aves e ovos férteis e treinamento dos mesmos nas atividades do PNSA;

Supervisão das Unidades Locais de Execução (ULE) do INDEA/MT (Instituto de Defesa Agropecuária do Mato Grosso) que atendem municípios que possuem estabelecimentos registrados ou com expressão na avicultura de corte ou postura;

Capacitação de Médicos Veterinários Autônomos, oficiais e FFA (Fiscal Federal Agropecuário) no PNSA;

Participações em reuniões do COESA (Comitê Estadual de Sanidade Avícola);

Certificação de estabelecimentos (núcleos) registrados nesta SFA (Superintendência Federal da Agricultura);

Análise e acompanhamento das notificações de mortalidade de aves pelo SIF na Vigilância Permanente para Doença de Newcastle e Influenza Aviária;

Realização de triagem e envio das amostras aos laboratórios, como parte da Vigilância Permanente para Doença de Newcastle e Influenza Aviária;

Essas atividades foram executadas por FFA do Serviço de Saúde Animal – SSA/SFA/MT, por Médicos Veterinários Oficiais do INDEA/MT e FFA do SEFIP e SIPOA.

As fiscalizações de estabelecimentos de reprodução em conformidade com a legislação pertinente, foram realizadas em conjunto com FFA do SEFIP, nas quais se obteve aproveitamento de deslocamentos do referido setor. Quanto aos estabelecimentos que se encontram registrados nesta SFA, foram realizadas algumas vistorias "in loco" pelo responsável do programa no SSA. Aproveitando-se os deslocamentos para vistoria, foram fiscalizados em conjunto com o INDEA/MT, os habilitados à emissão de GTA para aves e ovos férteis em cada ULE de cadastramento do habilitado.

As supervisões das Unidades Locais do INDEA, que possuem em seus municípios estabelecimentos avícolas de reprodução e comerciais, foram realizadas em conjunto com o responsável do PNSA no órgão estadual. As capacitações de Med. Veterinários Oficiais e autônomos foram promovidas pelo SSA/MT e INDEA/MT, com objetivo de mantê-los atualizados quanto às ações de prevenção, controle e erradicação de doenças e nas atividades desenvolvidas pelo PNSA. Na prevenção e controle da DNC (Doença de Newcastle) e Influenza Aviária foram realizadas notificações de mortalidade no transporte e alojamento das aves em produção, pelos FFA's do SIF, com triagem e encaminhamento de amostras ao LANAGRO/SP pelo SSA, assim como recebimento e envio de amostras provenientes da vigilância ativa em aves de descarte e de

notificações de doenças em estabelecimentos de reprodução, comerciais e propriedades de subsistência.

Até agosto de 2010 a FFA responsável pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA), era responsável também pelo Programa Nacional de Sanidade Suídea (PNSS), desenvolvendo assim atividades dos dois programas. A maioria das atividades do PNSS foi realizada no primeiro semestre de 2010, pois a partir de setembro outra FFA assumiu o programa.

As atividades do PNSA se concentraram no segundo semestre do ano, porém não foram realizadas em sua totalidade, devido ao fato citado anteriormente e à outras atividades demandadas e que não estavam programadas, tais como: Reunião Técnica do PNSS em Brasília e Porto Alegre/RS, solicitações de vistoria para registro e certificação de estabelecimentos avícolas, sacrifício de bovinos positivos para tuberculose, acompanhar Missão da Bolívia no PNSA, Conferência sobre Defesa Sanitária Animal em Belo Horizonte/MG, participação nas reuniões do grupo de trabalho da Estratégia Nacional de Vigilância Integrada de Zoonoses – ENVIZ, acompanhar Missão do Uruguai no PNSA, participar de reuniões do COESSUI e COESA (Comitê Estadual de Sanidade Suídea e Comitê Estadual de Sanidade Avícola), acompanhar representante da Coordenação de Sanidade Avícola em visita ao Projeto de Compartimentação, acompanhar monitoramento para certificação em estabelecimento avícola de reprodução, realizar coletas de urina para PNCRC, Auditoria Nacional do PNSA.

Fatos estes que justificam o baixo indicador de eficácia, assim como o fato das atividades do PNSA terem sido superestimadas em sua programação de 2010.

Para 2011, foi programada supervisão e fiscalização em 100% das ULEs do INDEA/MT nos municípios que possuem expressão na avicultura, 100% dos Médicos Veterinários Habilitados à emissão de GTA de aves, ovos férteis e pintos de um dia, 20% dos núcleos de estabelecimentos avícolas de reprodução e 100% dos Incubatórios. Onde se dará prioridade aos estabelecimentos, Méd. Veterinários habilitados e ULE's do INDEA que não foram fiscalizados e supervisionados no ano anterior.

O indicador de efetividade neste ano não foi de 100%, pois ocorreram 2 (duas) doenças em granjas Matriseiras, Mycoplasma synoviae e Salmonella enteritidis, onde foram tomadas as devidas providências de acordo com as legislações pertinentes.

INDICADORES POR PROGRAMA SANITÁRIO - PCEANIMAL

Eficácia

Programa	Indicador	Valor
PNCEBT	Supervisão órgão executor	70%
	Fiscalização de Médicos Veterinários	80,5%
PNCH	Fiscalizações realizadas	100 %
PNCRHE	Supervisão órgão executor	131,81 %
	Médicos Veterinários autônomos e oficiais treinados	143,05%
	Fiscalização de propriedades	166,6 %
PNSS	Fiscalização e supervisão técnica nos estabelecimentos de produção e reprodução de suínos	40 %
	Treinamentos	200 %
PNSE	Fiscalização de laboratórios	0%
PNSA	Supervisão órgão executor e Méd. Veterinários habilitados	73,33%
	Fiscalização e supervisão técnica de Estabelecimentos	34,28 %
	Treinamento de Médicos Veterinários autônomos e oficiais	116,66%

Efetividade

Programa	Indicador	Valor
PNCEBT	Índice de Vacinação de Brucelose	83%

PNCH	Taxa de conformidade de amostras (TCF)	100%
PNCRHE	Índice de bovinos mortos por raiva em 2010 em relação ao ano anterior	(-) 12,67%
PNSS	Percentual de não ocorrência de doenças controladas em GRSC em 2010	100 %
PNSE	Percentual de resultados negativos para AIE em relação ao número de animais examinados. (PRN)	95,73%
	Percentual de animais com resultado positivo sacrificados. (PAS)	0,0%
PNSA	Percentual de não ocorrência de doenças controladas em estabelecimentos matrizeiros em 2010	75,00 %

2.3.2.4 Desenvolvimento e Mon. de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar - RASTREAB1

Tipo	Atividade
Finalidade	Registrar e identificar o rebanho bovino e bubalino do território nacional possibilitando o rastreamento do animal desde o nascimento até o abate, disponibilizando relatórios de apoio a tomada de decisão quanto à qualidade do rebanho nacional e importado.
Descrição	Fiscalização, identificação e escrituração da procedência dos animais, gestão da movimentação, registro de eventos zootécnicos e dos insumos utilizados no processo de produção, coordenar e fiscalizar as entidades delegadas para execução.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	CSR
Unidade Executora	SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	SSA/DDA/SFA-MT
Coordenador Nacional da Ação	Naor Maia Luna
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Isana Souza Silva

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Fiscalizações Realizadas	300	202

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	48.840,86	47.236,12
Material de Consumo	26.478,00	26.475,86
Passagens	6.010,08	3.697,33
Serviço de Terceiros Pessoa Física		
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	16.630,00	15.612,56
Equipamentos e Material Permanente		
Indenização	408,43	408,23
Total	92357,29 (excluindo passagens)	89732,54 (excluindo passagens)

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma Fiscalização Realizada (CFR)	Percentual de Fiscalizações Realizadas em relação ao Programado (PFR)	Taxa de Conformidade de Fiscalização de XXX (TC)

Fórmula de Cálculo	$CFR = CTF / NFR$	$PFR = (NFR / NFP) * 100$	$TCOGM = (1 - (AI / FR)) * 100$
Operadores:	CTF = Custo Total de Fiscalização (R\$) NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	NFP = Número de Fiscalizações Programadas NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	AI = Autos de infração Emitidos FR = Fiscalizações Realizadas
Valores	CTF = 89.732,54 NFR = 69	NFP = 202 NFR = 300	AI = 40 FR = 202
Resultado	R\$ 1300,47	67,3 %	81 %
Und. Medida.:	R\$ / Fiscalização	Percentual (%)	Porcentagem (%)
Observações			
Fonte:	SIAFI Gerencial e SIPLAN	SIPLAN	SIPLAN

As auditorias técnicas de conformidade tiveram como objetivo verificar o atendimento dos ERAS inscritos no SISBOV quanto à legislação vigente, para que assim estas propriedades possam fazer parte da lista de propriedades aptas a fornecerem animais para produção de carnes destinadas à exportação para países membros da CEE.

- **Principais resultados:** No ano de 2010 as auditorias começaram a ser realizadas pelo INDEA sendo o MAPA responsável pelas reauditorias das propriedades da Lista Trace. Foram realizadas um total de 202 auditorias sendo 152 com resultado conforme; 36 com resultado não conforme e 14 reauditorias. Deste total, 55 foram realizadas pelo MAPA e 133 pelo INDEA. De 2 a 15 de março recebemos a Missão da União Européia a qual visitou duas propriedades da lista Trace nos municípios de Querência e Tangara da Serra, ambas com resultado conforme, mas com algumas ressalvas descritas no relatório final. Em 12 de abril 2010, houve uma reunião com as certificadoras com o objetivo de analisar os resultados dos trabalhos realizados no segundo semestre de 2009 e informar planos e metas para 2010, dentre eles reauditorias e auditorias em escritórios estaduais. Foram realizados também dois treinamentos para formação de auditores nos meses de abril e setembro de 2010.

Em virtude do Estado do Mato Grosso ter uma extensão territorial grande e o tempo médio de auditoria e de um dia (pois além da verificação documental da propriedade, há a verificação dos animais onde no mínimo 600 bovinos são visualizados), em uma semana a média de propriedades auditadas e de três, pois o deslocamento da equipe se dá na segunda-feira para o município próximo da propriedade para que assim na terça-feira na parte da manhã se iniciem os trabalhos, na sexta-feira fica estabelecido dependendo, da logística do local, o retorno para a SFA-MT quando os auditores são lotados na sede.

Para base de cálculo o CTF foi feito excluindo os valores de passagens; para o cálculo do CFR foi considerado somente o NFR do MAPA. O NFP (300) foi o estipulado pela coordenação de Brasília (CSR) e não o valor corrigido pelo estado e lançado no SIPLAN (188).

Em 2011 as auditorias continuarão sendo feitas pelo Serviço Oficial Estadual e o MAPA responsável pelas reauditorias de lista Trace. Para o primeiro trimestre é esperado a Missão da União Européia e a reunião com a CSR para traçar as diretrizes para o ano.

- **Principais Problemas:** Após a missão da União Européia foi feito um treinamento para formação de novos auditores no mês de abril, neste evento aproveitou-se a oportunidade para discutir os principais erros encontrados e questionamentos levantados pela Missão UE.

2.3.2.5 Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos – VIGIFITO1

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e

	municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Departamento de Sanidade Vegetal - DSV
Unidade Executora	SSV/DDA/SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	Serviço de Sanidade Vegetal - SSV
Coordenador Nacional da Ação	Laucir Rodrigues Gonçalves
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Dalci de Jesus Bagolin

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Supervisão do Sistema de Certificação Fitossanitária de Origem	8 propriedades	Nenhum
Supervisão de Curso de Certificação Fitossanitária de Origem para Praga Quarentenária	2 cursos	Nenhum
Fiscalização de quarentena vegetal	4 fiscalizações	Nenhuma
Supervisão de Curso de Certificação Fitossanitária de Origem para Praga Não Quarentenária Regulamentada	1 supervisão	Nenhum
Supervisão de barreiras fitossanitárias	11 supervisões	Nenhuma
Supervisão do Sistema de Certificação Fitossanitária de Origem para Praga Não Quarentenária Regulamentada	30 lotes de sementes	Nenhum
Elaboração de norma	3 normas	2 normas

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	15.133,50	2.785,80
Material de Consumo	7.300,00	-
Passagem aérea	-	3.000,00
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	3.400,00	-
Equipamentos e material permanente	90.000,00	90.000,00
Total	115.833,50	95.785,80

Avaliação Crítica de Desempenho:

O Departamento de Sanidade Vegetal não disponibilizou os recursos financeiros solicitados e previstos para a execução de ações relacionadas ao PI VIGIFITO1, constantes da programação do Serviço de Sanidade Vegetal. No entanto, descentralizou recursos financeiros para a participação de 3(três) Fiscais Federais Agropecuários no XV Encontro Nacional de Fitossanitaristas, em Curitiba-PR. Tal evento contribuiu, especialmente, para a elaboração e definição de ações para o exercício de 2011, que objetivam a efetividade do Serviço de Sanidade Vegetal, no Brasil, com eficiência, para o atingimento da sua função social. O Departamento de Sanidade Vegetal ainda aplicou recursos financeiros na aquisição de um veículo caminhoneta para a execução das ações do Serviço de Sanidade Vegetal.

2.3.2.6 Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais - PCVEGETAL

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores plantas ornamentais, da cacauicultura, da cana-de-

	açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional.
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitário de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Departamento de Sanidade Vegetal - DSV
Unidade Executora	SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	SSV/DDA/SFA-MT
Coordenador Nacional da Ação	Carlos Frans
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Dalci de Jesus Bagolin

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Supervisão – Município	52	10
Levantamento de Pragas - Propriedade	55	127

Elementos de Despesa		Financeiro	
		Previstas	Realizadas
Diárias		18.389,40	15.400,25
Material de Consumo		11.000,00	4.246,62
Passagem aérea		6.418,36	14.489,64
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica		5.100,00	1.480,00
Equipamentos e Material Permanente		5.000,00	14.695,00
Total		45.907,76	50.311,51
Atributo	Indicadores		
	Eficácia		
Indicador	E = nº de inspeções e supervisões realizadas / nº de inspeções e supervisões programadas x 100		
Fórmula de Cálculo	E = (NISR / NISP) x 100		
Operadores:	NISR = Número de Inspeções e Supervisões Realizadas NISP = Número de Inspeções e Supervisões Programadas		
Valores	NISR = 137 NISP = 107		
Resultado	% 128,04		
Und. Medida.:	Percentual (%)		
Fonte:	SIPLAN		

Durante o ano de 2010 houve grande dificuldade no recebimento de recursos para executar as atividades, que só foi normalizado no último trimestre do ano.

Dentre as ações executadas destacamos o levantamento de pragas realizado em várias regiões do estado para grande número de pragas quarentenárias presentes. Também se realizou o

levantamento fitossanitário de viveiros em Cuiabá e Várzea Grande e na região de Barra do Bugres e Tangará da Serra, verificando-se a ocorrência de Cancro Cítrico em dois viveiros de Várzea Grande com mudas vindas de outros estados, para o que foram tomadas as medidas cabíveis.

Foram realizados ainda levantamento da ocorrência de gafanhotos e de incidência de ferrugem asiática na soja

Realizou-se também a supervisão do levantamento e erradicação do Cancro Cítrico na região de Barra do Bugres e Denise.

No último trimestre três fiscais participaram de curso para a elaboração de Análise de Risco de Pragas, sendo que este trabalho será iniciado ao nível de superintendência a partir de 2011.

2.3.2.7 Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados - FISCORGE

Tipo:	Atividade
Finalidade:	Acompanhar e monitorar as atividades de pesquisa, produção, armazenamento, comercialização, importação e outras envolvendo organismos geneticamente modificados no País
Descrição:	Acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos; inspeção, verificação documental e de informações oficiais internacionais para garantir cumprimento às determinações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e legislação correlata aos organismos geneticamente modificados.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas:	Coordenação de Biosegurança - CBIO
Unidade Executora:	SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução:	SSV/DDA/SFA-MT
Coordenador Nacional da Ação:	Marcus Vinicius Segurado Coelho
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local:	Dalci de Jesus Bagolin– Chefe do SSV/DDA/SFA-MT

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Fiscalização de Pesquisa – Liberação Planejada	45	25
Fiscalização de Usuários – Milho GM	100	48
Fiscalização de OGM - Total	145	73

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	9.000,00	8.993,30
Material de Consumo	4.000,00	3.411,89
Passagens e Despesas de Locomoção	4.000,00	5.140,66
Serviços de Terceiros P. Jurídica	1.000,00	620,00
Equipamentos e Material Permanente	5.000,00	102.824,00
Total	23.000,00	120.989,85

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma fiscalização de pesquisa com OGM realizada (CFR)	Percentual de fiscalizações realizadas em relação ao programado (PFR)	Taxa de Conformidade de milho de OGM (TCOGM)
Fórmula de Cálculo	CFR = CTF / NFR	PFR = (NFR / NFP) * 100	TCOGM= (1-(AI / FR)) * 100
Operadores:	CTF = Custo Total de Fiscalização (R\$)	NFP = Número de Fiscalizações Programadas	AI = Autos de infração Emitidos FR = Fiscalizações Realizadas

	NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	
Valores	CTF = 9.016,40 NFR = 73	NFP= 145 NFR= 73	AI = 13 FR = 48
Resultado	2008 R\$ 61,97 2009 R\$ 58,80 2010 R\$ 123,51	50,0%	72,91 %
Unidade de med.:	R\$ / Fiscalização	Percentual (%)	Percentagem (%)
Observações	Considerou-se para apuração do Indicador as despesas com deslocamento para fiscalização de OGM.		
Fonte:	SIAFI Gerencial e SIPLAN	SIPLAN	SIPLAN

A ação de fiscalização das atividades com Organismos Geneticamente Modificados compreende a fiscalização da manipulação de OGM **em regime de contenção**, que compreende a manipulação de OGMs em laboratório; a fiscalização da **liberação planejada** no meio ambiente, que compreende a pesquisa a campo antes da autorização para uso; a fiscalização do **uso comercial** e a fiscalização da **rotulagem** dos produtos com OGM.

No Mato Grosso, a fiscalização abrange a liberação planejada e o uso comercial, visto que não existem laboratórios de pesquisa de OGM em regime de contenção no Estado. A fiscalização de rotulagem não é atribuição de nosso setor.

Em vista disso, a fiscalização em 2010 concentrou-se no acompanhamento da liberação planejada no ambiente de OGMs, que consiste na fiscalização dos experimentos realizados a campo com cultivares detentoras de eventos ainda não autorizados para uso comercial. Estes experimentos concentraram-se no município de Sorriso e na região do município de Primavera do Leste e Rondonópolis. As empresas fiscalizadas foram Monsanto, Bayer e Du Pont. Durante o ano de 2010 a CTNBio aprovou vários eventos de OGM, que tornou desnecessário a fiscalização de um número expressivo de experimentos.

No primeiro semestre de 2010, na segunda safra do milho, foi realizada a fiscalização da Resolução Normativa nº 04/2007 da CTNBio, que define normas para o plantio comercial de milho Geneticamente modificado, estabelecendo distâncias mínimas entre milho convencional e geneticamente modificado entre propriedades diferentes de forma a permitir a coexistência de ambos modos de cultivo. Ao todo foram feitas 48 fiscalizações em 10 municípios resultando em 13 Autos de Infração. Os municípios fiscalizados respondem por cerca de 70% da área plantada com milho no estado, tendo contado com a participação de FFAs do SEDESA, SEFAG e VIGIAGRO. O elevado percentual de autuações se deve em parte ao desconhecimento dos produtores sobre a Resolução Normativa nº 4/2007 da CTNBio.

Também houve a participação de 3 Fiscais Federais Agropecuários que atuam na fiscalização de OGM no evento **Reunião Anual de Fiscalização de OGM**, em Natal - RN

Conforme os indicadores acima, o Custo Médio das Fiscalizações de Liberação Planejada foi de R\$ 123,51. O custo aumentou em relação ao ano anterior devido a fiscalização do milho GM, que ao contrário da pesquisa onde são fiscalizados vários experimentos em um Centro de Pesquisa, é necessário ir as fazendas para fazer a fiscalização demandando mais tempo e mais quilometragem. Foram executadas 50 % das fiscalizações previstas no ano. O não alcance da meta se deve em parte ao rendimento menor que o esperado na fiscalização do milho GM, pelas dificuldades logísticas, e por questões de saúde na equipe de fiscalização no segundo semestre. O percentual de fiscalizações com emissão de auto se manteve o ano anterior, em torno de 30%. A expectativa é que no próximo ano este índice diminua, em virtude do maior conhecimento dos produtores sobre as regras e em função do aumento da utilização de milho GM, diminuindo a probabilidade de ocorrer vizinhança de milho GM e convencional em propriedades vizinhas.

2.3.2.8 Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – INSPANIMAL3

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança higiênica - sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal.
Descrição	A) Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate de bovinos, bubalinos, ovinos, caprinos, suínos, aves, peixes e jacarés, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação; B) Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados, fraudados ou contaminados com o comprometimento da qualidade sanitária; C) Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas; D) Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	SDA
Unidade Executora	SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	SIPOA/DDA/SFA-MT
Coordenador Nacional da Ação	Nelmon Oliveira Costa
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Antônio Sergio Marques Teles Lobo

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Estabelecimentos inspecionados	111	111
Fiscalizações / Coleta de amostras	147	128
Supervisões	196	137

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	308.068,24	310.809,27
Material de Consumo	64.196,08	85.807,87
Passagens	149.597,08	88.384,94
Serviço de Terceiros Pessoa Física	34.506,47	47.116,20
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	37.706,47	46.698,09
Equipamentos e Material Permanente	269.390,42	192.757,14
Outros 339093	124,36	222,89
Total	863.589,12	771.796,40

Ação (PI) INSPANIMAL3

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de um estabelecimento inspecionado (CEI)	Percentual de estabelecimentos inspecionados em relação ao programado (PEI)	Taxa de conformidade em análise microbiológicas e físico-químicas.(TCAMF)
Fórmula de Cálculo	$CEI = CTE / NEI$	$PEI = (NEI / NEP) * 100$	$TCAMF = (QAC / QAMFQ) * 100$
Operadores:	CTE = Custo Total de Inspeção de Estabelecimentos (R\$) NEI = Número de estabelecimentos inspecionados	NEP = Número de Inspeção de Estabelecimentos Programados. NEI = Número de estabelecimentos inspecionados	QAMFQ = Quantidade de análises microbiológicas e físico-químicas. QAC = Quantidade de análises em conformidade.
Valores	CTE = 771.796,40 NEI = 111	NEP= 111 NEI= 111	QAMFQ = 5992 QAC = 5105
Resultado	R\$ 6.953,12	100,00 %	85,20 %
Unidade de med.:	R\$ / Estabelecimento inspecionado	Percentual (%)	Porcentagem
Observações			
Fonte:			

Apresentação.

Em 14 de junho de 2010 foi publicada a Portaria nº 428 de 09 de junho de 2010 que aprova o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento que além reformar administrativamente as Superintendências e reorganizar os seus serviços criou o Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA/DDA/SFA-MT em substituição do Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG/DT/SFA-MT.

O Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA/MT têm por objetivo contribuir para garantir o nível de proteção adequado dos produtos oriundos de estabelecimentos de Produtos de Origem Animal para os consumidores, buscando a inocuidade, a qualidade e a identidade desses produtos.

Em 2010 o SIPOA/MT investiu R\$ 579.079,26 no custeio das ações de: inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal; Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados, fraudados ou contaminados; estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal; Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada e treinamentos do quadro de pessoal envolvido.

O SIPOA/MT também investiu R\$ 192.757,14 na aquisição de veículos, infraestrutura de TI, computadores e material de escritório.

O Estado hoje possui 111 indústrias sob o Serviço de inspeção federal – SIF, sendo: 42 matadouros frigoríficos bovinos e/ou suíno, 06 matadouro de aves e coelhos onde 100% dos animais abatidos são inspecionados por médicos veterinários e agentes de inspeção; 04 entrepostos de carnes e derivados; 06 fábricas de conservas; 08 fábricas de produtos não comestíveis; ao total são 43 indústrias de processamento de leite: 15 usinas de beneficiamento de leite, 02 postos de refrigeração, 26 fabricas de laticínios que possuem inspeção permanente e/ou periodicamente supervisionadas, 03 entreposto de pescado, 02 entrepostos de mel e cera de abelhas e 01 entreposto de ovos. Além disso, o Estado possui 17 Estabelecimentos Relacionados – ER, sendo: 09 curtumes, 05 granjas avícolas e 03 casas atacadistas. A industrialização de produtos e subprodutos é

acompanhada por médicos veterinários e agentes de inspeção, através de inspeção permanente ou periódica.

O Estado de Mato Grosso é líder nacional na atividade de pecuária bovina de corte, tendo o maior rebanho do país e sendo o estado que mais abateu bovinos no ano de 2010 em estabelecimentos sob SIF no total abateram 3.791.439 de bovinos, aumento de 1,4% em relação ao ano anterior conforme informações do SIGSIF em fevereiro/2010.

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
323.561	293.460	343.945	320.802	347.128	325.558	349.081	299.972	312.187	272.717	287.572	315.456	3.791.439

Tabela 1 – Evolução mensal de abate de bovinos em 2010.

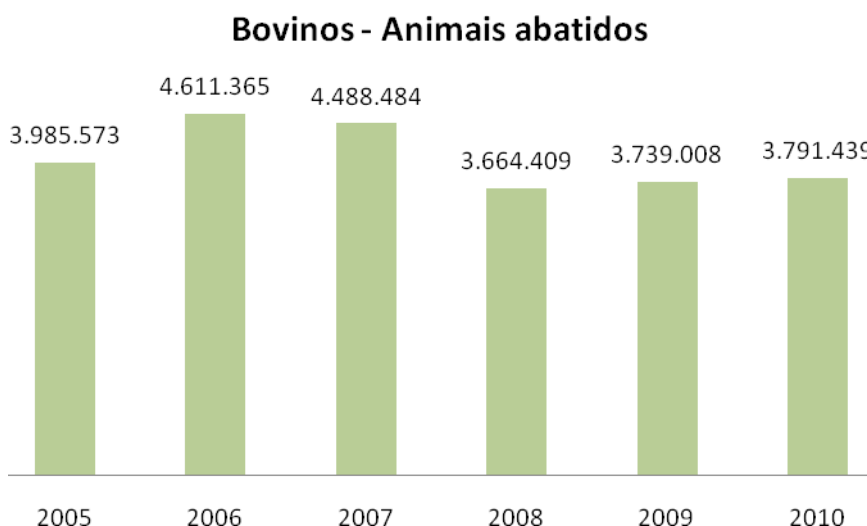


Figura 1 – Evolução anual de abate de bovinos.

Em 2010, Mato Grosso foi o sétimo estado que mais abateu aves no Brasil e respondeu por 3,82% do total de animais abatidos no país (informações do SIGSIF considerando apenas os estabelecimentos sob inspeção federal), sendo que os estabelecimentos sob SIF do Estado abateram 181.701.295 aves aumento de 22,96% em relação ao ano anterior. Conforme informações do SIGSIF em fevereiro/2011.

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
11.814.880	11.803.851	15.134.660	14.527.506	20.044.610	15.496.329	16.597.691	16.013.453	15.492.745	14.949.007	15.412.617	14.413.946	181.701.295

Tabela 2 – Evolução mensal de abate de aves em 2010.

Aves - Animais abatidos

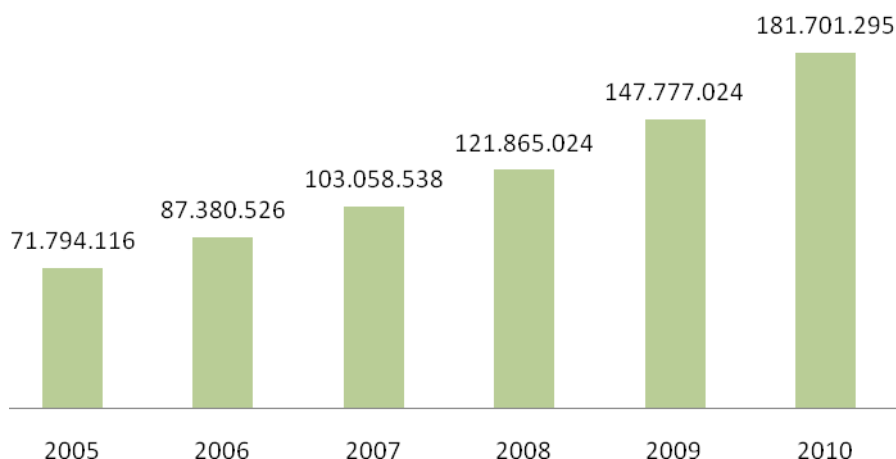


Figura 2 – Evolução anual de abate de aves.

Em 2010, Mato Grosso foi o sexto estado que mais abateu suínos no Brasil e respondeu por 6,05% do total de animais abatidos no país (informações do SIGSIF considerando apenas os estabelecimentos sob inspeção federal), sendo que os estabelecimentos sob SIF do Estado abateram 1.758.017 suínos aumento de 33,53% em relação ao ano anterior. Conforme informações do SIGSIF em fevereiro/2011.

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
135.147	127.874	156.005	137.196	148.341	156.511	156.814	146.750	147.458	145.959	149.261	150.701	1.758.017

Tabela 4 – Evolução mensal de abate de suínos em 2010.

Suínos - Animais abatidos

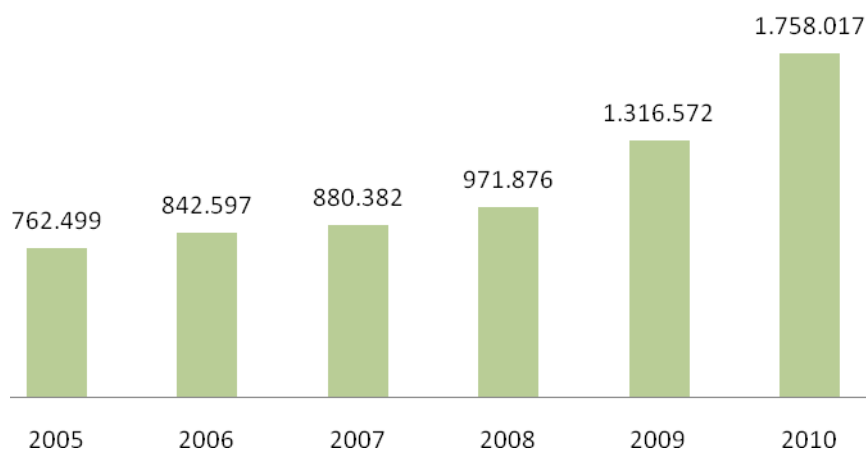


Figura 3 – Evolução anual de abate de suínos.

Os estabelecimentos que processam leite sob SIF do Estado receberam 501.199.048 litros de leite. Conforme informações do SIGSIF em fevereiro/2011.

Leite - recebimento em litros

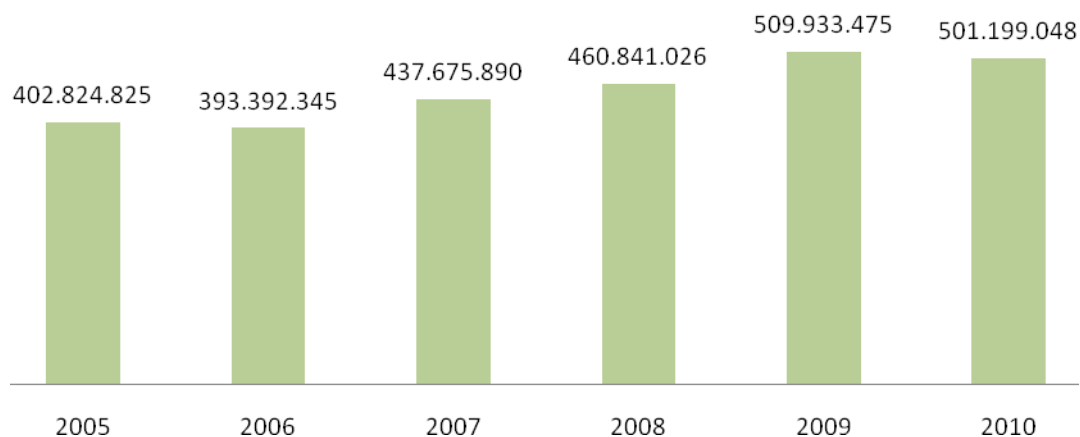


Figura 4 – Evolução anual de recebimento de leite em estabelecimentos sob SIF.

Supervisões.

Supervisões

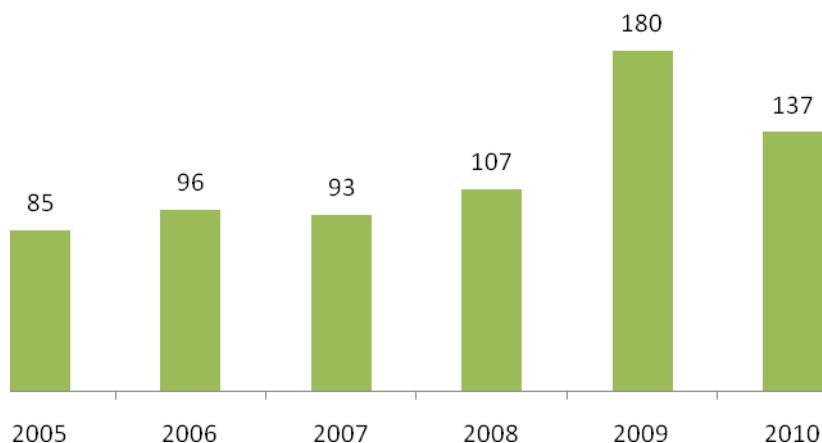


Tabela 5 – Evolução anual de supervisões.

O SIPOA-MT avalia o desempenho dos estabelecimentos de carne (bovina, suína e aves), leite, mel, pescado e derivados, através de supervisões periódicas nos estabelecimentos, independente das atividades rotineiras de inspeção.

No ano de 2010 foi realizado um total de 137 supervisões. Foram atingidos 69,90 % da meta (196) devido à paralisação de atividades de 08 (oito) plantas frigoríficas e a falta de pessoal, e o número reduzido de Fiscais Federais Agropecuários, pois a mobilização de pessoal para realizar supervisões envolve uma dinâmica de escalonar outro profissional para responder pelas atividades do supervisor na sua ausência e também as constantes liberações de servidores por requisição do órgão central DIPOA – Departamento de inspeção de produtos de origem animal que em 2010 foi de 12 para apoio técnico, 18 para realizar auditorias em outras unidades da federação além de constantes realizações de reuniões técnicas e capacitação de servidores.

Autos de infração.

O SIPOA-MT realiza o controle de auto de infração aplicados aos estabelecimentos em decorrência de infrações à legislação sanitária. Estes autos podem resultar em advertência, multa, inutilização de produto, suspensão ou cancelamento do registro do estabelecimento.

Ano	Quantidade de autos de infração por área						Total por ano
	Aves	Bovinos	Suínos	Pescado	Mel	Leite	
2009	74	21	15	11	1	31	153
2010	35	43	10	13	0	36	137

Acompanhamento de missões estrangeiras e auditorias.

O SIPOA-MT recebeu e acompanhou visitas de missões de Estado estrangeiro em 05 (nove) estabelecimentos registrados sob o Serviço de inspeção federal – SIF. O Estado de Mato Grosso recebeu a visita da Missão do Estado Israel, Missão da União Européia, Missão do Estado do Uruguai e Missão do Chile e Auditorias programadas pelo órgão central DIPOA no total de 16 (dezesesseis) em estabelecimentos frigoríficos habilitados a exportação.

Fiscalizações / Coleta de amostras.

O SIPOA-MT realizou 128 ações fiscalizações / Coleta de amostras, atividades que abrangem inspeções, fiscalizações, coleta de amostras, vistoria de terreno, vistoria final, substituição temporária por férias, regime especial de fiscalização e interdição de estabelecimentos.

Reuniões Técnicas.

O SIPOA-MT realizou ou participou de diversas reuniões técnicas para aprimoramento e nivelamento de ações. Citando as principais:

Realização de reunião técnica para descentralização de análise de registro de rótulos nas áreas de aves e suínos, promovido pelo Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG/DT/SFA - MT, realizado na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Várzea Grande-MT, no período de 27 a 28 de abril de 2010 com 16 participantes.

Capacitação.

O SIPOA-MT realizou ou participou de cursos, workshop, congressos ou treinamentos. Citando os principais:

Participação no treinamento do novo modelo de inspeção de pescado baseado nos autocontroles, conforme estabelecido pelo Ofício GAB/DIPOA nº 25/09 em Belém/PA, no período de 12 a 16 de abril de 2010, com 06 participantes do SIPOA-MT.

Participação em treinamento organizado pela DILEI/DIPOA referente ao Ofício Circular nº 24/2009 que institui o sistema de autocontroles para os estabelecimentos processam leite, realizado em Goiânia/GO, no período de 28/06 a 01/07/2010 com 13 participantes que atuam na área de leite em Mato Grosso.

Realização do treinamento em análise de rotulagem e em verificação oficial em programas de autocontrole (Circular 175 e 176/2005) para estabelecimento de mercado interno e lista geral, promovido pelo Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA/DDA/SFA - MT, realizado na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Várzea Grande - MT, no período de 14 a 18 de junho de 2010, com 46 participantes entre treinados e palestrantes.

Realização da atualização e nivelamento de Inspeção de Produtos Lácteos com base no Ofício Circular nº 024/2009, promovido pelo Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA/DDA/SFA - MT, realizado na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Várzea Grande-MT, no período de 26 a 30 de Julho de 2010, com 65 participantes entre treinados e palestrantes.

2.3.2.9 Padronização, Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal - PADCLASSIF

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para validação dos padrões dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; classificação dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores; credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, além da realização de fiscalização e auditorias nesses estabelecimentos credenciados; fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal durante as fases de preparação, embalagem e comercialização; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos,
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação-Geral de Qualidade Vegetal - CGQV/DIPOV/SDA/MAPA
Unidade Executora	SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	SIPOV/DDA/SFA-MT
Coordenador Nacional da Ação	Fabio Florêncio Fernandes
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Clovis Costa Knabben

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Fiscalizações Realizadas	7000 ton.	5.658 Ton.
Supervisões Realizadas	120 Estabelecimentos	82

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	36.993,00	15.429,66
Material de Consumo	9.600,00	3.181,01
Passagens	8.000,00	2.965,97

Serviço de Terceiros Pessoa Física	0,00	0,00
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	17.400,00	52.445,69
Equipamentos e Material Permanente	0,00	11.142,06
Outros Indenizações e Restituições	0,00	282,15
Outros Bolsa estagiários	7.824,00	0,00
Total	79.817,00	85.446,54

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma Fiscalização Realizada (CFR)	Percentual de Fiscalizações Realizadas em relação ao Programado (PFR)	Taxa de Conformidade de Produtos (TCP)
Fórmula de Cálculo	$CFR = CTF / NFR$	$PFR = (NFR / NFP) * 100$	$TCP = (QPFC / QPFR) * 100$
Operadores:	CTF = Custo Total de Fiscalização (R\$) NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	NFP = Número de Fiscalizações Programadas NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	QPFC = Quantidade de Produtos Fiscalizados em Conformidade (t) QPF = Quantidade de Produtos Fiscalizados (t)
Valores	CTF = 21.576,64 NFR = 82	NFP= 120 NFR= 82	QPFC = XXXXX QPF = 5.658
Resultado	R\$ 263,13	68,3%	TCP = 96,59%
Und. Medida.:	R\$ / Fiscalização	Percentual (%)	Percentual (%)
Observações			Considera-se como Quantidade de Produto Fiscalizado todo o estoque de produtos de origem vegetal padronizados que conste nos Estabelecimentos Comerciais visitados pelos FFAs, mesmo sem coleta de amostra.
Fonte:	SIAFI Gerencial e POA	Plano Operativo Anual	SIPLAN e Controles internos da Área de Qualidade Vegetal do SIPAG/DT/SFA/MT

- **Principais resultados:** Apesar do PI ter ficado com apenas um Fiscal foi alcançado um resultado de 63,8% das fiscalizações programadas, com um volume de 5.658 ton. de produtos fiscalizados, frente a uma programação de 7.000 ton, o que representou 80,83% do total.

- **Principais Problemas:** O principal problema encontrado foi a deficiência de pessoal, uma vez que o PI conta apenas com um Fiscal, que também exerce a função de chefe do Setor e um Classificador, tendo ainda a ajuda de um estagiário.

- **Avaliação Crítica de Desempenho:** Contudo, o desempenho do trabalho foi satisfatório, dentro das limitações de pessoal apresentadas acima, atingindo índices aceitáveis para a condição descrita.

- **Contratações, Parcerias e Transferências:** O PI contou até o mês de junho com 03 técnicos (FFA's) o que proporcionou um significativo incremento das atividades. Porém, a partir do citado mês 02 Técnicas foram transferidas para outra área, restando apenas um Técnico que, além da responsabilidade sobre o PI, também veio a assumir a chefia do Serviço. Esta situação levou a uma redução nos trabalhos realizados.

2.3.2.10 Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL2

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização e registro dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	CGVB/DIPOV/SDA/MAPA
Unidade Executora	SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	SIPOV/DDA/SFA-MT
Coordenador Nacional da Ação	Helder Moreria Borges – Coordenador da CGVB/DIPOV
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Joaquim Guimarães Botaro

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Estabelecimento inspecionado	52	29

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	17.523,00	12.348,85
Material de Consumo	15.400,00	9.758,10
Passagens		
Serviço de Terceiros Pessoa Física		
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	4.400,00	2.778,19
Equipamentos e Material Permanente	18.966,97	18.966,97
Outros		
Total	56.289,97	43.852,11

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma inspeção realizada (CIR)	Percentual de inspeções realizadas em relação ao programado (PIR)	Taxa de Conformidade das Empresas inspecionadas (TCE)
Fórmula de Cálculo	$CIR = CTI / NIR$	$PIR = (NIR / NIP) * 100$	$TCE = (QEIC / QEI) * 100$
Operadores:	CTI = Custo Total das inspeções (R\$) NIR = Número de Inspeções Realizadas	NIP = Número de Inspeções Programadas NIR = Número de	QEI = Quantidade Empresa Inspeccionadas no Período QEIC = Quantidade de Empresa Inspeccionadas

		Inspeções Realizadas	Conformes no Período
Valores	CTI = 24.885,14 NIR = 29	NIP= 52 NIR= 29	QEI = 29 QEIC =24
Resultado	R\$ 858,10	55%	82,7 %
Und. Medida.:	R\$ / Inspeção	Percentual (%)	Porcentagem
Observações	Para que possamos atingir o objetivo, ou seja, INSPECIONAR UM ESTABELECIMENTO são necessárias outras ações de suporte, e que não são mensuradas, quais sejam: -coletas de amostras -Autuações -Apreensões -Intimações -Interdições -Inutilizações -Vistorias p/ registro		
Fonte:	R\$ 1.512,14	55,77 %	82,76 %

A principal atividade é inspecionar estabelecimentos produtores, industrializadores, estandarizadores, embaladores, envasadores, engarrafadores de bebidas e suas matérias primas, com o objetivo de garantir a segurança higiênico sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas, sub produtos e derivados vegetais. A área de bebidas, possui 2 Fiscais Federais Agropecuários Engenheiros Agrônomos.

Esta ação faz parte das atividades do SIPOV/DDA/SFA/MT que esta ligada regimentalmente à DDA, que por sua vez esta sob a coordenação do Órgão Central do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de onde são efetuadas as transferências de recursos, para que as ações sejam desenvolvidas, conforme as programações. As atividades consistem basicamente em exigir que as empresas afins, cumpram as normas regulamentares vigentes, quanto aos equipamentos e instalações de produção, bem como às metodologias e as matérias-primas utilizadas.

Para tanto, são realizadas inspeções de rotina nas empresas, onde são checadadas as condições higiênico-sanitárias e tecnológicas de cada empresa e, caso ocorra alguma não-conformidade, são tomadas as providências necessárias de modo que o sistema de produção siga rigorosamente os critérios legais.

No decorrer de cada ação fiscal, podemos lançar mão de alguns procedimentos, quais sejam: Auto de Infração, Apreensão, Interdição, Intimação, Inutilização e Coleta de Amostras para Análise Fiscais. Quando se constata uma Infração às normas legais, é instaurado um processo administrativo, que o empresário infrator passa a responder perante o MAPA.

Em cumprimentos às normas legais vigentes, as empresas, bem como os seus produtos, antes de serem levados ao comércio, deverão ser registrados junto ao MAPA, que é representado pelas Superintendências Federais de Agriculturas de cada Estado.

No decorrer do ano de 2010, foram realizadas 72 (setenta e duas) inspeções em estabelecimentos, porém contam, para fins de cálculos deste relatório, somente as metas previstas e realizadas do SIPLAN com aplicação de LISTA DE VERIFICAÇÃO, ou seja, 29 (vinte e nove), com isso, observa-se uma acentuada diminuição das metas em relação ao ano de 2009.

Com relação a eficiência, o custo de uma inspeção passou de R\$ 373,41 para R\$ 858,10 em razão das inspeções sem a aplicação da Lista de Verificação, não terem sido computadas como meta realizada e ainda liberação de recursos para compra de materiais permanentes, que ao ser lançado no custo anual da atividade, observou-se um acentuado aumento.

Ainda quanto as atividades de fiscalização, foram emitidos no ano de 2010, 41 (quarenta e um) Certificados de Exportação de Bebidas, que conferem o número de inspeções em lotes de bebidas que foram exportadas.

Com relação ao índice Efetividade, foram consideradas Quantidade de Empresas Inspeccionadas não Conformes, somente aquelas que foram autuadas.

2.3.2.11 Fiscalização de Material Genético Animal - FISCGENE

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produtividade da pecuária, e proteção do patrimônio genético nacional..
Descrição	Registro e fiscalização dos estabelecimentos produtores, comerciais e prestadores de serviços de multiplicação animal; verificação de conformidade e análise fiscal de amostras de material genético animal; inscrição e certificação de doadores de material genético animal conforme requisitos sanitários, zoogenéticos e reprodutivos; elaboração de normas e atualização de manual de serviços; capacitação de técnicos; e realização ou participação em eventos técnicos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	DMG/DFIP/DAS/MAPA
Unidade Executora	SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	SEFIP/DDA/SFA-MT
Coordenador Nacional da Ação	Beronete Barros
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Grayce Carvalho Kerber

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Fiscalizações Realizadas	35	21

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	11.151,00	9.641,54
Material de Consumo	3.6889,00	1.207,89
Passagens	0,00	6.384,70
Serviço de Terceiros Pessoa Física	0,00	0,00
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	1.200,00	105,00
Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	16.040,00	17.339,13

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma Fiscalização Realizada (CFR)	Percentual de Fiscalizações Realizadas em relação ao Programado (PFR)	Taxa de Conformidade de Fiscalização de MMA(TC)
Fórmula de Cálculo	CFR = CTF / NFR	PFR = (NFR / NFP) * 100	TC MMA=(1-(AI / FR)) * 100
Operadores:	CTF = Custo Total de Fiscalização (R\$) NFR = Número de Fiscalizações	NFP = Número de Fiscalizações Programadas	AI = Autos de infração Emitidos FR = Fiscalizações

	Realizadas	NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	Realizadas
Valores	CTF = 5.337,69 NFR = 21	NFP= 35 NFR= 21	AI =04 FR = 21
Resultado	R\$ 254,00	60 %	81 %
Und. Medida.:	R\$ / Fiscalização	Percentual (%)	Porcentagem (%)
Observações	Foram deduzidos os valores aplicados em cursos, reuniões e outros eventos, contabilizando para o calculo do custo total das fiscalizações os valores gastos com diárias e suprimentos nas fiscalizações realizadas dentro do Estado, e outros serviços.	Das 35 fiscalizações programadas para 2010, 5 foram canceladas por motivo de encerramento do processo de registro, e 6 por se tratar de estabelecimentos distribuidores de sêmen, cuja obrigatoriedade de registro foi questionada pelo DFIP, durante o exercício de 2010	Autos de Infração lavrados face ao não encaminhamento de relatórios. Tramitados em julgado. Com recolhimento de multas.
Fonte:	SIAFI Gerencial e SIPLAN	SIPLAN	SIPLAN

Em análise das ações desenvolvidas em 2010 no PI FISCGENE, verifica-se uma boa execução em relação à programação proposta. Ressaltamos que 11 estabelecimentos não terminaram o processo de registro e, uma vez canceladas 11 fiscalizações, o indicador de eficácia passa a ter o resultado de 87%.

Acrescente-se 2 auditorias realizadas em Centros de Coleta e Processamento de Sêmen de Caprino e Ovino, localizados fora do estado de Mato Grosso, em atenção à convocação da DMG/DFIP/SDA.

Conforme os indicadores acima, o Custo Médio da Fiscalização foi de R\$ 254,80, em contraste com os dados de 2009, cujo valor de fiscalização foi inferior. Isto se justifica porque às ações de fiscalização de 2010 se voltaram ao interior do Estado, com maior demanda de recurso financeiro e tempo de duração nas fiscalizações.

No exercício de 2010 registrou-se junto ao SEFIP/DDA/SFA-MT sete novos estabelecimentos na área de material genético, sendo 3 Centros de Colheita de Sêmen, 3 Granjas Avícolas de Reprodução e 1 Centro de Processamento In Vitro de Embriões. São estabelecimentos com grande escala de produção, que através da melhoria dos processos internos da qualidade, e a realização dos controles sanitários e zootécnicos efetuados pelo MAPA, buscam promover o agronegócio e estimular a agregação de valor na produção pecuária.

Quanto ao índice do indicador de efetividade, o mesmo foi calculado com base no número de fiscalizações e no número de autuações efetuadas. Obtivemos o índice de efetividade de 81%, entretanto acreditamos que este indicador será melhor expresso se considerado o índice de conformidade do produto final, ou mesmo quando da implementação das boas práticas de fabricação e consolidação dos procedimentos operacionais padrão nos estabelecimentos industriais.

No decorrer de 2010 a Divisão de Material Genético/DFIP deu continuidade ao programa de capacitação dos FFA que atuam na área de Material de Multiplicação Animal. Para isto foram aplicados em passagens aéreas R\$ 6.384,070, e em diárias o valor de R\$ 5.616,74, com participação do SEFIP/DDA-MT nos seguintes eventos:

- Reunião Anual da Sociedade Brasileira Tecnologia de Embriões onde foi discutida a revisão do Manual de Andrologia;
- Curso sobre Testes de Identidade Genética e Confirmação de Genealogia;
- Modulo 3 do Projeto Curso de Capacitação em Biotecnologia da Reprodução de Animais de Interesse Zootécnico;
- Modulo 4 do Projeto Curso de Capacitação em Biotecnologia da Reprodução de Animais de Interesse Zootécnico;
- Reunião Técnica Anual do DFIP, Ações e Procedimentos de Fiscalização de Insumos Pecuários.

Na reunião anual do DFIP, o SEFIP-MT manifestou a necessidade de revisão da Port. 428/10, propondo que o registro dos estabelecimentos de aves de reprodução passe ao Serviço de Saúde Animal - SSA/ DDA/SFA, devido à relevância dos requisitos sanitários, e pelo fato da competência de fiscalização e monitoramento sanitário ser do SSA.

As limitações operacionais e gerenciais que se apresentaram se restringiram a:

- No âmbito da regulamentação da atividade, que apresenta penalidades não coibitivas dos atos ilícitos, ou a completa ausência de penalidades às infrações cometidas, como é o caso da Legislação de Aves, IN 56/07;
- Na atual competência regimental a fiscalização de estabelecimentos de Reprodução Avícolas, tem interface nos Serviços de Saúde Animal e de Fiscalização de Insumos Pecuários, submetendo o mesmo estabelecimento a fiscalização de dois Serviços;
- Ausência de Manual de Procedimentos para a Fiscalização de Comercio de Material Genético Animal;
- Ausência de laboratórios habilitados a proceder análise laboratorial dos produtos fiscalizados,
- Necessidade de aporte de recursos humanos, financeiros, e de base física para a estruturação do Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários, após a divisão das áreas pecuária e agrícola.

2.3.2.12 Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal - FISCINAN

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados a alimentação animal, garantindo também a sustentabilidade da atividade.
Descrição	Registro e fiscalização de conformidade dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de ingredientes, rações, concentrados e suplementos; registro dos rótulos dos produtos; fiscalização da conformidade dos produtos mediante realização de análises fiscais; realização de diagnósticos dos componentes utilizados nas formulações de alimentos para bovinos de leite e corte sob o regime de confinamento; capacitação dos fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação (BPF), APPCC e auditoria; implementação das Boas Práticas de Fabricação - BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	DFIP/SDA/MAPA
Unidade Executora	SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	SEFIP/DDA/SFA-MT
Coordenador Nacional da Ação	Fernanda Marcussi Tucci Coordenadora da CPAA/DFIP/SDA/MAPA
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Grayce Carvalho Kerber Chefe do SEFIP/SFA-MT

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Fiscalizações Realizadas	175	157 (89,7%)
Amostras colhidas para análise de conformidade	303	242 (79,9%)

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas – R\$	Realizadas – R\$ e (%)
Diárias	38.232,00	32.284,08 (84,4%)
Material de Consumo	7.979,20	9.779,19 (122,5%)
Passagens	3.000,00	3.101,97 (103,3%)
Serviço de Terceiros Pessoa Física	2.000,00	- (0%)
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	3.500,00	1.244,00 (35,6%)
Equipamentos e Material Permanente		
Outros		
Total	54.711,20	44.342,64 (81,04%)

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma Fiscalização Realizada (CFR)	Percentual de Fiscalizações Realizadas em relação ao Programado (PFR)	Taxa de Conformidade de Produtos Destinados a Alimentação Animal (TC)
Fórmula de Cálculo	CFR = CTF / NFR	PFR = (NFR / NFP) * 100	TCOGM=(QAAC / QAAP) * 100
Operadores:	CTF = Custo Total de Fiscalização (R\$) NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	NFP = Número de Fiscalizações Programadas NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	QAAC = Quantidade Amostras analisados em Conformidade QAAP = Quantidade Amostras Analisadas no Período
Valores	CTF = 39.993,67 NFR = 157 CFR 2010 = 254,74 CFR 2009 = 198,34 CFR 2008 = 254,92	NFP= 175 NFR= 157	QAAC = 173 QAAP = 179
Resultado	R\$ 254,74	89,7%	96,6 %
Und. Medida.:	R\$ / Fiscalização	Percentual (%)	Porcentagem (%)
Observações			
Fonte:	SIAFI Gerencial e SIPLAN	SIPLAN	Controles internos do SEFAG/ SFA-MT

Foram previstas 175 fiscalizações para 2010, e realizadas 157, o que representa 89, 7% da meta prevista. Quanto às colheitas de amostras, foram previstas 303 colheitas de amostras, e realizadas 242, o que representa 79,9% da meta prevista.

Do total de recursos previstos para o ano de 2010 (R\$ 54.711,20) foram repassados R\$ 52.921,29, o que representa 96,7% do montante previsto. Do total de recursos repassados, foram empenhados R\$ 46.409,22, o que representa 87,7% do montante total empenhado. Nota-se que a quase totalidade das finanças empregadas em 2010 refere-se ao pagamento de diárias e material de consumo, gastos típicos das ações de fiscalização a campo.

Os recursos empenhados em materiais de consumo superaram em 22,5% o montante previsto. Este incremento ocorreu devido à assunção de gastos com material de consumo, a partir da publicação da Portaria Nº 428 de Junho 2010, a qual desmembrou o Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG, instituindo o Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários – SEFIP, que passou a assumir as despesas com materiais de escritório antes diluídas nos custos do SEFAG.

Excluindo-se do montante empenhado em diárias as PCDP'S pagas a servidores para participação em atividades extra fiscalização, como reuniões, conferências e investigações do PNCRC, têm-se o valor total empenhado em diárias pagas para as ações de fiscalização, totalizando R\$ 30.214,48. Somando-se a este valor os gastos em material de consumo, R\$ 9.779,19, obtém-se o valor total gasto em fiscalizações, R\$ 39.993,67, que dividido pelo número de fiscalizações

realizadas durante o ano, 157, revela o custo por fiscalização realizada – CFR 2010, de R\$ 254,74 por fiscalização, conforme tabela acima.

O valor gasto para cada fiscalização realizada no exercício de 2010 foi 28% maior que os R\$ 198,34 gastos por fiscalização em 2009, e praticamente o mesmo de 2008, R\$ 254,92. Destacam-se aí as grandes distâncias a serem percorridas pelos técnicos para realização das fiscalizações, frente à vasta dimensão territorial do estado, que em sua extensão equivale a um território maior do que os dos estados de SP, RJ, ES e os três estados da Região Sul do país, PR, SC, e RS, somados. Deste modo, através do detalhado planejamento das viagens, sendo as ações realizadas em localidades distantes de Cuiabá/MT programadas para viagens com duração de duas semanas ininterruptas, e o retorno programado para o sábado nas ações realizadas em regiões medianamente distantes da capital, buscou-se obter um melhor aproveitamento do recurso aplicado. Além disso, nas ocasiões em que havia necessidade de apuração de denúncia ou vistoria para registro no interior do Estado, situações atendidas prioritariamente e imediatamente, outras empresas já registradas na mesma região eram também fiscalizadas, de maneira a otimizar a aplicação dos recursos.

Nesse sentido é importante observar que a implantação de Unidades Técnicas Regionais – UTRAS em municípios pólo de algumas regiões do estado poderia representar significativa redução dos custos de fiscalização, devido a menor necessidade de deslocamento. Obviamente há que se considerarem os custos de implantação da UTRAS, bem como as dificuldades administrativas advindas de sua realização.

Durante as ações de fiscalização também são amostrados produtos para análises, objetivando averiguar sua conformidade quanto aos níveis de garantia e possíveis substâncias contaminantes. Durante o exercício de 2010 foram colhidas 267 amostras (rações, suplementos, concentrados e ingredientes, solo), incluídas aí as amostras colhidas em investigações do Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes – PNCRC e para averiguação de denúncias. Das 303 colheitas previstas, destinadas à análise de conformidade, microbiologia e microscopia, foram colhidas 242 amostras. Dentre estas, 179 amostras já foram analisadas pelo LANAGRO-GO, e 173 apresentaram resultado dentro do padrão, ou seja, atenderam aos níveis de garantia sob os quais estão registrados ou não continham substâncias contaminantes nos testes microbiológicos e/ou microscópicos, conforme o objetivo da análise realizada, totalizando 96,4% conformidade, revelando, portanto, significativa melhora no índice de “Efetividade”.

Dentre as amostras colhidas para análise de microscopia ou microbiologia, todas as amostras analisadas (100%) apresentaram resultado NEGATIVO, ou conforme. Seis amostras colhidas para análise de conformidade apresentaram resultados FORA DO PADRÃO, ou não conforme. A figura 01, mostrada no tópico **Colheitas e análises de produtos**, a seguir, detalha com mais precisão o comportamento desta taxa nos últimos seis anos.

Como resultado das ações de fiscalização tem-se verificado, de maneira geral, melhorias nas condições higiênico-sanitárias e tecnológicas das indústrias, em grande parte devido à exigência de implantação das Boas Práticas de Fabricação, o que tem refletido na melhora do Índice de Conformidade (96,4%). Nesse sentido, é importante ressaltar que todos os estabelecimentos registrados em atividade no estado entregaram seu Manual de Boas Práticas de Fabricação, e que após revisto o critério sobre implantação das BPF's, consideramos que 35% dos estabelecimentos registrados e ativos do estado têm BPF's implantadas. Se correlacionarmos este percentual com o volume produzido por estes estabelecimentos, podemos aferir que uma grande parte dos produtos destinados à alimentação fabricados no estado são produzidos com BPF's, uma vez que os estabelecimento que respondem por maiores volumes de produção são, via de regra, os mais avançados em relação à implementação das BPF's.

As ações referentes ao ano de 2010 contaram com a participação de 4 (quatro) Fiscais Federais Agropecuários até o mês de Junho, sendo que um deles desempenhava algumas atividades também junto ao SISBOV – Sistema Brasileiro de Rastreabilidade de Bovinos e Bubalinos. Um FFA além de desempenhar funções com o próprio SISBOV também atuou na área de produtos veterinários – FISPROVET, e outro atuou também nas áreas de Material Genético –

FISCGENE. Na prática, até o mês de Julho de 2010, o PI contava com 1 FFA com dedicação de 100% de seu tempo e três fiscais que dedicavam aproximadamente 75% de seu tempo cada.

Com a saída de um FFA da equipe, transferido para outro estado em Julho/2010, e com o advento da portaria 428 de junho 2010, o número de técnicos na equipe foi reduzido para 3 (três) FFA's, sendo somente 1 (um) com dedicação de 100% de seu tempo ao PI, e 2 (dois) com dedicação de 75% de seu tempo. O setor contou ainda com a colaboração de uma estagiária e 3 (três) secretárias do Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas –SEFIA/DDA/SFA-MT, até o ingresso do Servidor César Pereira Agente de Inspeção, em meados de outubro de 2010, o qual assumiu as funções administrativas e de apoio técnico aos FFA's do setor.

Diante da redução do número de FFA's da equipe, à partir do mês de julho do ano de 2010, o desempenho do PI em relação à consecução das metas estabelecidas pode ser considerado satisfatório, uma vez que mesmo com redução de aproximadamente 25% da força de trabalho, 89,7% das fiscalizações previstas foram realizadas.

Há que se destacar o grande número de termos de apreensão e autos de infração lavrados em consequência das apreensões de produtos oriundos de outros estados, remetidos via Correios, realizadas junto à Secretaria Estadual de Fazenda do Mato Grosso- SEFAZ-MT, em agência dos Correios do município de Várzea Grande. Este tipo de ação teve início em Janeiro de 2010, quando, após chamado da SEFAZ-MT, constatamos um considerável volume de remessas de produtos irregulares em ingressando no estado via remessas postais.

As irregularidades verificadas nestes produtos são, principalmente, ausência de registro e rotulagem em desacordo com o registro. Em decorrência destas ações, ao longo do ano de 2010 foram lavrados 74 Termos de Apreensão, tendo sido apreendidos 91 unidades de 19 produtos distintos, totalizando aproximadamente 1 tonelada de produtos, tratando-se a quase totalidade de suplementos minerais para mistura com recomendação de uso em desacordo com a informada no registro do produto, caracterizando engano e fraude ao consumidor.

Outro ponto a se destacar é o término dos prazos para adequação das empresas ao Decreto 6.296/2007, e dos produtos às Instruções Normativas 15, 22 e 30/2009. O prazo para renovação do registro dos estabelecimentos, estabelecido a priori pelo Decreto 6296/2007 e alterado pelo Decreto 7045/2009, exauriu-se em dezembro de 2010, sendo que dos 131 estabelecimentos registrados no estado, 75 já estão adequados e 36 estão em processo de adequação. Não se manifestaram sobre a adequação e renovação do registro 20 estabelecimentos. Quanto à adequação da rotulagem dos produtos, algumas empresas do estado não realizaram ou realizaram parcialmente a adequação do registro e rotulagem de seus produtos. Contudo, com o advento da Instrução Normativa Nº 42, a qual isentou de registro diversas categorias de produtos, e frente à necessidade de padronização das ações entre os estados, será prudente aguardar orientações da administração central quanto às medidas a serem adotadas.

Estava prevista para novembro de 2010 a realização III Seminário “Qualidade na Alimentação e Nutrição Animal”, visando a melhoria da qualidade dos produtos destinados à alimentação animal através da utilização de ferramenta menos agressiva e impactante e mais orientativa do que a fiscalização tradicional, conforme realizado em 2009. Entretanto, tal realização não foi possível devido às indefinições advindas da Portaria Nº 428 de junho de 2010, aliado à incerteza quanto à liberação do recurso financeiro e ao número insuficiente de FFA's após a saída de um membro da equipe, frente à demanda de atividades do setor, o que comprometeu o planejamento e realização de mais esta atividade durante o exercício.

Quando consideramos o volume e a complexidade das atividades exercidas pelo PI, frente à vasta extensão territorial do estado – conforme anteriormente explicitado, e analisando o tempo despendido para o atendimento de todas as ações executadas na área, as quais aparecem listadas abaixo, fica evidente que o número de fiscais com o qual contamos atualmente é insuficiente.

As longas distâncias a serem percorridas no Estado para realização das fiscalizações fazem com que as viagens para fiscalização sejam, provavelmente, menos eficientes se comparadas a estados geograficamente menores da Federação, uma vez que o tempo gasto no deslocamento é

bastante elevado. Conforme referência anterior, a criação de unidades descentralizadas, UTRA's – Unidades Técnicas Regionais de Agricultura poderia melhorar a eficiência do setor.

Quanto à parte material, a atividade conta com 5 (cinco) microcomputadores fixos, sendo que 1 encontra-se em manutenção desde o início do ano, aguardando a aquisição de peças de reposição para concerto. Conta ainda com 3 (três) computadores portáteis, 1 (uma) impressora portátil, 1 (um) aparelho de GPS e 2 (duas) máquinas fotográficas. Outros equipamentos indispensáveis ao bom andamento das atividades do setor foram solicitados no POA.

Com a divisão do SEFAG em SEFIA e SEFIP, a frota de veículos, que eram utilizados na em conjunto com as demais ações referentes ao SEFAG, foi dividida e o Setor ficou uma caminhoneta L200 ano 2009/modelo 2010, adquirida em 2009. Considerando a utilização conjunta dos veículos disponíveis ao SEFIP, totalizando 3 (três) caminhonetes, pode-se dizer que o número e condições dos veículos são satisfatórios.

Entretanto, visando à redução dos custos em manutenção e combustível quando da realização de ações na região metropolitana e em municípios próximos à capital, casos em que o uso de caminhonetes não se faz necessário, foi solicitado no POA 2011 o recurso para a aquisição de 1(um) veículo de pequeno porte.

Em relação às instalações físicas, destaca-se a necessidade de melhor acomodação dos funcionários do setor. Com o aumento constante da demanda, novos registros de empresas e a circulação cada vez maior de clientes e funcionários dentro da instituição, suas acomodações físicas estão se tornando pequenas, havendo a necessidade de ampliação de salas e número de móveis. Além disso, o setor não dispõe atualmente de acomodação adequada para receber clientes externos, a qual ofereça a devida tranquilidade e privacidade para o tratamento de assuntos de interesse da fiscalização e dos fiscalizados, sem a possibilidade de constrangimentos e acesso dos clientes a assuntos dos quais não sejam interessados.

Cabe relatar também que o setor não conta com espaço e mobiliário adequado à guarda de produtos apreendidos, equipamentos, documentos e processos administrativos, o qual lhes confira a devida segurança, situação evidenciada após a ocorrência de invasões e roubos de equipamentos nas instalações da SFA-MT, sendo alvo, inclusive, a sala do setor.

Em síntese, podemos apontar como deficiências do setor, as quais limitam o desempenho desta atividade no estado, o efetivo de FFA's extremamente deficitário, a ausência Unidades Técnicas Regionais de Agricultura – UTRA's, a carência de pessoal de apoio administrativo, a falta de padronização das ações e procedimentos entre os estados frente às novas legislações publicadas, a carência de treinamentos em áreas específicas de atuação da fiscalização, como por exemplo, em procedimentos de auditoria de BPF's e dos estabelecidos pela IN 65, e, por fim, as dificuldades relacionadas ao suporte tecnológico, principalmente no que se refere aos sistemas de informática, haja vista a existência de diferentes sistemas de registro de produtos e estabelecimentos no país, sem uma lista unificada e sem a possibilidade de acesso às informações de alguns estados.

Principais ações executadas durante o exercício:

Registro de novos Estabelecimentos Fabricantes, Fracionadores ou Importadores de produtos para alimentação animal:

Durante o exercício foram realizadas 13 vistorias em estabelecimentos que solicitaram registro na área de alimentação animal, sendo que houve a concessão de sete novos registros na área durante o ano de 2010, totalizando hoje 131 estabelecimentos registrados. Nas vistorias para concessão de novos registros os estabelecimentos são avaliados quanto ao atendimento condições estruturais para aplicação das Boas Práticas de Fabricação, na qual necessita obter uma pontuação mínima para liberação do registro. Nota-se que neste ano de exercício 53,8 % das empresas vistoriadas no estado foram aprovadas.

Registro de novos produtos – Rações, Concentrados, Suplementos e Ingredientes:

Foram concedidos 493 novos registros de produtos no ano de 2010, os quais passaram por análise minuciosa de seus dados e informações, visando atender às legislações específicas e garantir aos consumidores a oferta de produtos de qualidade. Destaca-se que o número de produtos registrados em 2010 foi maior que em 2009 e 2008, quando foram concedidos 230 e 329 registros, respectivamente.

Fiscalizações a estabelecimentos fabricantes de produtos para alimentação animal:

No total 157 (cento e cinquenta e sete) fiscalizações foram realizadas durante o exercício, sendo que 13 para vistorias visando à concessão de novos registros, 10 fiscalizações em estabelecimentos clandestinos ou com suspeita de clandestinidade, 07 fiscalizações em casas comerciais, 03 fiscalizações em agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT e 124 fiscalizações realizadas em indústrias registradas como fabricantes de produtos destinados à alimentação animal. Não foi possível fiscalizar todos os estabelecimentos registrados durante o ano, entretanto 89% das fábricas registradas em atividade no estado foram fiscalizadas no exercício de 2010.

Denúncias de estabelecimentos clandestinos:

Durante o ano de 2010 foram recebidas 13 denúncias de estabelecimentos que supostamente estariam operando sem registro. Deste montante, 7 (sete) foram confirmadas, as quais foram devidamente autuadas e 3 estabelecimentos sofreram interdição até o momento. Em um dos casos ficou confirmada a falsificação dos produtos de estabelecimento registrado, culminado em prisão e indiciamento dos responsáveis. Neste tipo de ação se percebe grande dificuldade por parte da fiscalização, visto a alta periculosidade a que são submetidos os fiscais, já que, na maioria dos casos, trata-se de pessoas ou empresas inidôneas, utilizando o nome e até embalagens de empresas registradas para colocar no mercado produtos que causam prejuízos aos pecuaristas e sérios riscos à saúde e bem estar animal.

Colheitas e análises de produtos

O gráfico da figura 01 mostra o percentual de conformidade dos produtos analisados entre os anos de 2005 e 2010. Nota-se uma evolução dos Índices de conformidade de 2005 a 2007, com ligeira queda em 2008 e acentuada queda em 2009. Já em 2010, verifica-se uma considerável recuperação do Índice de conformidade, o qual atingiu 96,4%, o melhor resultado da série histórica 2005-2010. Cabe ainda esclarecer que os dados de 2010 são parciais, já que das 243 amostras colhidas, somente foram recebidos os resultados de 179 amostras. Entretanto, a tendência verificada é a de manutenção deste índice, ou de um valor aproximado, haja vista a melhoria das condições técnicas e higiênico-sanitárias dos estabelecimentos, em parte devido à implementação das Boas Práticas de Fabricação e dos Procedimentos Operacionais Padrão.

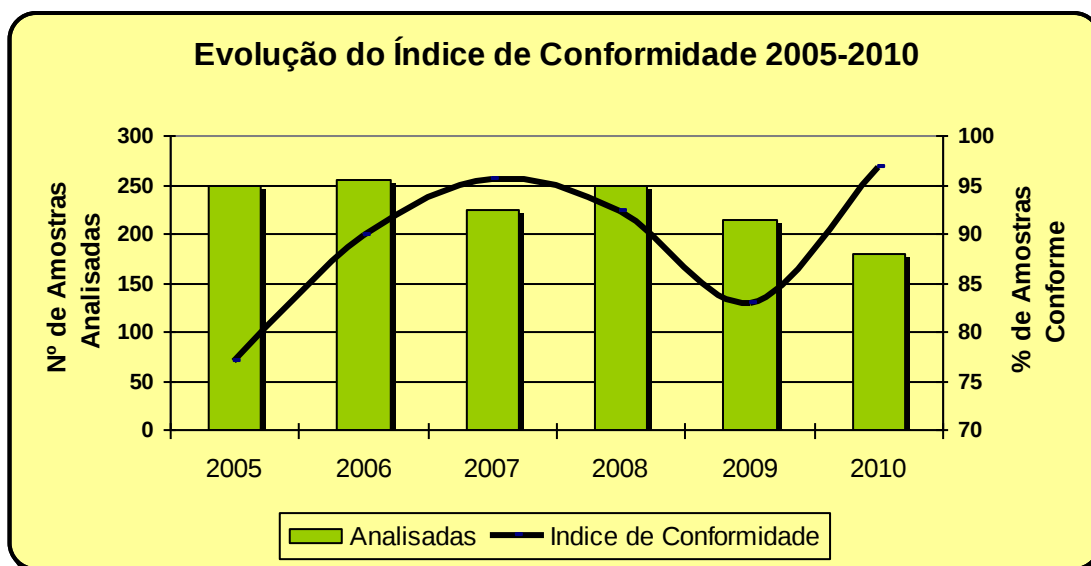


Gráfico - Número de Produtos para Alimentação Animal Analisados e seu respectivo percentual de conformidade durante os anos de 2005 a 2010 no Estado de Mato

Lavraturas de Autos de Infração

Durante o exercício de 2010 foram lavrados 102 (cento e dois) Autos de Infração, sendo que o principal motivo de suas lavraturas foi a constatação de produtos em desacordo com o registro ou sem registro ou produzidos por estabelecimentos sem registro, apreendidos junto ao posto de fiscalização da SEFAZ-MT, na agência dos correios de Várzea Grande-MT. Estes produtos são em grande maioria oriundos do estado de São Paulo, especificamente do município de São José do Rio Preto-SP. Se comparado com o ano de 2009, o número de Autos de Infração aumentou consideravelmente, uma vez que naquele ano foram lavrados 62 (sessenta e dois) Autos de Infração. Cabe destacar a mudança na motivação principal dos Autos de Infração, que em 2009 foi por produtos fora do padrão, e em 2010, com o início das ações nos Correios, por produtos com rotulagem em desacordo com o registro.

Participação em reuniões e conferências

- Durante o exercício de 2010 houve a participação de FFA do setor em:
- Reunião dos Gestores Estaduais do Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes – PNCRC, onde se discutiu sobre as ações, resultados, desafios e perspectivas do programa.
 - II Conferencia Nacional de Defesa Agropecuária.
 - Reunião nacional da Coordenação de Fiscalização Produtos para Alimentação Animal, para discussão sobre procedimentos de fiscalização, avaliação do trabalho executado e o planejamento das ações para o decorrer do ano
 - Reunião Anual do Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários, tendo como pauta os procedimentos de fiscalização, avaliação e o planejamento das ações para o próximo ano.

2.3.2.13 Fiscalização de Produtos Veterinários - Fisprovet1

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e

	exigências internacionais.
Descrição	Registro, fiscalização e inspeção de empresas industriais e comerciais de produtos de uso veterinário localizadas no País e no exterior e controle da importação de produtos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	CPV/DFIP/SDA/MAPA
Unidade Executora	SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	SEFIP/SFA-MT
Coordenador Nacional da Ação	Marcos Vinicius de S. Leandro Junior
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Grayce Carvalho Kerber - Fiscal Federal Agropecuário do SEFIP/DDA/SFA-MT

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Fiscalizações	0	220
Supervisões	20	0
Investigação PNCR	0	2

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	3.363,00	2.000,06
Material de Consumo	1.140,00	505,05
Passagens	0,00	787,67
Serviço de Terceiros Pessoa Física	0,00	0,00
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	500,00	0,00
Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	5.003,00	3.292,78

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma Fiscalização Realizada (CFR)	Percentual de Fiscalizações Realizadas em relação ao Programado (PFR)	Taxa de Conformidade de Fiscalização de XXX (TC)
Fórmula de Cálculo	CFR = CTF / NFR	PFR = (NFR / NFP) * 100	TCOGM=(1-(AI / FR)) * 100
Operadores:	CTF = Custo Total de Fiscalização (R\$) NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	NFP = Número de Fiscalizações Programadas NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	AI = Autos de infração Emitidos FR = Fiscalizações Realizadas
Valores	CTF = 1.708,17 NFR = 2	NFP= NFR=	AI = FR =
Resultado	R\$ 854,085	Não Efetuado	Não efetuado
Und. Medida.:	R\$ / Fiscalização	Percentual (%)	Porcentagem (%)
Observações	Foram contabilizadas as despesas com os deslocamentos e diárias		
Fonte:	SIAFI Gerencial e SIPLAN	SIPLAN	SIPLAN

Para o ano de 2010 foram programadas pelo SEFIP 20 supervisões às unidades locais de execução do INDEA, distribuídas aleatoriamente em municípios do estado. Para tanto foi requerido o montante de R\$ 5.003,00.

Tais ações foram programadas presumindo-se a definição dos procedimentos e do amparo legal, que respaldasse a adesão ao Suasa, ou a delegação de competência firmada entre o MAPA e o Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso – INDEA/MT, nas atividades de Fiscalização do Comércio de Produtos de Uso Veterinário. O Processo foi iniciado em agosto de

2008, e como não fora concluído, ocasionou a manutenção da supressão da atividade de supervisão a ser realizada pelo SEFIP/DDA, no aguardo das decisões a serem tomadas entre o MAPA e o INDEA.

Dando continuidade aos trabalhos iniciados em 2008 para adesão ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e integralidade dos sistemas de fiscalização de insumos pecuários, o SEFIP/DDA/SFA-MT realizou 3 reuniões envolvendo o INDEA, o DIFIP/DAS/MAPA e a CONJUR/MAPA, sendo feitas tratativas no sentido de procurar o ajuste legal para desenvolver a atividade de fiscalização do comércio de produtos de uso veterinário. Em decorrência, o INDEA formalizou o requerimento de adesão, e a retomada da fiscalização do comércio de produtos de uso veterinário está sendo avaliada em instância central e superior do MAPA.

Houve a participação de FFA do SEFIP na II Conferencia Nacional sobre Defesa Agropecuária, e em Reunião Anual do DFIP/SDA com

Foram realizadas 2 fiscalizações em propriedades rurais, pertinentes ao Subprograma de Investigação do PNCRC, e aplicado o total de R\$ 1.708,17. São ações não previstas na programação anual, deflagradas a partir da constatação de violação aos limites de referencia de resíduos e contaminantes orgânicos e inorgânicos.

No exercício de 2010, o foco das fiscalizações voltou-se para a realização de diligências ao centro distribuidor do Serviço de Correios de Várzea Grande, onde juntamente com a Secretaria de Fazenda foram realizadas 238 interceptações de remessas de produtos de uso veterinário em transito interestadual, gerando a apreensão de 2.888 frascos de produtos em desacordo com a legislação, e de uso proibido.

Visando apurar responsabilidades foram lavrados 170 Autos de infração. Foram emitidos 169 Termos de Notificação aos destinatários dos produtos apreendidos com divulgação sobre a importância do uso responsável de produtos veterinários. A todos foram encaminhadas cartilhas educativas.

O SEFIP contactou a Federação de Agricultura de Mato Grosso e Associação dos Criadores do Mato Grosso, no intuito de alertar sobre a prática de comércio irregular. Expondo aos órgãos de classe os riscos e implicações negativas à economia e à saúde animal, solicitou o apoio e providencias, no âmbito das entidades, para coibir o comercio irregular realizado entre produtores e estabelecimentos clandestinos, por meio de telefones e de internet.

Em análise do indicador de efetividade, o mesmo não foi calculado face à especificidade das ações desenvolvidas. Contudo, consideramos plenamente efetiva as fiscalizações realizadas, que culminaram com a retirada de circulação de grande quantidade de produtos irregulares, nunca antes efetuada no Estado, coibindo a circulação e o consumo de produtos capazes de causar prejuízos ao produtor e danos a saúde dos animais e humana, e desencadeando ações educativas e disciplinares.

O SEFIP/DDA manifestou junto a Coordenação de Produtos veterinários a necessidade de investigação dos estabelecimentos produtores clandestinos, e do controle da saída dos produtos em sua origem.

Destacamos que as atividades de fiscalização supracitadas foram realizadas em forças tarefas semanais, mediante a concentração de esforços que envolveram fiscais e administrativos de outras áreas da SFA-MT.

As limitações operacionais e gerenciais que se apresentaram se restringiram a:

- Ausência de área especifica destinada ao depósito e armazenagem dos produtos veterinários apreendidos, de modo manter a integridade física, química e biológica dos mesmos, bem como a organização e a fácil identificação dos lotes apreendidos;
- Falta de aporte de recursos humanos e de base física para a estruturação do Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários, após a divisão das áreas pecuária e agrícola;
- À carência de fiscais atuando no PI Fisprovet. Devido a isto as ações ficam condicionadas a disponibilidade de fiscais de outras áreas e de outros serviços.

2.3.2.14 Comentários ao FISCALSEM1, FISAGROTX e FISFECOI

O incremento da produção agropecuária no Estado de Mato Grosso vem, ao longo dos anos, colocando o estado numa posição de destaque no cenário do agronegócio brasileiro e isso tem refletido numa demanda cada vez mais crescente pelos produtos e serviços oferecidos pelo Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas – SEFIA/SFA-MT, da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso – SFA/MT.

As atividades de fiscalização voltadas para o cumprimento dos objetivos institucionais do SEFIA/SFA-MT revestem-se de grande importância se considerarmos que a qualidade dos insumos agrícolas têm influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro.

Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores.

Nesse sentido, o artigo 21 do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pelo Anexo da Portaria n.º 428, de 09/06/2010, atribui ao SEFIA/SFA-MT uma série de atribuições, todas elas contempladas no Plano Plurianual 2008-2011 dentro do Programa de Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários, cujo objetivo é salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores. São elas:

- 1) Fiscalização de sementes e mudas (FISCALSEM1);
- 2) Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes (FISFECOI);
- 3) Fiscalização de agrotóxicos (FISAGROTOX);

Para o desenvolvimento das referidas atribuições, no entanto, o SEFIA/SFA-MT dispõe, além do Chefe do Serviço, de uma equipe de apenas 10 (dez) Fiscais Federais Agropecuários, distribuídos conforme a Tabela 1, abaixo:

Tabela 1 – Fiscais Federais Agropecuários lotados no SEFIA/SFA-MT.

Área de Atuação	Número de FFAs
Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes	3
Sementes e Mudas	6
Agrotóxicos e Afins	1
TOTAL	10

Apoiam as atividades administrativas 04 (quatro) assistentes administrativos, sendo 02 (dois) do quadro de servidores do MAPA e 02 (dois) cedidos por outras instituições.

Além do reduzido número de Fiscais Federais Agropecuários e Assistentes Administrativos, a estrutura física inadequada e a extensão territorial do Estado, aliada à inexistência de Unidades Técnicas Regionais Agropecuárias – UTRAs, representam obstáculos ao desenvolvimento da fiscalização de insumos agrícolas no Estado de Mato Grosso.

Com relação à extensão territorial, em particular, salientamos que o Estado de Mato Grosso conta com 141 municípios distribuídos em um território de 903.386,10 Km², podendo ser colocado dentro do seu mapa os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e toda região Sul do Brasil, conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2 – Comparativo da extensão territorial dos estados (em Km²).

Estados	Extensão km ²	
MT	906.806	
RS		282.062
SP		248.808

PR		199.709
SC		95.442
ES		46.184
RJ		43.909
TOTAL	906.806	729.494

No que se refere às condições estruturais do SEFIA/SFA-MT, cumpre registrar que o Serviço possui grandes dificuldades em receber seus clientes externos, não dispondo de locais adequados para oferecer-lhes a privacidade necessária ao tratamento de assuntos de seu interesse, especialmente quando estes estão relacionados a processos administrativos de Autos de Infração, o que por vezes resulta em constrangimento aos clientes.

No que concerne à segurança, o SEFIA/SFA-MT não conta com espaços adequados para comportar mobiliários que lhe confirmam maior segurança na guarda de equipamentos, documentos e processos administrativos, o que pôde ser comprovado em julho deste ano quando a SFA-MT foi vítima de assalto no qual o SEFAG/SFA-MT teve a maioria de seus equipamentos furtados e a organização dos processos e documentos comprometida.

Com relação à acessibilidade, o SEFIA/SFA-MT não dispõe atualmente de condições de receber clientes portadores de deficiência, não atendendo, por conseguinte, as determinações constantes do Decreto N.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis N.º 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Visando minimizar os problemas acima elencados, teve início, em dezembro de 2010, serviços de adaptação e reparação das dependências do Serviço, cujo término está previsto para maio de 2011.

Apesar das limitações e dificuldades acima citadas, a determinação dos servidores, o foco na gestão de resultados - em alinhamento com o Plano de Gestão Estratégico do MAPA -, o aperfeiçoamento do planejamento e das estratégias de fiscalização utilizadas têm permitido o alcance de metas quali-quantitativas satisfatórias.

O planejamento das ações a serem realizadas no ano de 2010, a exemplo dos anos anteriores, envolveu a elaboração de planos operativos em todas as áreas, estabelecendo-se metas físicas e financeiras bem definidas e compatíveis com a disponibilidade do quadro de pessoal. Entretanto, em todas as áreas foram priorizadas as atividades relativas ao atendimento de denúncias, que vem sofrendo um gradual incremento nos últimos anos.

O acompanhamento das metas físicas ocorreu através de relatórios mensais de atividades e do sistema informatizado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento denominado SIPLAN – Sistema de Planejamento e Acompanhamento.

No que se refere às metas financeiras, o acompanhamento envolveu dois sistemas informatizados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, quais sejam o Sistema de Gestão Orçamentária - SIOR e Sistema de Integração Financeira – SIAFI.

2.3.2.15 Fiscalização de Sementes e Mudas (FISCALSEM1)

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer materiais de multiplicação e reprodução vegetal de qualidade para os produtores rurais, garantindo suas conformidades com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética estabelecidos pela legislação.
Descrição	A Fiscalização de Sementes e Mudas consiste na execução dos seguintes processos: 1) Inscrição de produtor,

	beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador, laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudas – RENASEM; 2) Inscrição dos campos de produção de sementes e mudas; 3) Fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas 4) Inspeção dos campos de produção sementes e mudas; 5) Auditoria das empresas certificadoras de sementes e mudas; 6) Apreciação e relatoria de processos administrativos resultantes de autuações registradas no curso das ações de fiscalizações; 7) Atendimento ao público usuário do Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas – SFA-MT
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação de Sementes e Mudas – CSM/DFIA/SDA
Unidade Executora	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso – SFA/MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas – SEFIA/DDA/SFA-MT
Coordenador Nacional da Ação	José Neumar Francelino
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Sidnei Francisco Cruz José Silvino Moreira Filho – Fiscal Federal Agropecuário / Responsável Técnico

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Fiscalizações Realizadas	184	244
Coleta de amostras de sementes e mudas	824	820
Total	1008	1064

Elementos de Despesa	Financeiro		Realizadas com fiscalização
	Previstas	Realizadas	
Diárias	72.159,00	73.288,66	40.792,36
Material de Consumo	28.404,50	25.341,18	13.524,83
Passagens	40.300,00	32.457,94	
Serviço de Terceiros Pessoa Física		2.389,50	
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	369.300,00	372.627,86	293,40
Equipamentos e Material Permanente	50.000,00	77.029,87	
Outros			
Total	560.163,50	583.135,01	54.610,59

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma fiscalização realizada no ano de 2010 em relação ao ano anterior (2009).	Percentual de Fiscalizações Realizadas em relação ao Programado (PFR)	Taxa de Conformidade de Fiscalização de sementes (TC)
Fórmula de Cálculo	$\text{Custo unitário anual realizado da fiscalização} = \frac{\text{Recursos gastos (R\$)}}{\text{N.º de}}$	$\text{PFR} = (\text{NFR} / \text{NFP}) * 100$	$\text{TC} = (\text{QAC} / \text{QAP}) * 100$

	fiscalizações Eficiência = $[(\text{Custo unitário anual realizado da fiscalização do ano de referência} / \text{Custo unitário anual realizado da fiscalização do ano anterior} - 1) \times 100]$		
Operadores:	Custo unitário realizado da fiscalização (CR) Recursos gastos (R\$) N.º de fiscalizações realizadas	NFP = Número de Fiscalizações Programadas NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	QAC = Quantidade de sementes e mudas Amostradas analisadas em Conformidade (toneladas) QAP = Quantidade de sementes e mudas Amostradas analisadas no Período (toneladas)
Valores	2009 CTF(2009) = 35.504,22 NFR = 200 CR 2009 = R\$ 177,52 2010 CTF(2010) = 54.610,59 NFR = 244 CR 2010 = R\$ 223,81 Eficiência = $[(\text{CR 2010}) / \text{CR 2009} - 1) \times 100]$	NFP= 1008 NFR= 1064	QAC = 11.331,83 QAP = 11.719,81
Resultado	26,08 %	105,55 %	96,69 %
Und. Medida.:	Percentual (%)	Percentual (%)	Porcentagem (%)
Observações			
Fonte:	SIAFI Gerencial SIPLAN SEOF/SFA-MT SEFIA/DDA/SFA-MT	SIPLAN SEFIA/DDA/SFA-MT	SEFIA/DDA/SFA-MT

Observa-se se que no exercício 2010 a meta física realizada superou a prevista. Tal fato justifica-se pelo empenho dos técnicos ligados à atividade e ações executadas com vistas ao atendimento de denúncias, as quais não são previstas no planejamento do ano por tratar-se de uma demanda de natureza imprevisível.

A respeito das metas financeiras, foi utilizado um total de R\$583.135,01 para o desenvolvimento das atividades durante 2010. Desse total, R\$54.610,59 representaram os gastos com deslocamento dos fiscais federais agropecuários para fiscalização dentro do Estado de Mato Grosso.

O restante dos recursos foi aplicado em serviços de adaptação e reparação das dependências do SEFIA/SFA-MT, com objetivo melhorar as condições de trabalho, atendimento ao público e aquisição de materiais e equipamentos permanentes para estruturação do setor, além das despesas com a manutenção das atividades.

Observou-se um avanço no que se refere à programação orçamentária, fruto de um aperfeiçoamento do planejamento da atividade. Embora a eficiência tenha revelado um aumento no custo da fiscalização da ordem de 26,08%, tal fato se justifica pelo atendimento a denúncias, especialmente em usuários de sementes, o que demandou um grande volume de tempo em função do elevado número de denúncias, das distâncias percorridas e da dificuldade de localização de alguns denunciados.

Outro fator positivo é não ter sido feito grandes acréscimos na programação das atividades quando do seu planejamento, fruto de um melhor diagnóstico considerando a capacidade de execução, a situação singular do Estado de Mato Grosso, caracterizado por grandes distâncias, diversos produtores distribuídos por quase todo seu território, número de fiscais reduzido e inexistência de Unidades Técnicas Regionais Agropecuárias – UTRAs.

Analisando o indicador de Efetividade, representado pela Taxa de Conformidade de Sementes e Mudanças (TC), que alcançou o índice de 96,69%, nota-se o resultado positivo das fiscalizações realizadas, demonstrando que as sementes ofertadas pelos produtores do Estado de Mato Grosso apresentam-se adequadas em sua maior parte aos padrões legais.

Em 2010 foram mantidas as fiscalizações com parcerias do Instituto de Defesa Agropecuária do Mato Grosso (INDEA) e Empresa de Pesquisa e Extensão Rural do Estado (EMPAER).

Cabe registrar a participação de 07 fiscais em curso de especialização na área de Tecnologia de Produção de Sementes, promovido pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel, no Rio Grande do Sul, em conjunto com o CNPq e o Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA/SDA, além de outros treinamentos e de cursos de auditoria onde foram treinados 05 fiscais. Como possível contribuição aos serviços de fiscalização de sementes e mudas, a criação de Unidades Técnicas Regionais Agropecuárias – UTRAs, atualmente inexistentes, em locais geograficamente estratégicos, apresenta-se como medida capaz de melhorar a atuação da fiscalização e possibilitar que o SEFIA/MT se mostre mais presente em todo o Estado de Mato Grosso. Além disso, um maior número de Fiscais Federais Agropecuários torna-se desejável e necessário, haja vista o aumento da demanda de serviços pela evolução das empresas agropecuárias e aumento de sua produtividade e competitividade no mercado. Destaca-se ainda a necessidade de aperfeiçoamento/ desburocratização da legislação.

Conclui-se, diante das avaliações e resultados obtidos no ano de 2010 e em relação a anos anteriores, que o SEFIA/MT, em seu serviço de fiscalização de sementes e mudas, tem evoluído, melhorado sua gestão, mantendo padrão de atendimento ao público, finalização de processos administrativos e atendimento a denúncias, o que refletiu na manutenção da qualidade dos produtos ofertados no mercado de sementes e mudas, fator decisivo para que se alcance a maior satisfação do público envolvido nas ações.

2.3.2.16 Fiscalização de Fertilizantes. Corretivos e Inoculantes - FISFECOI

Tipo	Atividade.
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.
Descrição	A Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes consiste da execução dos seguintes procedimentos: 1) Registro e certificação de estabelecimentos produtores, importadores, exportadores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) Registro de produtos; 3) Fiscalização sobre a produção, importação, exportação e comercialização desses insumos agrícolas; 4) Elaboração e revisão de normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviço com vistas ao aprimoramento dos procedimentos e dos envolvidos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos – CFIC/DFIA/SDA
Unidade Executora	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso – SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas – SEFIA/DDA/SFA-MT
Coordenador Nacional da Ação	Hideraldo José Coelho
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Sidnei Francisco Cruz – Fiscal Federal Agropecuário/Chefe do SEFIA/DDA/SFA-MT Marcelo A. B. F. Alves – Fiscal Federal Agropecuário / Responsável Técnico

Produtos	Física
-----------------	---------------

	Previstas	Realizadas
Fiscalização em estabelecimentos	92	78
Fiscalização em produtos	175	440
TOTAL	267	518

Elementos de Despesa	Financeiro (R\$)			
	Previstas (Total)	Previstas (somente para fiscalização direta)	Realizadas (Total)	Realizadas (em fiscalização direta)
Diárias	58.885,70	57.525,00	51.332,75	31.997,65
Material de Consumo	14.246,50	8.746,50	46.325,58	11.368,97
Passagem aérea	1.600,00	0,00	25.867,26	0,00
Serviço de Terceiros	9.370,00	3.370,00	16.546,17	0,00
Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00	5988,24	0,00
Total	84.102,20	69.641,50	94.727,25	43.366,62

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma fiscalização realizada no ano de 2010 em relação ao ano anterior (2009).	N.º de fiscalizações realizadas no ano de 2010 em relação ao número total de fiscalizações programadas.	Índice de conformidade (IC) de fertilizantes minerais simples, de fertilizantes minerais mistos, de fertilizantes líquidos e corretivos agrícolas.
Fórmula de Cálculo	Custo unitário anual realizado da fiscalização = Recursos gastos (R\$) / N.º de fiscalizações Eficiência = [(Custo unitário anual realizado da fiscalização do ano de referência / Custo unitário anual realizado da fiscalização do ano anterior - 1) x 100]	Eficácia = [(Número de fiscalizações realizadas / Número de fiscalizações programadas) x 100]	<u>Fertilizante Mineral Simples:</u> IC = (VFSC / VFSA) x 100 <u>Fertilizante Mineral Misto:</u> IC = (VFMC / VFMA) x 100 <u>Fertilizante Mineral Líquido:</u> IC = (VFLC / VFLA) x 100 <u>Corretivo Agrícola:</u> IC = (VCC / VCA) x 100
Operadores:	Custo unitário realizado da fiscalização (CR) Recursos gastos (R\$) N.º de fiscalizações realizadas	Número de fiscalizações programadas Número de fiscalizações realizadas	<u>Fertilizante Mineral Simples:</u> Volume (t) de fertilizante mineral simples amostrado no ano de 2010 (VFSA) Volume (t) de fertilizante mineral simples conforme* no ano de 2010 (VFSC) <u>Fertilizante Mineral Misto:</u> Volume (t) de fertilizante mineral misto amostrado no ano de 2010 (VFMA) Volume (t) de fertilizante mineral misto conforme* no ano de 2010 (VFMC) <u>Fertilizante Mineral Líquido:</u> Volume (1.000 l) de fertilizante mineral líquido amostrado no ano de 2010 (VFLA) Volume (1.000 l) de fertilizante mineral líquido conforme* no ano

			de 2010 (VFLC) <u>Corretivo Agrícola:</u> Volume (t) de corretivo agrícola amostrado no ano de 2010 (VCA) Volume (t) de corretivo agrícola conforme* no ano de 2010 (VCC) * Conforme = dentro das garantias registradas.
Valores	CTF(2009) = 27.720,47 NFR = 128 CR 2009 = R\$ 216,57 2010 CTF(2010) = 43.366,62 NFR = 316 CR 2010 = R\$ 137,23 Eficiência = $[(CR\ 2010) / (CR\ 2009 - 1) \times 100]$	Número de fiscalizações programadas = 267 Número de fiscalizações realizadas = 518	<u>Fertilizante Mineral Simples:</u> VFSA = 11.698,50 t VFSC = 11.698,50 t <u>Fertilizante Mineral Misto:</u> VFMA = 50.897,08 t VFMC = 44.616,63 t <u>Fertilizante Mineral Líquido:</u> VFLA = 93.955,00 l VFLC = 81.655,00 l <u>Corretivo Agrícola:</u> VCA = 113.440,00 t VCC = 108.100,00 t
Resultado	- 36,63 %	Eficácia = 194,00 %	<u>Fertilizante Mineral Simples:</u> IC = 100 % <u>Fertilizante Mineral Misto:</u> IC = 88 % <u>Fertilizante Mineral Líquido:</u> IC = 87 % <u>Corretivo Agrícola:</u> IC = 95 %
Und. Medida.:	R\$/fiscalização	Percentual (%)	Porcentagem (%)
Observações			
Fonte:	SIAFI Gerencial SIPLAN SEOF/SFA/MT SEFIA/DDA/SFA/MT	SIPLAN SEFIA/DDA/SFA-MT	SEFIA/DDA/SFA-MT

Para o cálculo da eficiência foi utilizado o valor de 316 fiscalizações realizadas em 2010, embora a tabela de execução física traga o valor de 518 fiscalizações. Ocorre que o valor da tabela inclui as fiscalizações realizadas nos estabelecimentos produtores, importadores, exportadores e comerciais, adicionado de todas as amostras de fertilizantes e corretivos coletados e das fiscalizações em propriedades rurais realizadas com o objetivo de coleta de amostras de fertilizantes.

Convencionou-se desconsiderar as amostras coletadas no cálculo da eficiência para evitar distorções na sua interpretação. A título de exemplo, consideremos duas fiscalizações em estabelecimentos vizinhos com a coleta de uma amostra de fertilizante no primeiro e dez amostras no segundo. Por serem vizinhos, e sendo a mesma equipe de fiscalização, os montantes de recursos financeiros utilizados nas duas fiscalizações são iguais. Entretanto, como em uma foi coletada apenas uma amostra de fertilizantes e em outra, dez, se as amostras coletadas fossem consideradas no cálculo do custo da fiscalização, o custo para fiscalizar o segundo estabelecimento seria dez vezes menor do que o custo para fiscalizar o primeiro, raciocínio este incompatível com a

realidade. A mesma metodologia foi empregada para o cálculo do custo de cada fiscalização do ano de 2009.

O índice de eficiência revela uma redução do custo unitário da fiscalização em 2010 em comparação ao observado em 2009, passando de R\$ 216,57 para R\$ 137,23. Contribuiu para o fato o esforço concentrado de fiscalizações em propriedades rurais para a coleta de amostras de fertilizantes, que resultou em número expressivo de fiscalizações com otimização das despesas de deslocamento.

Já para o cálculo da eficácia foram utilizados os valores integrais da tabela de execução física, haja vista estarem envolvidos no cálculo desse indicador os parâmetros previstos e realizados.

Observa-se um aumento da eficácia em comparação ao ano anterior, tendo este parâmetro evoluído de 99,42 % em 2009 para 194 % em 2010. O valor, inclusive, indica um número de fiscalizações realizadas muito superior ao previsto. Deve-se o fato ao número expressivo de fiscalizações realizadas em propriedades rurais para a coleta de amostras de fertilizantes, cuja magnitude não havia sido planejada.

Com o apoio da Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos (CFIC) foi realizado em Mato Grosso, no ano de 2010, um trabalho ampliado de fiscalizações em propriedades rurais com ênfase na coleta de amostras de fertilizantes. Tal operação estava contemplada no Plano Operativo Anual, porém não na amplitude em que aconteceu. Além de dois Fiscais Federais Agropecuários da Superintendência de Mato Grosso a ação contou com a participação de mais quatorze servidores dos Estados de Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe, que resultou no número de fiscalizações e amostras coletas muito além do inicialmente previsto.

Resultado positivo também foi observado na elevação do índice de conformidade de corretivos agrícolas, que passou de 69,97 % em 2009 para 95 % em 2010. Concorreu para a elevação do índice a concentração de esforços da fiscalização do controle de qualidade promovido pelos fabricantes desses insumos.

Dentre os fatores que limitam o desempenho da fiscalização desta ação em Mato Grosso podem ser citados o insuficiente efetivo fiscal disponível, a ausência de Unidades Técnicas Regionais Agropecuárias – UTRAs, a carência de treinamentos em áreas específicas e correlatas ao trabalho como, por exemplo, tecnologia de fabricação de fertilizantes e procedimentos de auditoria e a carência de adequado suporte tecnológico, no que se refere a programas e sistemas de informática.

De maneira geral, consideramos que o desempenho no período foi satisfatório, tendo em vista as limitações citadas e considerando os resultados de eficiência, eficácia e de conformidade obtidos.

2.3.2.17 Fiscalização de Agrotóxicos e Afins - FISAGROTOX

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo, sejam efetivos no controle de pragas de plantas cultivadas, que atendam aos requisitos legais para a proteção do meio ambiente e da saúde humana.
Descrição	A Fiscalização de Agrotóxicos e Afins consiste da execução dos seguintes processos: 1) Normalização da atividade pela elaboração de dispositivos legais para orientação sobre procedimentos de registro, fiscalização e aplicação dos agrotóxicos; 2) Registro de agrotóxicos; 3) Credenciamento de empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agrônômica e para o tratamento fitossanitário de vegetais e partes de vegetais para a importação e exportação 4) Fiscalização dos produtos registrados, das entidades credenciadas de pesquisa e do trânsito interestadual; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos e a participação nos fóruns internacionais de discussão sobre registro, uso e

	controle de pesticidas (FAO, Codex Alimentarius e Convenções da ONU).
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins – CGAA/DFIA/SDA
Unidade Executora	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso – SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas – SEFIA/DDA/SFA-MT
Coordenador Nacional da Ação	Luiz Eduardo Pacifici Rangel
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Sidnei Francisco Cruz – Fiscal Federal Agropecuário/Chefe do SEFIA/DDA/SFA-MT Julio Cesar Alves de Lima – Fiscal Federal Agropecuário / Responsável Técnico

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Fiscalização de estabelecimento produtor / importador	19	17
Fiscalização de estabelecimento de pesquisa	11	18
Fiscalização de produtos (agrotóxicos)	32	23
Fiscalização de pesquisas com agrotóxicos	12	12
Coleta de amostras de agrotóxicos	12	0
Total	86	70

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	12.331,44	11.960,04
Material de Consumo	5.975,00	1.721,17
Passagem aérea	0,00	0,00
Serviço de Terceiros Pessoa Física	0,00	0,00
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	800,00	102,10
Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00
Total	19.106,44	13.783,31

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma fiscalização realizada no ano de 2010 em relação ao ano anterior (2009).	N.º de fiscalizações realizadas no ano de 2010 em relação ao número total de fiscalizações programadas.	-Índice de conformidade de rótulos amostrados (ICRA).
Fórmula de Cálculo	Custo unitário anual realizado da fiscalização = Recursos gastos (R\$) / N.º de fiscalizações Eficiência = [(Custo unitário anual realizado da fiscalização do ano de referência / Custo unitário anual realizado da fiscalização do ano anterior - 1) x 100]	$PFR = (NFR / NFP) * 100$	$ICRA = (RAC / RA) \times 100$
Operadores:	Custo unitário realizado da fiscalização (CR) Recursos gastos (R\$) N.º de fiscalizações realizadas	Número de fiscalizações realizadas no ano de 2010 = NFR = 35 Número de fiscalizações programadas para o ano de 2010 = NFP = 30	Rótulos Amostrados no ano de 2010 = (RA) Rótulos Amostrados Conforme no ano de 2010 = (RAC)

Valores	2009 CTF(2009) = 7.113,24 NFR = 32 CR 2009 = R\$ 222,29 2010 CTF(2010) = 13.783,31 NFR = 35 CR 2010 = R\$ 137,23 Eficiência = $\frac{CTF(2010)}{CTF(2009) - 1} \times 100$	NFP = 30 NFR = 35	RA = 23 RAC = 11
Resultado	- 38,27%	116,7 %	47,82 %
Und. Medida.:	R\$ / Fiscalização	Percentual (%)	Porcentagem (%)
Observações			Rótulos amostrados nas Indústrias e Empresas de Pesquisa.
Fonte:	SIAFI Gerencial SIPLAN SEOF/SFA-MT SEFIA/DDA/SFA-MT	SIPLAN SEFIA/DDA/SFA-MT	SEFIA/DDA/SFA-MT

O trabalho de campo da fiscalização no ano de 2010 começou no mês de janeiro com a descentralização dos recursos em tempo hábil para a execução das ações. A execução física foi feita conforme o planejamento e conforme a disponibilidade de fiscais para realizar as ações.

A Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins – CGAA estipulou como meta física ao SEFIA-MT 04 (quatro) fiscalizações para serem realizadas no exercício de 2010, mas foram programadas 30 ações, das quais foram realizadas 35, considerando-se as inspeções, fiscalizações e vistorias realizadas.

O que justifica o maior número de fiscalizações executadas foram as vistorias e fiscalizações nas empresas de pesquisa em credenciamento que totalizaram 05 (cinco) fiscalizações além da programação inicial. A eficácia ultrapassou a meta desejada, confirmando o cumprimento do planejamento, favorecido pelo pronto atendimento da disponibilização de recursos pela Coordenação.

A grande extensão territorial do Estado de Mato Grosso demanda grandes deslocamentos para o exercício da fiscalização o que prejudica a execução das ações. Sendo assim, quando se executa um deslocamento a municípios longínquos e que demanda pouca atividade de um PI, faz-se a inclusão da atividade de outro PI, ou seja, aumentamos o número de fiscalizações na viagem para diminuir o número de deslocamentos para um mesmo município.

Em 2010 realizamos fiscalizações conjuntas por equipes de diferentes PIs, FISCALSEM e FISFECOI, por exemplo, alcançando bons resultados, principalmente nas situações de regiões longínquas, onde a demanda do PI FISAGROTOX é menor e é possível agrupar o serviço para ser realizado em um mesmo deslocamento, acarretando um menor custo para ambos PIs, podendo ser verificado no indicador da eficiência que compara o ano de 2010 com o anterior, com um decréscimo de 38,70% no custo de cada fiscalização.

Em julho de 2010 houve uma reunião regional em Curitiba/PR, onde a foi solicitado pela Coordenação a concentração de esforços no sentido de oferecer treinamento aos órgãos de fiscalização estaduais e o aumento das ações de fiscalização conjuntas com outros órgãos, de modo a estreitar o relacionamento entre as diferentes instâncias que atuam diretamente na ação de fiscalização de agrotóxicos, como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA, o Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso – INDEA/MT e a Polícia Federal. Houve incremento desta ação, que demandou dois meses de planejamento e execução, maio e setembro, com os treinamentos dos fiscais dos Estados de Mato Grosso e Ceará.

O objetivo para o próximo ano é aumentar o número de fiscalizações de produtos e a realização das coletas de agrotóxicos para aferição da qualidade, ação esta que não foi possível de realizar em 2010 por que a SFA-MT não dispunha de empresa licitada que pudesse realizar o transporte das amostras de agrotóxicos até o laboratório.

Além destes trabalhos programados em 2010, tivemos no transcorrer do exercício a solicitação da Polícia Federal para averiguação de produtos suspeitos. Da ação conjunta realizou-se a apreensão de produtos falsificados e contrabandeados e a emissão de autos de infração.

2.3.2.18 Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos - FISCANIMAL2

Tipo	Atividade
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação, no País, de doenças de animais e seus produtos, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população
Descrição	Vigilância e controle zoonosológico em portos, aeroportos, postos de fronteira do país e estações aduaneiras interior, por meio da análise documental e da inspeção de partidas de vegetais, animais, suas partes, produtos e subprodutos
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação Geral do VIGIAGRO - Brasília
Unidade Executora	SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	VIGIAGRO/SFA-MT
Coordenador Nacional da Ação	Marcos de Barros Valadão
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Donizeti Pereira de Mesquita

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Fiscalizações Realizadas	4	25

Elementos de Despesa	Financeiro*	
	Provisão Recebidas	Realizadas
Diárias	12.600,00	12.552,59
Material de Consumo	13.400,00	13.396,89
Passagem aérea	5.000,00	3.846,93
Serviço de Terceiros Pessoa Física	0,00	0,00
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	10.400,00	10.323,78
Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00
Total	0,00	39.820,22

Quadro 1. Representativo das fiscalizações realizadas no exercício e número de termo de ocorrência emitido.

	Área Animal	
	Importação	Exportação
Nº Partidas Inspeccionadas*	0	25
Nº Termos de ocorrência	0	1
Nº Ocorrências sanitárias**	0	0

Quadro 2. Para análise dos indicadores, consideraremos os resultados físicos e financeiros da ação FISCANIMAL2, entretanto, não apresentaremos o indicador da eficiência, haja vista que nas fiscalizações realizadas não foram utilizados recursos financeiros.

Atributo	Indicadores	
	Eficácia	Efetividade
Indicador	Percentual de Fiscalizações Realizadas em relação ao Programado (PFR)	Taxa de Conformidade de Fiscalização na Importação/Exportação (TC)

Fórmula de Cálculo	$PFR = (NFR / NFP) * 100$	$TC = (1 - (TO / FR)) * 100$
Operadores:	NFP = Número de Fiscalizações Programadas NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	TO = Termo de Ocorrência FR = Fiscalizações Realizadas
Valores	NFP= 4 NFR= 25	TO=1 FR = 25
Resultado	625 %	95,84 %
Und. Medida.:	Percentual (%)	Porcentagem (%)
Observações		
Fonte:	SIPLAN/SSA	SIPLAN/VIGIAGRO

EFETIVIDADE: Visa identificar a relação entre as ocorrências detectadas nas importações e exportações com o total de fiscalizações realizadas. Em 2010 a meta era atingir até 95%, dentro do prisma, quanto maior melhor. O valor alcançado de 95,84% ficou dentro do índice esperado.

EFICÁCIA: Visa mostrar a abrangência da cobertura da vigilância internacional animal por meio das fiscalizações realizadas no trânsito internacional de animais e subprodutos de origem animal.

Como não é possível prever o quantitativo de animais que serão importados ou exportados num determinado período, estimou-se para o ano de 2010 que realizaria 04 (quatro) fiscalizações, entretanto, durante o exercício foram feitas 21 (vinte e uma) fiscalizações além das previstas, representando um acréscimo de 625%.

No ano de 2010, foram realizadas por um FFA do SSA que está acumulando a responsabilidade do PI-FISCANIMAL2, as seguintes atividades:

- 01 (Uma) emissão de Autorização de Importação para 1000 (Mil) doses de sêmen bovino do EUA;

- Anuência no SISCOMEX para importação de produtos de origem animal para alimentação de cães e gatos da Alemanha, nas seguintes datas: Fevereiro, Abril, Junho e Agosto;

- Interface com o Serviço de Saúde Animal - SSA na viabilização de importação de 8.610 doses de sêmen suíno originário do Canadá.

- Foram realizadas 24 (vinte e quatro) fiscalizações com vistas a exportação de animais de companhia que foram destinados aos países: Argentina, Bolívia, Canadá, França, EUA, Paraguai, Suíça, Portugal, Alemanha e Espanha, assim como 01 fiscalização de 1.050 (hum mil e cinquenta) unidades de peles de jacaré com vistas a exportação para a Colômbia, totalizando 25 fiscalizações.

Entretanto, dentro do valor financeiro existiram diversas ações que não foram programadas conforme tabela de despesas realizadas, tais como: Manutenção da Uvagro-Cáceres e Uvagro-Cuiabá, Atendimento das atividades da Uvagro/Cáceres por FFA da SFA-MT tendo em vista ausência por férias do FFA da Unidade; Participação em reuniões técnicas dos profissionais do VIGIAGRO/Cuiabá, Uvagro/Cáceres com a administração da SFA-MT; Participação de força tarefa no SVA de Foz do Iguaçu/PR por servidores da SFA-MT, por solicitação do Coordenador Geral do VIGIAGRO; participação de FFA da Uvagro/Cáceres em ciclo de palestras técnicas da Gestão Estratégica – Videoconferência; Participação de FFA da Uvagro/Cáceres em Palestras técnicas em Cuiabá; Realizar Recolhimento de bens em desuso e atualização patrimonial da Uvagro/Cáceres; Conduzir computadores com problemas da Uvagro/Cáceres, para manutenção junto ao SAOD da SFA-MT; Acompanhamento de instalação de aparelhos de ar condicionado na Uvagro/Cáceres; Devolver veículo da Uvagro/Cáceres que estava em manutenção em Cuiabá/MT; Participação FFA da Uvagro/Cáceres em reunião administrativa junto ao DDA/SFA-MT; Resolução por FFA da Uvagro/Cáceres de desafios administrativos junto à SFA-MT, assim como para despesas com diversos materiais (processamento de dados, manutenção de bens móveis, elétrico e eletrônico, de proteção e segurança, manutenção e conservação de veículos, manutenção e conservação de máquinas e equipamentos), passagens para o país, serviços de água e esgoto, serviços de comunicação, serviços de telecomunicações e seguros.

2.3.2.19 Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos - FISCPLANTA2

Tipo	Atividade
Finalidade	Impedir a entrada no país de pragas de vegetais oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como garantir a fitossanidade de produtos nacionais e sua exportação.
Descrição	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira do país, por meio da análise documental e da inspeção de partidas de vegetais, suas partes, produtos e subprodutos
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação Geral do VIGIAGRO - Brasília
Unidade Executora	SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	DDA/SFA-MT
Coordenador Nacional da Ação	Marcos de Barros Valadão
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Alzira Araujo Menezes Catunda

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Fiscalizações Realizadas	625	886

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	10.614,71	19.025,76
Material de Consumo	7.035,29	12.609,59
Passagem aérea	0,00	7.031,08
Serviço de Terceiros Pessoa Física	0,00	0,00
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	21.200,00	20.032,99
Equipamentos e Material Permanente	200.000,00	0,00
Total	238.850,00	58.699,42

Tab. 1 - Análise dos indicadores FISCPLANTA2

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma Fiscalização Realizada (CFR)	Percentual de Fiscalizações Realizadas em relação ao Programado (PFR)	Taxa de Conformidade de Fiscalização na Importação/Exportação (TC)
Fórmula de Cálculo	$CFR = CTF / NFR$	$PFR = (NFR / NFP) * 100$	$TC = (1 - (AI / FR)) * 100$
Operadores:	CTF = Custo Total de Fiscalização (R\$) NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	NFP = Número de Fiscalizações Programadas NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	AI = Autos de infração Emitidos FR = Fiscalizações Realizadas
Valores	CTF = 58.699,42 NFR = 886	NFP = 625 NFR = 886	AI = 0 FR = 886
Resultado	R\$ 66,25	141,76 %	100 %
Und. Medida.:	R\$ / Fiscalização	Percentual (%)	Porcentagem (%)
Observações			
Fonte:	SIAFI Gerencial e SIPLAN	SIPLAN	SIPLAN

Obs: O indicador de eficiência poderia ser reduzido se retirássemos do cálculo os valores descentralizados, que não estavam na programação anual, alocados para atendimento a composição de equipes de reforço na fiscalização em Foz do Iguaçu/PR.

Tab. 2 - INDICADORES DE DESEMPENHO GESTÃO ESTRATÉGICA

PI	Tipo	Fórmula	UVAGRO-Cáceres		UVAGRO-Cuiabá		VIGIAGRO-MT	
FISCAPLANTA2	Efetividade	Termos de Ocorrências / Fiscalizações realizadas x 100	= 0 / 489 * 100	0,00	= 12 / 397 * 100	3,02	= 12 / 886 * 100	1,35
FISCAPLANTA2	Eficácia na Exportação	1 – (Notificações recebidas / Certificados emitidos) x 100	= 1-(0 / 134) *100	100	= 1-(0 / 5) *100	100	=1-(0 / 139) *100	100
FISCAPLANTA2	Eficácia na Importação	Fisc. Realizada + Total bagagens / DIs + Pass. desembarcados	=(489 + 0) / (308 + 0)	1,59	=(397 + 0) / (1118 + 0)	0,35	= (886 + 0) / (1426 + 0)	0,62

Representam o Índice de Cobertura da Vigilância Internacional Vegetal.

EFETIVIDADE: Visa identificar a relação entre as ocorrências detectadas nas importações e exportações com o total de fiscalizações realizadas.

Em 2010 a meta era atingir até 5%. Quanto menor é melhor. O valor alcançado (1,35%) foi 73,37% inferior ao ano anterior.

EFICÁCIA: Visa mostrar a abrangência da cobertura da vigilância internacional vegetal por meio das fiscalizações realizadas no trânsito internacional de mercadorias, passageiros e embalagens de madeira.

IMPORTAÇÃO: Em 2010 a meta era 100% como meta. Aqui quanto maior é melhor. O valor alcançado corresponde a meta, indicando uma boa cobertura da Fiscalização Federal Agropecuária no trânsito internacional.

EXPORTAÇÃO: Em 2010 a meta era 0,27 como limite mínimo. Aqui quanto maior é melhor. O valor alcançado (0,62) foi praticamente o dobro da meta, indicando uma boa cobertura da Fiscalização Federal Agropecuária no trânsito internacional.

Tab. 3 - Recursos Humanos

Categoria	UVAGRO-Cáceres	UVAGRO-Cuiabá
Fiscal Federal Agropecuário – Engenheiro Agrônomo	1	1
Fiscal Federal Agropecuário – Méd. Veterinário	1*	1*
Administrativo	0	1
Estagiário	0	1

*FFAs lotados em outros Serviços e que atendem por demanda as unidades.

Tab. 4 – Resultados operacionais/produtos por UVAGRO

4.1 - UVAGRO CÁ CERES

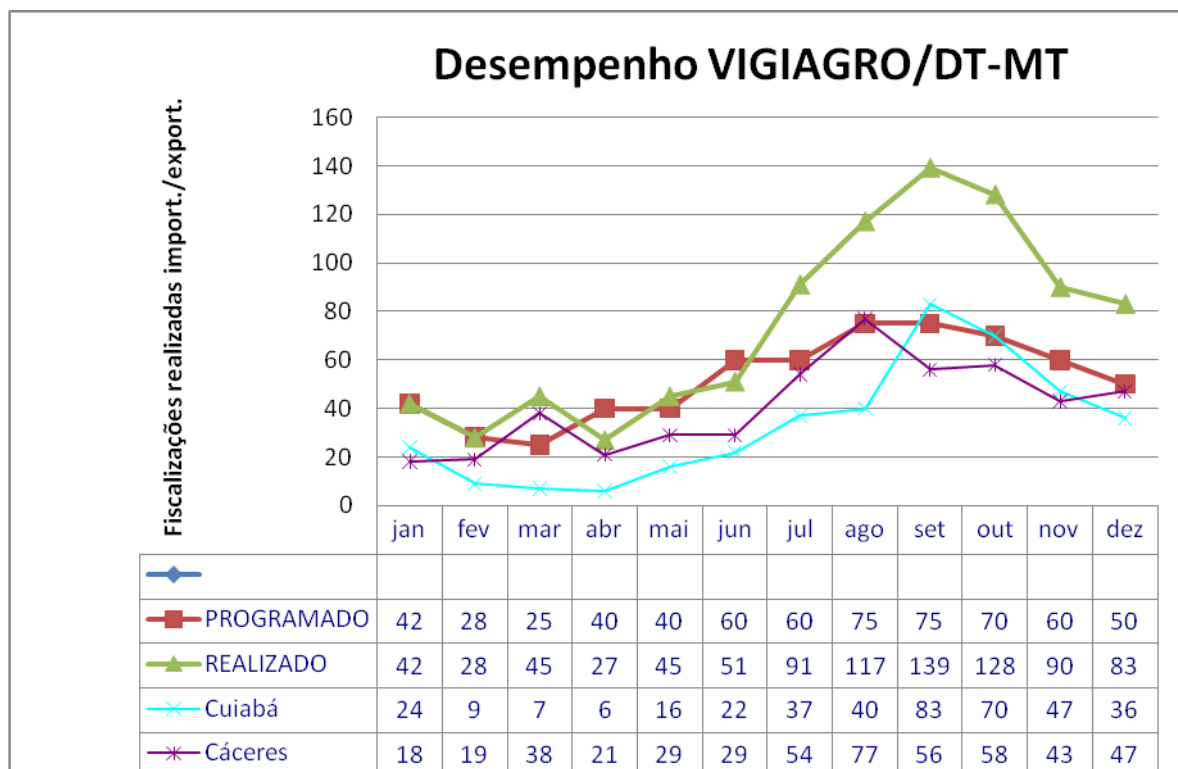
ATIVIDADE	Nº PROCESSOS	CERT. FITO	PESO (TON)	TOTAL U\$	TOTAL GERAL – U\$
1) EXPORTAÇÕES					
• MILHO/GRANEL	134	134	17.448,178	1.716.838,61	1.716.838,61
• AGROTOXICOS	22	-	308,719	3.369.378,40	5.086.217,01
• TOTAL	156	-	17.756.897	-	5.086.217,01

2) IMPORTAÇÕES					
• MADEIRAS	297	-	8.568,917	763.360,01	763.360,01
• FEIJÃO	001	-	34,00	25.500,00	788.860,01
• ULEXITA	17	-	573,00	178.852,00	967.712,01
• TOTAL	315	-	9.175.917	-	967.712,01
3) EMB. MADEIRA/EXPO	17	-	-	-	-
• TOTAL	17	-	-	-	-
4) DI's REGISTRADAS	308				
RFB/CÁCERES-MT					
5) LI's DEFERIDAS	315				
UVAGRO/CÁCERES					
OBS- DIFERENÇA DI's/LI's	REGISTRO DE DI EM OUTRA PRAÇA - EX: MADEIRA SERRADA (MARINGÁ) E ULEXITA				
	NÃO EXISTE REGISTROS DE CONTROLE DE PASSAGEIROS INGRESSANDO POR CORIXA				

4.2 – UVAGRO CUIABÁ

ATIVIDADE	Nº PROCESSOS	CERT. FITO	CERT. ZOOS.	T.O SANITÁRIA	PESO (TON)	TOTAL US\$
1) EXPORTAÇÕES - VEGETAL						
• MILHO/SC. 60 kg	02	02	-	-	53,50	5.721,32
• FEIJÃO/SC. 60 kg	01	01	-	-	23,00	38.736,00
• MADEIRA/SERRADA	01	01	-	-	54,00	X-X-
• SEMENTES (SOJA)	01	01	-	-	0,006	Pesquisas
TOTAL	05	05	-	-	130,506	44.457,32
2) EXPORTAÇÃO - ANIMAL						
• JACARÉ/PELE	01	-	01	-	-	-
• ANIMAIS COMPANHIA (CÃES E GATOS)	01	-	01	-	-	-
TOTAL	02	-	02	-	-	-
3) IMPORTAÇÃO – VEGETAL						
• AGROTÓXICOS	16	-	-	-	512,00	2.257.920,00
• FERTILIZANTES	03	-	-	-	2,88	450.000,00
• FLOCOS DE QUINUA	08	-	-	03	48,00	134.520,00
• PROTEÍNA TEXT. SOJA	05	-	-	-	52,50	125.520,00
• EMBALAGEM MADEIRA	358	-	-	09	X-X-	X-X-
TOTAL	390	-	-	12	565,38	2.967.960,00
4) IMPORTAÇÃO – ANIMAL						
• ANIMAIS DE COMPANHIA (CÃES E GATOS)	-	-	-	-	-	-

Tab. 5 – Planejamento operacional x execução total e por unidade – FISCPLANTA2.



Obs: O PI FISCANIMAL2 não teve programação física para o ano de 2010.

COMENTÁRIOS:

Os resultados operacionais foram 32,64 % superiores ao ano anterior, sendo 41,76% superior ao programado para o ano de 2010. O bom desempenho foi ocasionado pelo início da recuperação econômica mundial, e, principalmente, pelo aparecimento de uma nova via mercantil – exportação de milho em grãos para a Bolívia via Cáceres. Pela UVAGRO CUIABÁ o maior movimento continua sendo as fiscalizações sobre embalagens e suportes de madeira, porém percebemos alguns movimentos, ainda tímidos, de produtos de origem animal, sinalizando que possivelmente essa seja uma atividade importante para os próximos anos. No Porto Seco de Cuiabá, continua a dificuldade em acertar a parte logística da ida e vinda de containeres carregados. Ressaltamos aqui que o nosso trabalho ocorre por demanda, que por sua vez depende de vários fatores, sendo o principal o desempenho da economia global.

Destaca-se da planilha as ocorrências sanitárias, da ordem de 12, que representa 1,35 % do total das cargas fiscalizadas no ano e é 47,83% inferior as ocorrências do ano anterior. Não houve nenhuma notificação de introdução de pragas via mercadorias importadas/exportadas via Mato Grosso, demonstrando a importância da fiscalização do MAPA.

Os resultados financeiros foram 58,92% inferiores ao ano anterior. Neste ano não houve aquisição de materiais permanentes.

Para realizar as atividades de fiscalização, a Divisão de Defesa Agropecuária -DDA/SFA-MT e suas unidades operativas UVAGRO-CÁCERES e UVAGRO-EADI CUIABÁ dispõe de três Fiscais Federais Agropecuários lotados no serviço (um em Cáceres e dois em Cuiabá, sendo somente um a partir do segundo semestre), sendo que alguns colegas pertencentes a outras áreas prestam auxílio quando necessário. Na atividade de apoio, contamos com um administrativo e um estagiário de nível superior. As UVAGROS da SFA-MT estão bem dotadas de equipamentos necessários para o desempenho das atividades.

2.3.2.20 Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - APPRODUTOR

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar a pequena produção agropecuária, por meio do estímulo à promoção da agregação de valor a seus produtos, melhorando a renda e a qualidade de vida dos produtores.
Descrição	Criação de incentivo e fomento à produção agropecuária por meio da manutenção de estradas vicinais, aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas, equipamentos de processamento agroindustrial e obras agropecuárias em investimentos de pequeno vulto. Auxílio para correção de solos. Elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação de projetos que visem ao desenvolvimento sustentável da pequena e da média produção.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação-Geral de Parcerias Institucionais – CGPI / SDC
Unidade Executora	SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	DPDAG/SFA-MT
Coordenador Nacional da Ação	Marcelo Alexandre Andrade de Almeida
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Cleomar José da Costa

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Reuniões/Palestras	14	15
Fiscalizações de Convênios	4	8

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas R\$	Realizadas R\$
Diárias	12.000,00	13.992,52
Material de Consumo	5.000,00	7.914,26
Passagem aérea		622,69
Serviço de Terceiros Pessoa Física		531,00
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	1.000,00	3.493,50
Equipamentos e Material Permanente	40.000,00	
Total	58,000,00	26.553,97

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma Participação Realizada (CPR)	Percentual de Participações Realizadas em relação ao Programado (PPR)	
Fórmula de Cálculo	$CPR = CTP / NPR$	$PPR = (NPR / NPP) * 100$	
Operadores:	CTP = Custo Total de Participação (R\$) NPR = Número de Participações Realizadas	NPP = Número de Participações Programadas NPR = Número de Participações Realizadas	
Valores	CTP = R\$ 26.553,97 NPR = 23	NPP = 10 NPR = 18	
Resultado	R\$ 1.154,52	127,7 %	
Und. Medida.:	R\$ / Participação	Percentual (%)	
Observações			

Fonte:	SIAFI Gerencial e SIPLAN	SIPLAN	
---------------	--------------------------	--------	--

O estado de Mato Grosso possui aproximadamente 140 mil propriedades de pequenos e médios produtores rurais (EMPAER – MT), sendo 60% assentados da reforma agrária. A demanda de serviços para esse público é muito grande em todos os setores.

No ano de 2010, a chegada e a definição das ações da EMBRAPA Agrossilvipastoril (Embrapa/MT), ampliaram nosso leque de atuação e capacidade de articulação, pois esta tem atuado como executora das atividades de transferência de tecnologia necessárias para o desenvolvimento e organização das cadeias produtivas do Estado de Mato Grosso.

A Superintendência Federal de Agricultura, Através da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG/SFA/MT) atua como órgão articulador entre as três esferas públicas e instituições privadas, como receptor e disseminador das demandas dos diversos setores produtivos, como mediador dos convênios e como Fiscal do cumprimento das atividades proposta e do uso correto do recurso público.

Seguindo essa dinâmica, foram realizadas, no ano de 2010, atividades que visam o fortalecimento das cadeias de Fruticultura e da Mandioca que não se caracterizaram em convênios com o MAPA neste ano, mas continuamos acompanhando e reforçando articulações na expectativa de obtenção de recurso para 2011.

Foram firmados quatro convênios em 2010, sendo os dois primeiros resultado direto deste trabalho de articulações e atendimento às demandas recebidas. São eles:

- MAPA / Associação Amigos da Terra de Sorriso - CAT/MT

Realização do I Encontro Regional de Sistemas Produtivos (Plantio direto e ILP)

- Mapa / FUNDAPER em parceria com a EMBRAPA Agrossilvipastoril (EMBRAPA/MT).

Apoiar o projeto de recuperação de pastagens degradadas, com vistas a melhoria da produção e produtividade do rebanho leiteiro.

Este convênio é resultado direto das articulações iniciadas em 2009 e intensificadas ao longo de 2010 com o estabelecimento definitivo de uma unidade da Embrapa no Mato Grosso. Além da Embrapa são parceiros permanentes na realização das atividades deste convênio, os Sindicatos Rurais e dos Trabalhadores e as Prefeituras e Câmaras municipais dos municípios envolvidos, A Secretaria de Agricultura do estado (SEDRAF) e a OCB – MT, entre outros. Tais parcerias só foram possíveis graças às diversas reuniões e atividades realizadas antes de firmado o convênio.

- MAPA / Federação das Entidades Apícolas do Mato Grosso - FEAPISMAT

Apoiar a realização do XVIII Congresso Brasileiro da Apicultura e o IV Congresso de Meliponicultura.

- MAPA / Associação de Criadores de Suínos - ABCS/RS

Impressão e divulgação do Manual de Boas Práticas Agropecuárias para Produção de Suínos.

Este convênio é nacional, mas o estado de Mato Grosso foi contemplado em suas ações e, portanto, houve necessidade de designar um FFA de MT para acompanhamento “in loco” das atividades aqui realizadas.

Além dos quatro convênios firmados este ano, foram realizadas ações de fiscalização de convênios atrasados, prorrogados ou de longa duração firmados nos anos de 2007, 2008 e 2009.

Como principal problema do último ano, que interfere negativamente no cálculo de eficácia e eficiência, podemos apontar a realização de atividades permanentes, não contabilizadas, que demandam recursos humanos e financeiros desta divisão.

Participamos como membro efetivo em reuniões dos seguintes órgãos:

- Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) – aproximadamente uma reunião a cada dois meses.

- Câmaras Técnicas Setoriais do Leite, dos Produtos da Sociobiodiversidade, de Assistência Técnica e Extensão Rural, do Trigo, da Agroecologia, entre outras (periodicidade variável).

- Comitê Articulador Estadual do Programa Territórios da Cidadania - em média uma reunião por mês.

Devido ao número reduzido de Fiscais da Divisão e a desorganização do calendário das Câmaras Técnicas Estaduais, temos boa parte do nosso tempo comprometido por essas atividades.

Em 2010 realizamos ainda, com recursos deste PI, fiscalizações referentes à entrega dos equipamentos licitados pelo MAPA para os 20 municípios do Mato Grosso, participantes da Operação Arco Verde. Essas ações também não foram contabilizadas uma vez que não se tratam de eventos, já que o objetivo era comprovar a entrega, regularidade e funcionamento de equipamentos, nem se enquadram em convênios uma vez que os equipamentos foram licitados e adquiridos diretamente pelo MAPA sem a necessidade de repasse de recursos para os municípios.

Os municípios atendidos por esta ação foram: Alta Floresta, Paranaíta, Nova Bandeirantes, Cotriguaçu, Colniza, Aripuanã, Juína, Brasnorte, Juara, Porto dos Gaúchos, Nova Maringá, Nova Uiratã, Feliz Natal, Marcelândia, Peixoto de Azevedo, Gaúcha do Norte, Querência, São Félix do Araguaia, Confresa, Vila Rica.

Para essa atividade foram formadas três equipes compostas de um fiscal e um motorista que percorreriam o máximo de municípios, no mínimo tempo possível para a perfeita execução das atividades, visando o melhor aproveitamento dos recursos e a agilidade na entrega dos relatórios ao Fiscal responsável em Brasília para possibilitar a elaboração dos Termos de Doação dos equipamentos para os municípios o quanto antes. Apesar do sucesso das ações de fiscalização, os Termos de Doação não foram elaborados até então.

2.3.2.21 Fiscalização de Contratos de Repasse - FISCONTRATO

Tipo	Atividade
Finalidade	Acompanhar a execução de obras e serviços oriundos de contratos de repasse, celebrados por intermédio da Caixa Econômica Federal com entidades públicas e fiscalizar o contrato de prestação de serviços firmados entre o Mapa e a CEF para operacionalização dos contratos de repasse.
Descrição	Fiscalização, acompanhamento e avaliação dos contratos executados pelas instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação de Infra-Estrutura Rural – CIER / DIEL - SDC
Unidade Executora	SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	DPDAG/SFA-MT
Coordenador Nacional da Ação	Willian Silva Chanca
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Cleomar José da Costa

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Contratos Fiscalizados	26	24

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	R\$ 8.000,00	R\$ 6.561,18
Material de Consumo	R\$ 6.000,00	R\$ 2.817,02
Passagem aérea	-----	-----
Serviço de Terceiros Pessoa Física	-----	-----
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00	R\$ 883,19

Equipamentos e Material Permanente	-----	-----
Total	R\$ 16.000,00	R\$ 10.261,19

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma Fiscalização Realizada (CFR)	Percentual de Fiscalizações Realizadas em relação ao Programado (PFR)	
Fórmula de Cálculo	CFR = CTF / NFR	PFR = (NFR / NFP) * 100	
Operadores:	CFR = Custo Total de Fiscalização (R\$) NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	NFP = Número de Fiscalizações Programadas NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	
Valores	CTF = 10.261,19 NFR = 24	NFP = 26 NFR = 24	
Resultado	R\$ 427,55	92,3 %	
Und. Medida.:	R\$ / Fiscalização	Percentual (%)	
Observações			
Fonte:	SIAFI Gerencial e SIPLAN	SIPLAN	

De acordo com a Constituição Federal, a emenda parlamentar é o instrumento que o Congresso Nacional possui para participar da elaboração do orçamento anual. Por meio das emendas os parlamentares procuram aperfeiçoar a proposta encaminhada pelo poder Executivo, visando uma melhor alocação dos recursos públicos. É a oportunidade que eles têm de acrescentar novas programações orçamentárias com o objetivo de atender as demandas das comunidades que representam.

Os recursos dos Contratos de Repasses são provenientes das Emendas Parlamentares aprovadas no Orçamento Geral da União (OGU), sendo esses recursos repassados para Prefeituras Municipais e/ou Secretaria de Agricultura do Estado. Vale salientar que esses recursos não são de iniciativa da SFA/MT.

Cabe a SFA/MT analisar o Plano de Trabalho apresentado pela Proponente e verificar sua adequação junto ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário, tendo esse programa três ações previstas no Plano Plurianual do Governo Federal: 1 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário; 2 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário; 3 – Energização Rural. Cujas normatizações foram implementadas a partir da publicação da Portaria MAPA nº 1.232/2008.

Os critérios utilizados para a análise e aprovação do repasse de recursos são: justificativa da proposição e relação custo/benefício, metas compatíveis com a finalidade do programa, conforme estabelece a Portaria nº. 1.232, de 23 de dezembro de 2008, adimplência do conveniente, disponibilidade de contrapartida, capacidade instalada que será utilizada na execução da proposta, descrição dos beneficiários e a forma de execução, entre outros. Findo a vigência do Contrato, a análise da Prestação de Contas é realizada pela Caixa Econômica Federal.

Ao MAPA cabe, ainda, a fiscalização do cumprimento da ação proposta no Plano de Trabalho e do objetivo dela decorrentes, inclusive quanto ao atendimento dos beneficiários previstos, conforme aprovado pelas SFA's – Superintendências Federais de Agricultura, e da continuidade do programa.

Para realização dessas fiscalizações a CIER efetua, em cada ano, uma amostragem aleatória dos contratos de repasse celebrados pelo MAPA nos últimos cinco anos, retroativamente a partir do exercício em curso, estimando-se a porcentagem em relação ao número de contratos celebrados por Unidade Federativa. É, então, encaminhada a lista indicativa dos contratos de repasse que serão objeto de fiscalização e acompanhamento por parte das SFAs.

Como forma de auxiliar os servidores que executam as fiscalizações, foi elaborado um modelo de relatório a ser empregado nas fiscalizações de contratos de repasse por amostragem.

A redução do custo realizado por fiscalização (R\$ 427,55) comparado ao custo programado (R\$ 615,38) demonstra que fomos eficientes na execução dessa atividade. Embora, em algumas fiscalizações termos conciliado com atividades do PI APPRODUTOR por questão de racionalidade do recurso financeiro e tempo do FFA.

Coincidentemente a programação estabelecida pela CIER foi próximo da nossa. Cumprimos 100% das metas da Coordenação e comparado às metas do nosso Plano Operativo obtivemos uma Eficácia de 92,3%.

Realizamos fiscalizações nos municípios de Feliz Natal, Cláudia, Comodoro, Juruena, Nova Ubiratã e Vila Rica.

2.3.2.22 Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica – CERTORGAN1

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir ao consumidor a identidade e a qualidade do produtos orgânicos.
Descrição	Credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos orgânicos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação de Agroecologia – COAGRE / CGDS / DEPROS / SDC
Unidade Executora	SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	DPDAG/SFA-MT
Coordenador Nacional da Ação	Rogério Dias
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Cleomar José da Costa

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Unidade Controlada	-	1
Cadastro de Organizações de Controle Social	-	2
Palestras	-	12

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	-	R\$3.198,62
Material de Consumo	-	R\$1.351,98
Passagem aérea	-	R\$ 853,62
Serviço de Terceiros Pessoa Física	-	-
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	-	R\$ 560,00
Equipamentos e Material Permanente	-	-
Total	-	R\$ 5.964,22

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma Palestra Realizada (CPR)	Percentual de Palestras Realizadas em relação ao Programado (PPR)	
Fórmula de Cálculo	$CPR = 5964,22 / 12$ 497,0183	$PPR = (12 / 0) * 100$ 1200%	

Operadores:	CPR = Custo Total da palestra (R\$497,0183) NPR = Número de Palestras Realizadas	NPP = Número de Palestras Programadas NPR = Número de Palestras Realizadas	
Valores	CTP = 5.964,22 NPR = 12	NPP = 0 NPR = 12	
Resultado	R\$	%	
Unid. Medida.:	R\$ / Palestra	Percentual (%)	
Observações			
Fonte:	SIAFI Gerencial e SIPLAN	SIPLAN	

As ações realizadas no PI CERTORGAN1 não contemplam os produtos previstos, na sua totalidade, conforme previsto no Art. 1º da Instrução Normativa nº50 de 05 de novembro de 2009, somente o uso do Selo Oficial SisOrg foi fiscalizado em 2010.

Foi desenvolvido um trabalho de divulgação da Instrução Normativa nº 19 sobre Mecanismos de Controle e Informação da Qualidade Orgânica e orientação dos Técnicos e Produtores sobre a organização e cadastramento das Organizações de Controle Social, por meio de palestras em eventos do setor e por meio de reuniões com técnicos de determinadas regiões. Principalmente sobre os prazos estabelecidos pelo Decreto 6.323 e quais os caminhos para a regularização dos produtores e entidades certificadoras. Foram ministradas palestras nos seguintes locais: Juína, Cáceres, Salto do Céu, Colíder, Alta Floresta, Barra do Bugre, Associação Matogrossense dos Municípios, Seminário Regional de Agroecologia (Cuiabá), Seminário Estadual de Agroecologia (UFMT-Cuiabá), Jaciara, Mirassol D'oeste, São José dos Quatro Marcos.

Apesar do esforço para alcançar as pessoas envolvidas na cadeia produtiva orgânica, foram realizados apenas 02 cadastros de Organização de Controle Social e nenhum pedido de credenciamento de Certificadora ou de Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica. As Organizações de Controle Social cadastradas foram Pedra do Índio do Município de Alta Floresta e Associação Regional dos Produtores Agroecológicos-ARPA dos Municípios de Mirassol do O'este, São José dos Quatro Marcos e Curvelândia.

Fica impossibilitado o planejamento das ações deste PI porque o produto (Unidade Controlada) é executado mediante denúncia e as reuniões para orientação dos produtores e Técnicos para a realiza dos cadastros das OCS's são conforme demanda.

2.3.2.23 Desenvolvimento da Agricultura Orgânica Pró-Orgânico - DESENGORG

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a oferta de insumos e de tecnologias aos sistemas orgânicos de produção, que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacional e internacional; viabilizar na cadeia de produção orgânica a socialização de conhecimentos e a capacitação de técnicos e produtores rurais no que se refere à geração ou adaptação de tecnologias e processos de produção orgânica, além da gestão do empreendimento; Articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural, para otimizar e viabilizar a integração de ações que fomentem a organização do setor, o desenvolvimento e aplicação de produtos e processos fundamentados em princípios agroecológicos;
Descrição	Ampliação do número de técnicos capacitados a da assistência aos produtores para a inserção no sistema orgânico de produção, bem como aos demais agentes da cadeia de produção orgânica sobre os procedimentos que são necessários à produção, processamento, embalagem, estocagem, transporte e comercialização dos produtos orgânicos; promoção do acesso a informação, capacitação e treinamento em sistemas orgânicos de produção agropecuária, conjugando técnicas de manejo e diversificação da propriedade, potencializando a reciclagem de

	nutrientes, redução de patógenos e insetos-praga, eliminação de determinados contaminantes e conservação e melhoria da fertilidade do solo e da qualidade da água; promoção e apoio a eventos que possibilitem a divulgação dos produtos orgânicos brasileiros para ampliação de sua colocação no mercado interno e externo; Promoção do acesso ao crédito, com características diferenciadas, que considere as particularidades do sistema de produção orgânica, principalmente no aspecto referente a produtores em processo de conversão do sistema convencional para o orgânico; divulgação sobre o que é o produto orgânico e como funciona o sistema de certificação brasileiro; fomento e ampliação do acesso a insumos e equipamentos apropriados ao desenvolvimento da agricultura orgânica entre eles a de material genético com características selecionadas para uma maior resposta ao manejo orgânico; Realização ou participação de campanhas, mostras e exposições, bem como elaboração e divulgação de materiais impressos e audiovisuais; Articulação de iniciativas para formação de consórcios, núcleos e incubadoras de empresas de base tecnológica e outros arranjos similares, para viabilizar ações de desenvolvimento ou de exploração de novas oportunidades para o agronegócio de alimentos orgânicos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação de Agroecologia – COAGRE / CGDS / DEPROS
Unidade Executora	SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	DPDAG/SFA-MT
Coordenador Nacional da Ação	Rogério Dias
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Cleomar José da Costa

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Pessoa Beneficiada	400	304

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	R\$ 6.722,00	R\$ 3.004,17
Material de Consumo	R\$ 3.181,00	R\$ 1.208,76
Passagem aérea	-----	R\$ 00,00
Serviço de Terceiros Pessoa Física	R\$ 3.996,00	R\$ 1.062,00
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	R\$ 4.700,00	R\$ 40,00
Equipamentos e Material Permanente	-----	-----
Total	R\$18.599,00	R\$ 5.314,96

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma Pessoa Beneficiada (CPB)	Percentual de Pessoas Beneficiadas em relação ao Programado (PPB)	
Fórmula de Cálculo	CPB = CTPB / NPB CPB= 5.314,96/304	PPB = (NPB / NPP) * 100 PPB= (304 / 400) x 100	
Operadores:	CTPB = Custo Total de Pessoa Beneficiada (R\$) NPB = Número de Pessoas Beneficiadas	NPB = Número de Pessoas Beneficiadas NPB = Número de Pessoas Beneficiadas	
Valores	CTPB = 5.314,96 NPB = 304	NPBP = 400 NPBR= 304	
Resultado	R\$ 17,483	76 %	
Unid. Medida.:	R\$ / pessoa beneficiada	Percentual (%)	
Observações			
Fonte:	SIAFI Gerencial		

No corrente ano foi dada continuidade à execução do Programa Banco Comunitário de Sementes de Adubos Verdes, com a inclusão de novas comunidades, como o Município de Nova Xavantina (UNEMAT), Jaciara (EMPAER), Querência (Escola Técnica Agrícola) e São Felix do Araguaia (ANSA). Com o objetivo de ampliar o Programa para mais regiões foram realizadas reuniões estratégicas para identificar núcleos produtores agroecológicos ou em transição levantando assim as demandas pelas sementes para 2011. Foram aproveitadas muitas ações (deslocamentos) de outros programas para divulgar o Programa Banco Comunitário de Sementes de Adubos Verdes, em regiões muito distantes da SFA/MT, visando ampliar o Programa. Efetuada a entrega de parte das sementes remanescentes do ano anterior nas propriedades rurais.

Durante a Semana Nacional dos Alimentos Orgânicos tivemos como foco a promoção dos mesmos no Estado, com a distribuição estratégica do material promocional “o olho do consumidor” na sala de embarque do Aeroporto Marechal Rondon, durante toda a semana. A falta de motivação do produtor deste segmento deriva da falta de mercado para colocar seus produtos com preço justo (grande parte dos produtores vendem seus produtos orgânicos pelo preço do produto convencional). Por outro lado com o produtor local desmotivado, o mercado local oferece poucos produtos orgânicos, estes produzidos em outros Estados, chegando às nossas prateleiras com preços inacessíveis à maior parte da população.

São realizadas atividades de rotina que não são passíveis de comprovação, portanto não são contabilizadas como produto realizado (pessoa beneficiada) como, por exemplo: reuniões, atendimentos, participação em Câmaras Técnicas, Comissões, Conselhos e parcerias com outras entidades em Projetos de alavancamento da Agroecologia e Agricultura Familiar.

Um dos gargalos enfrentados pelo Pró-orgânico é a escassez de recursos, que por sua vez impossibilita o Acompanhamento do Programa Banco Comunitário de Sementes de Adubos Verdes, inviabiliza execução do Plano de Trabalho da CPORG causando desmotivação por parte dos Membros da Comissão.

2.3.2.24 Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas - MANUTCGAS

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das Superintendências Federais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos Estados e Distrito Federal, integrantes do Orçamento da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmo não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	CGAS
Unidade Executora	SFA-MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	DAD/SFA-MT
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	JOSENICE A. T. SIQUEIRA

Produto	Realizado
Diárias processadas em toda a SFA	2.099
Diárias solicitadas em toda a SFA	2.059
Passagens processadas em toda a SFA	507
Pagamentos Efetivados	3.593
Emissão de Notas de Empenho	2.649
Recadastramento de inativos	32
Recadastramento de Pensionistas	102
Concessão Licença-Maternidade-Paternidade	3

Concessão de Auxílio-Funeral	8
Concessão de Pensão	4
Concessão Aposentadorias	2
Concessão de licença médica (nº de dias)	1.181
Concessão de licença médica (nº de servidores)	80
Concessão de Licença Assiduidade	0
Concessão de abono permanência	1
Conc. de adicional de Insalubridade – Periculosidade	5
Processos licitatórios compreendendo dispensa-inex-licitação	62
Elab. de contratos Prest. de Serviços	9
Autuação de Processos Administ.	4.149
Manutenção Física Unid. Descentralizadas	1
Manut. Frota Veículos	108

SIAFI

Elemento de Despesa	Executado 2008	Executado 2009	2010	
			Programado SIOR	Executado
339014	22.001,07	20.387,15	33.000,00	53.762,89
339030	144.427,20	72.052,15	65.300,00	84.891,12
339033	18.779,33	22.278,83	14.400,00	22.487,69
339036	0,0	0,0	0,0	11.203,70
339037	424.687,03	449.206,84	521.713,44	367.956,95
339039	416.039,76	385.871,41	493.034,00	387.862,32
339147	0,00	80,00	0,0	2.241,20
339092	11.958,01	13.645,62	0,0	13.875,77
339093	0,00	26.999,17	0,0	157.075,96
339139	31.500,00	20.814,00	30.000,00	23.800,00
449052	0,00	51.253,54	15.000,00	957.457,80
339192	0,0	0,0	0,0	200,00
TOTAL	1.069.392,4	1.062.588,71	1.172.447,44	2.082.815,40

A DAD – Divisão de Apoio Administrativo da SFA/MT, da qual fazem parte o SRH – Serviço de Recursos Humanos, a SAG – Seção de Atividades Gerais, o SEOF – Seção de Execução Orçamentário e Financeira e o STI – Seção de Tecnologia da Informação, é responsável pela execução e gerenciamento das ações relativas a área administrativa da Superintendência.

Dentre as principais dificuldades na área administrativa estão a falta de recursos para custeio e o reduzido quadro de pessoal.

Com relação ao quadro de pessoal, destacamos que além de ser em pequena quantidade para fazer frente a demanda de trabalho, um número significativo de servidores já tem ou está prestes a ter tempo hábil para aposentadoria. A falta de renovação do quadro de servidores de carreira da área administrativa pode comprometer seriamente o conjunto de atividades da Superintendência nos próximos anos. Portanto é fundamental que ocorra a admissão de novos servidores para que se possam realizar a contento as atividades. A realização do concurso em 2009 com 14 vagas para a SFA/MT deverá atenuar bastante este problema.

Durante o ano de 2009 a Área Administrativa da Superintendência Federal de Agricultura em Mato Grosso concentrou suas ações na redução de despesas, com vista a ajustar o custo de manutenção da SFA/MT aos recursos disponíveis no PI MANUTMT. As principais despesas de manutenção da SFA/MT são apresentadas abaixo, sendo que somente estes 6 itens correspondem a 79% do PI MANUT.

Dentre as despesas acima destacamos o trabalho de conscientização relativo ao uso da energia, telefone e correio, sendo que foi implantada em 2009 uma central digital que permite melhor controle sobre o uso do telefone.

O contrato de Limpeza e Conservação, conforme inclusive sugestão da Auditoria, foi revisto através do Pregão nº 01/2008, que resultou na redução do valor de 22.179,70 para 20.523,07 mensais, com uma economia de 7,47%.

As informações relativas a área de recursos humanos e despesa de pessoal podem ser verificados no Item 3..

A DAD – Divisão Administrativa tem realizado um trabalho de acompanhamento e gestão da área administrativa da Superintendência. Este trabalho baseia-se no Plano Operativo do PI MANUT. A partir deste plano Operativo tem-se mensurado os produtos realizados, e realizado o acompanhamento da execução orçamentária e financeira e dos indicadores da gestão. Esta atividade muito contribuiu para o gerenciamento dos gastos, auxiliando as ações que visavam reduzir despesas. Abaixo apresentamos os indicadores.

SIGLA	indicador	FÓRMULA	INDICADOR	FORMULA	Valor %	Mensal %	Meta SFA
Icfplic (%)	Eficácia	(Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de processos iniciados) x 100	Conformidade dos Processos licitatórios	$(62 / 64) \times 100$	96,9%	-----	97,0%
Icfd (%)	Eficácia	(Nº de diárias aptas para pagamento / Nº de diárias recebidas)x 100	Conformidade das diárias	$(2059 / 2099) * 100$	98,1%	-----	100,0%
Icfg(%)	Eficácia	(Nº de conformid.atribuídas sem restrição / Nº total de registros de conformidades)x 100	Conformidade Contábil	$(260 / 260) \times 100$	100,0%	-----	100,0%
Ieof(%)	Eficácia	(Créditos empenhados / Créditos provisionados) x 100	Execução Orçamentária e Financeira	$(1.062.588.71 / 1.062.8.71) * 100$	100,0%	-----	95,0%
Ipapc	Eficiência	Nº de aposentadoria concedidas / Nº de servid. envolvidos na ação.	Produtividade na concessão de aposentadoria	2 / 1	2	0,33	0,1
Iplic	Eficiência	Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de servidores envolvidos	Produtividade na conclusão de Processos de licitação.	62/ 4	16	2,58	10
Ippd	Eficiência	Nº de diárias pagas / Nº de servidores envolvidos	Produtividade no pagamento de diárias	2059 / 2	1030	171,58	100
Iemp	Eficiência	Nº de empenhos emitidos / Nº de servidores envolvidos	Produtividade na emissão de empenho	2.694/ 2	1347	224,50	100

2.4 Desempenho Orçamentário e Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Superintendência Federal de Agricultura MT	22000	130077

Tabela 1 - Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação das UJ

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

Não se aplica. A UJ não é Unidade Orçamentária.

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

Não se aplica. A UJ não é Unidade Orçamentária.

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Não se aplica. A UJ não é Unidade Orçamentária.

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesas

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Recebidos	130001	20.121.03601K40	0,00	0,00	25.989,02
		130002	09.272.00890181	0,00	0,00	6.005,45
		130002	20.122.07502000	0,00	0,00	6.618,04
		130002	20.128.03604572	0,00	0,00	49.951,22
		130002	20.122.07504716	0,00	0,00	2.088.662,98
		130007	20.125.03752019	0,00	0,00	18.915,75
		130007	20.125.03752124	0,00	0,00	52.921,29
		130007	20.603.03572134	0,00	0,00	97.800,00
		130007	20.125.03752140	0,00	0,00	10.930,00
		130007	20.125.03752141	0,00	0,00	151.107,73
		130007	20.125.03752179	0,00	0,00	583.323,32
		130007	20.603.03572180	0,00	0,00	62.100,00
		130007	20.604.03572181	0,00	0,00	41.400,00
		130007	20.125.03752909	0,00	0,00	100.161,45
		130007	20.665.03564723	0,00	0,00	48.843,06
		130007	20.125.03564745	0,00	0,00	124.470,08
		130007	20.125.03564746	0,00	0,00	97.190,54
		130007	20.604.03574842	0,00	0,00	3.504.705,23
		130007	20.603.03578572	0,00	0,00	56.252,60
		130007	20.125.14428592	0,00	0,00	98.367,39
		130007	20.604.03578658	0,00	0,00	745.898,02
		130007	20.125.03568938	0,00	0,00	335.913,54
		130007	20.125.03568938	0,00	0,00	822.293,64
		130007	20.125.03568939	0,00	0,00	49.324,50
		420013	20.125.03752122	0,00	0,00	1.468,54

		420013	20.125.03752177	0,00	0,00	12.800,00
		420013	20.122.14422272	0,00	0,00	3.152,43
		420013	20.122.60032B17	0,00	0,00	10.833,74
		420013	20.665.03932B47	0,00	0,00	3.343,90
		420013	20.125.14424720	0,00	0,00	8.558,00
		420013	20.125.03754747	0,00	0,00	695,26
		420013	20.601.14428591	0,00	0,00	8.000,50
		420013	20.541.14428593	0,00	0,00	5.275,00
		420013	20.602.14428598	0,00	0,00	1.409,90
		420013	20.665.14268606	0,00	0,00	6.501,00
		420013	20.605.60038611	0,00	0,00	26.861,70
		130011	20.122.03652272	0,00	0,00	58.920,00
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	130002	20.122.07504716	11.544,00	0,00	0,00
		130007	20.603.03572134	67.199,00	0,00	0,00
		130007	20.125.03752141	4.200,00	0,00	0,00
		130007	20.125.03752179	1.091,00	0,00	0,00
		130007	20.125.03564745	67.199,00	0,00	0,00
		130007	20.604.03578658	4.601,26	0,00	0,00
		130007	20.604.03574842	2.071.733,46	0,00	0,00
		130007	20.604.03568938	176.461,82	0,00	0,00
		130007	20.125.03568939	3.591,00	0,00	0,00
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: Relatório Gerencial Provisões Recebidas - Exercício 2010 – Conta Contábil 192.220.100

PI C/ 2 Fontes Recursos: Projetos: 2124 Fiscinan, 2140 Fisprovet1, 2909 Fisagrottox, 4746 Padclassif, 8938

Inspanimal3, 8939 Ipvegetal, 2177 Fiscagric1.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Originários na UJ

Não se aplica. A UJ não é Unidade Orçamentária.

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos Pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	1.091.818,90	713.428,62	1.091.818,90	713.428,62

Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	2.540.512,54	3.450.076,60	2540.512,54	3.450.076,60
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	572.505,41	538.071,48	572.505,41	538.071,48
Inexigibilidade	47.692,22	33.472,67	47.692,22	33.472,67
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	187.889,28	148.727,68	187.889,28	148.727,68
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	1.010.319,52	1.835.264,88	1.010.319,52	1.835.264,88
Outros				

Fonte: Sistema Operacional SIAFI.

Contas Contábeis: 19241.02.03, 19241.02.12, 19241.02.06, 19241.02.07, 19241.02.09, 33390.14.14 e 33390.36.02

2.4.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1–Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2–Juros Encarg Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3–Outras Desp. Correntes	4.813.809,43	4.880.335,10	4.813.809,43	4.880.335,10	869.318,89	2.516.311,12	3.944.490,54	4.880.335,10
1º 339039	826.688,32	1.109.501,01	826.688,32	1.109.501,01	65.267,06	464.423,38	761.421,26	1.109.501,01
2º 339014	883.776,32	945.308,94	883.776,32	945.308,94	0,00	0,00	883.776,32	945.308,94
3º 339030	508.631,00	571.212,68	508.631,00	571.212,68	46.061,40	148.300,34	462.569,60	571.212,68
Demais E.	2.594.713,79	2.254.312,47	2.594.713,79	2.254.312,47	757.990,43	1.903.587,40	1.836.723,36	2.254.312,47

Fonte: Prestação Conta Exercício/2009, Relatórios Gerencial Despesas Pagas Exercício/2010.

2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	5.181.038,00	3.018.277,63	5.181.038,00	1.307.140,99	677.895,99	1.711.136,64	4.503.142,01	1.307.140,99
443042 1º	2.937.000,00	610.600,00	2.937.000,00	610.600,00	0,00	0,00	2.937.000,00	610.600,00
449052 2º	1.317.809,10	2.047.023,82	1.317.809,10	335.887,18	323.169,32	1.711.136,64	994.639,78	335.887,18
449051 3º	926.228,90	360.653,81	926.228,90	360.653,81	354.726,67	0,00	571.502,23	360.653,81
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º								
6– Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º								

2.4.3 Indicadores Institucionais

Os Indicadores Institucionais foram apresentados e discutidos no Item 2.2, onde constam os Resultados da Gestão Estratégica e seus respectivos **Indicadores**.

3 Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
		0,00	0,00	0,00	0,00
Razões e Justificativas: Não Existe esta situação na Unidade					

Fonte:

4 Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	5.528.711,54	0,00	5.528.711,54	0,00
2008	5.534.575,41	0,00	5.534.575,41	0,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
...				
Observações:				

5 Recursos Humanos

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos- Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos		Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
		Autorizada	Efetiva		
1	Provimento de cargo efetivo				
1.1	Membros de poder e agentes políticos				
1.2	Servidores de Carreira	224	224	22	
1.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	224	224	22	01
1.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3	Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4	Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3	Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4	Servidores Cedidos ou em Licença	06	06	-	-
1.4.1	Cedidos	05	05	-	-
1.4.2	Removidos	12	12	-	-
1.4.3	Licença remunerada	-	-	-	-
1.4.4	Licença não remunerada	01	01	-	-
2	Provimento de cargo em comissão	12	12	-	-
2.1	Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
2.2	Grupo Direção e Assessoramento superior	12	12	-	-
2.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	12	12	-	-
2.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3	Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4	Sem vínculo	01			01
2.2.5	Aposentado	-	-	-	-
2.3	Funções gratificadas	13	13	-	-
2.3.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	13	13	-	-
2.3.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3	Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3	Total				

Fonte: SIAPE

5.2 Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	58	54	43	58	13
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	57	54	41	55	3
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença			02	03	
2. Provimento de cargo em comissão	01	0	05	15	04
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior			02	10	02
2.3. Funções gratificadas	01		03	05	02

Fonte: SIAPE

5.3 Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	0	13	53	138	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	13	51	136	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	1	9	15	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	2	10	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	0	1	7	5	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

5.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.4.1 Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	85	
1.1 Voluntária	43	02
1.2 Compulsório	01	
1.3 Invalidez Permanente	10	
1.4 Outras		
2 Proporcional		
2.1 Voluntária	31	
2.2 Compulsório		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		

Fonte: SIAPE

5.4.2 Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	160	05
2. Proporcional		

Fonte: SIAPE

5.5 Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	10	10	08	10	77.127,20
☐ Área Fim	07	07	06	07	
☐ Área Meio	03	03	02	03	
Nível Médio	06	06	06	06	3.019,87
☐ Área Fim	02	02	02	02	
☐ Área Meio	04	04	04	04	

Fonte: SIAPE

5.6 Custos Associados à Manutenção dos Recursos Humanos

Quadro de Custos de recursos humanos nos exercicios de 2008, 2009 e 2010.							Valores em R\$ 1,00	
Tipologias / exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	9.563.863,66	1.392,30	7.082.772,50	991.579,58	990.344,57	1.013,09	97.286,08	18.728.251,78
2009	12.017.994,51	-	11.311.255,06	1.312.801,18	804.644,87	52,75	72.174,98	25.518.923,35
2010	13.457.166,27	10.648,55	13.584.919,57	1.581.439,04	933.073,39	293.545,00	53.326,72	29.914.118,54
Servidores com contratos Temporários								
2008	45.568,32	-	13.300,00	31.094,33	19.857,32	-	76.000,00	185.819,97
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores cedidos com ônus ou em Licença								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	126.440,12	-	12.948,91	3.051,33	15.938,33	7.048,09	-	165.426,78
Servidores ocupantes de cargos de Natureza especial								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	443.029,28	163.979,07	356.383,74	67.029,46	14.674,75	2.074,33	5.610,09	1.052.780,72
2009	739.367,98	190.795,38	725.478,62	137.259,42	17.120,12	6.012,53	3.416,65	1.819.450,70
2010	822.353,58	182.190,52	941.334,55	156.700,13	35.533,37	16.855,19	3.746,21	2.158.713,55
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	268.734,00	49.281,44	228.703,03	31.084,37	28.860,07	863,58	-	607.526,49
2009	501.061,16	60.870,02	249.910,10	44.583,52	32.090,00	2.202,99	1.245,31	891.963,10
2010	534.727,31	59.144,24	227.389,43	39.796,20	57.649,25	20.379,23	2.067,19	941.152,85

Fonte: SIAPE					Anos		Total	Média Mês
Posição: 31/12/2010								
Fonte: SIAPE					Exercícios	2008	20.574.378,96	1.714.531,58
						2009	28.230.337,15	2.352.528,10
						2010	33.179.411,72	2.764.950,98

5.7 Locação de Mão de Obra mediante contratos de prestação de serviços

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Mato Grosso													
UG/Gestão: 130077							CNPJ: 00396895/0033-02						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	Termo aditivo 05/2008	01.424.685/0001.66	02/06/09	02/06/2010		*		*		*	A
2010	V	O	17/2010	09.130.034/001-75	01/12/2010	31/12/2011		02		10		*	A
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

5.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

SIGLA	indicador	FÓRMULA	INDICADOR	FORMULA	Valor %	Mensal %	Meta SFA
Isartsa (%)	Eficácia	(Nº de servidores Administrativos / Nº total de servidores ativos) x100	Índice de servidores administrativos em relação ao total de servidores ativos	$(55 / 224) \times 100$	24,6%	-----	18,1%
Ialimed (%)	Eficácia	(Número de servidores afastados x afastamento em dias dos servidores) / (Nº de servidores totais x período considerado em dias) x 100	Índice de dias de Afastamento por licença médica dos Servidores	$(80 * 15) / (224 * 360) * 100$	1,5%	-----	2,0%
Ialimedn (%)	Eficácia	(Nº de servidores afastados / Nº total de Servidores ativos) x 100	Índice de Servidores totais afastados com Licença Médica	$(80 / 224) * 100$	35,7%	-----	11,0%
Iaap (30d) (%)	Eficácia	(Nº de aposent. concedidas / Nº de aposent. solicitadas) X100	Índice de Concessão de Aposentadoria em 30 dias	$(2 / 2) \times 100$	100,0%	-----	100,0%

6 Informação sobre as Transferências mediante convênio, vigentes no exercício de referência

6.1 Transferências Efetuadas no Exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010

Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO									
CNPJ: 00.396.895/0033-02					UG/GESTÃO: SFA/MT				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulad o até exercício	Início	Fim	
CONVÊNIO	001/09	INDEA/ MT	R\$5.062.402,50	R\$506.240,26	R\$4.556.162,25	R\$4.556.16 2,25	11/12/2009	31/12 /2010	Concluído
ADITIVO	1º TERMO ADITIV O DO 001/09	INDEA/ MT	R\$2.074.354,00	\$207.435,40	R\$1.866.918,60	R\$6.423.08 0,85	30/06/2010	18/05 /2011	Adimplent e
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Parceria					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Cooperação					4 - Concluído				
5 - Termo de Compromisso					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

Fonte: Processos 21024.001407/2009-01 e 21024.001647/2010-31

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO						
CNPJ: 00.396.895/0033-02				UG/GESTÃO: SFA-MT		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	2	3	1	R\$4.999.999,80	R\$9.895.890,59	R\$1.866.918,6
Contrato de Repasse	--	--	--	--	--	--
Termo de Parceria	--	--	--	--	--	--
Termo de Cooperação	--	--	--	--	--	--
Termo de Compromisso	--	--	--	--	--	--
Totais	2	3	1	R\$4.999.999,80	R\$9.895.890,59	R\$1.866.918,6

Fonte: Processos 21024.001642/2007-11, 21024.001212/2008-71, 21024.003317/2008-65, 21024.001885/2008-21, 21024.001407/2009-01 e 21024.001647/2010-31

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigorão no exercício de 2011 e seguintes

Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
CNPJ: 00.396.895/0033-02			UG/GESTÃO: SFA/MT		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	1	R\$1.866.918,60	R\$1.866.918,60	--	100%
Contrato de Repasse	--	--	--	--	--
Termo de Parceria	--	--	--	--	--
Termo de Cooperação	--	--	--	--	--
Termo de Compromisso	--	--	--	--	--
Totais	1	R\$1.866.918,60	R\$1.866.918,60	--	100%

Fonte: Processos 21024.001407/2009-01 e 21024.001647/2010-31

6.1.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
CNPJ: 00.396.895/0033-02			UG/GESTÃO: SFA/MT		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		0	--
		Montante Repassado		0	--
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	1	--
			Montante Repassado (R\$)	R\$4.999.999,8	--
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	--
			Montante Repassado (R\$)	0	--
2009	Contas prestadas	Quantidade		2	--
		Montante Repassado (R\$)		R\$5.339.728,34	--
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		0	--
		Montante Repassado (R\$)		0	--
2008	Contas prestadas	Quantidade		1	--
		Montante Repassado (R\$)		R\$2.679.459,56	--
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		0	--
		Montante Repassado (R\$)		0	--
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade		0	--
		Montante Repassado (R\$)		0	--

Fonte: Processos 21024.001642/2007-11, 21024.001212/2008-71, 21024.003317/2008-65, 21024.001885/2008-21,

6.1.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO						
CNPJ: 00.396.895/0033-02				UG/GESTÃO: SFA/MT		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados				Instrumentos	
					Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas				1	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		0		
		Montante repassado (R\$)		0		
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	0		
			Quantidade Reprovada	0		
			Quantidade de TCE	0		
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	0		
Montante repassado (R\$)	0					
2009	Quantidade de contas prestadas				2	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		2		
		Quantidade Reprovada		0		
		Quantidade de TCE		0		
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0		
		Montante repassado (R\$)		0		
2008	Quantidade de contas prestadas				1	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		1		
		Quantidade Reprovada		0		
		Quantidade de TCE		0		
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0		
Montante repassado		0				
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0		
		Montante repassado		0		

Fonte: Processos 21024.002020/2009-63, 21024.003343/2009 – 74, 21024.3342/2009-20, 21024.000782/2008-44

Os comentários e análise crítica sobre a execução do convênio estão no item referente a ação Controle e Erradicação da Febre Aftosa – FEBREAFTOS.

7 Declarações sobre SIASG e SICONV



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
no Estado do Mato Grosso

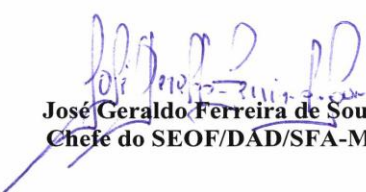


Declaração

Código da Unidade Gestora	130077
Nome da Unidade Gestora	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Mato Grosso – SFA-MT
CNPJ	00.396+895/0033-02

Declaro que as informações referentes a convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Várzea Grande, 21 de março de 2011.


José Geraldo Ferreira de Souza
Chefe do SEOF/DAD/SFA-MT



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
no Estado do Mato Grosso



Declaração

Código da Unidade Gestora	130077
Nome da Unidade Gestora	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Mato Grosso – SFA-MT
CNPJ	00.396+895/0033-02

Declaro que as informações referentes aos contratos de repasse estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Várzea Grande, 21 de março de 2011.

Ana Luiza de Almeida Neta
Chefe do SAG/DAD/SFA-MT

8 Informações sobre a entrega de Declaração de Bens e Rendas



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura em Mato Grosso
Serviço de Gestão de Pessoas - DAD



DECLARAÇÃO

1. Declaro que os servidores identificados no Rol de Responsáveis abaixo relacionados apresentaram a **Declaração de Bens e Renda**, exercício 2010, ano base 2009, em atendimento ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Servidores Titular	Servidores Substituto	Cód. Natureza
Francisco Moraes Chico Costa	Antonio Sérgio Marques Teles Lobo	100/918
Josenice Auxiliadora Tavares Siqueira	Juracy Vaz de Medeiros – Dispensado de Substituto em 20/05/2009. Renée Maria de Almeida .- designada como Substituta em 20/05/2009.	103
Regina Maura de Lima	Marco Aurélio dos Santos Pereira	110
	Antonio Sergio Marques Teles Lobo	132
José Geraldo Ferreira de Souza	Zulema Bordon Garcia	137/138
Marco Aurélio dos Santos Pereira – Dispensado da Função do chefe do Setor de Material em 02/12/2009	Nelso Fortunato Ojeda	301
Renée Maria de Almeida	Ana Luiza de Almeida Neta	703

SGP/DAD/SFA-MT, 22 de fevereiro de 2010


Nadir Erosiles de Jesus da Costa
Chefe de Serviço
SGP/DAD/SFA-MT

9 Estrutura de Controle Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		X			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	

Monitoramento	1	2	3	4	5
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Papel reciclado		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Redução na conta de Energia Elétrica				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel reciclado				X	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Veículos flex.					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e					X

qualidade de tais bens/produtos.					
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?		X			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?		X			
Considerações Gerais: Está previsto para 2011 a elaboração de um projeto interna da SFA que visa promover ações de sustentabilidade nas atividades da Superintendência.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

11.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	MT	Σ	Σ
	Várzea Grande	1	1
	Cáceres	1	1
Subtotal Brasil		2	2
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Obs. Existem 6 imóveis que foram doados na fronteira com a Bolívia para a construção de Postos de Vigilância que estão em fase de regularização junto ao Patrimônio da União.

11.2 Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado
130077	916700024.500-0 SEDE – SFA	Uso em Serviço Público	Bom	CR\$ 23.788.558,16	31/10/2008	R\$ 6.168.244,09
130077	904700092.500-0 Uvagro-Cáceres	Uso em Serviço Público	Bom	R\$ 52.101,49	20/04/2006	R\$ 52.101,49
Total						

Despesa com Manutenção no exercício	
Imóvel	Instalações
42.151,00	12.358,39

12 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.		X			
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	02				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		X			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	100%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.		X			

14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X		
Considerações Gerais: Está previsto para 2011 a elaboração de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação que com certeza melhorará um pouco a gestão desta área. Ao final de 2010 foi elaborada nova licitação para este serviço, estando esta de acordo com a IN 4/2010 prevendo o acordo de nível de serviço.					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13 Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal

Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Saques		Faturas		Total (R\$)	
Exercício	Quantidade	Valor (A)	Quantidade.	Valor (B)	A+B
2009	0,00	0,00	406	187.889,28	187.889,28
2010	0,00	0,00	355	148.727,68	48.727,68
2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Conta Contábil 1922410209 – Valor Saques e
Conta Contábil 212.680.200 - Quantidade Pagamentos

Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo UG e PORTADOR

Valores em R\$ 1,00

Cód. UG 1 - 130077		Limite de Utilização da UG: R\$ 600.000,00			
Portador	CPF	Limite Individual	Valor Saque	Fatura	Total
Diego Ghedini Gheller	00056594003	814,08	0,00	814,08	814,08
Joaquim Guimaraes Botaro	01461392837	3.274,65	0,00	3.274,65	3.274,65
Christian Marcelo de O. Pachems	01583063927	189,55	0,00	189,55	189,55
Jean Keile Vieira Bif	01825779961	665,62	0,00	665,62	665,62
Alexandre Moacir Meurer Bay	01975488903	411,09	0,00	411,09	411,09
Valter Santana	02168170134	11.607,53	0,00	11.607,53	11.607,53
Eduardo Mesquita Freire	02781606626	1.728,37	0,00	1.728,37	1.728,37
Clovis Augusto Versalli Serafini	03719730905	906,05	0,00	906,05	906,05
Raquel Mortari Gimenes	04222956988	592,83	0,00	592,83	592,83
Guilherme Reis Codo Dias	05440350624	212,27	0,00	212,27	212,27
Mateus Carvalho Silva Araujo	05491362662	1.517,58	0,00	1.517,58	1.517,58
Lionir Pereira Santos	06170587172	8.772,90	0,00	8.772,90	8.772,90
Luiz Henrique Goncaves Pires	06988093869	1.894,44	0,00	1.894,44	1.894,44
Patricia Cristina Borges Dias	07562481750	984,35	0,00	984,35	984,35
Ubiratan Figueredo Rocha	10449817172	3.333,66	0,00	3.333,66	3.333,66

Onildo de Souza	10504788191	8.778,96	0,00	8.778,96	8.778,96
Julio Cesar Reyes	13888010861	5.419,48	0,00	5.419,48	5.419,48
Manoel Conceicao de Arruda	16204514172	222,00	0,00	222,00	222,00
Donizeti Pereira de Mesquita	16875559153	184,01	0,00	184,01	184,01
Julio Cesar Alves de Lima	16875572842	1.975,77	0,00	1.975,77	1.975,77
Marcelino Pessoa	17082765991	3.239,80	0,00	3.239,80	3.239,80
Jose Luiz da Silva	17892678115	2.838,96	0,00	2.838,96	2.838,96
Antonio Barreto	19343477449	2.245,26	0,00	2.245,26	2.245,26
Paulo Rogerio Parente Dias	19458887844	2.331,90	0,00	2.331,90	2.331,90
Marcia Aparecida de A.Teixeira	20715196120	870,44	0,00	870,44	870,44
Benedito Luiz de Aguiar Filho	20745508120	8.711,83	0,00	8.711,83	8.711,83
Cleomar Jose da Costa	20823452620	2.914,67	0,00	2.914,67	2.914,67
Celso Gomes Guimaraes	20946341168	2.837,00	0,00	2.837,00	2.837,00
Reini Braga Moreira	22002975809	327,66	0,00	327,66	327,66
Evangelista Pereira Barros	22940057168	5.015,76	0,00	5.015,76	5.015,76
Antonio Sergio Marques T. Lobo	24333239753	1.753,58	0,00	1.753,58	1.753,58
Marcelo Augusto BF.Albuquerque	24769001843	3.988,66	0,00	3.988,66	3.988,66
Enio Jose de Arruda Martins	25392034934	847,43	0,00	847,43	847,43
Carlos Alberto Nogueira	27470091149	523,30	0,00	523,30	523,30
Wanderlei Dias Guerra	28440269153	1.714,39	0,00	1.714,39	1.714,39
Rosinete Silvia Castro Ortega	29960207153	2.293,28	0,00	2.293,28	2.293,28
Clovis Costa Knabben	32083041968	1.340,24	0,00	1.340,24	1.340,24
Nelso Fortunato Ojeda	32901062172	6.697,65	0,00	6.697,65	6.697,65
Waldemir Nunes Fontoura	34044914168	11.544,86	0,00	11.544,86	11.544,86
Jose Maria da Silva	34633103172	821,03	0,00	821,03	821,03
Junior Martins Costa	35607246949	7.305,69	0,00	7.305,69	7.305,69
Jose Silvino Moreira Filho	40549747168	1.192,89	0,00	1.192,89	1.192,89
Dalci de Jesus Bagolin	42058686187	1.053,75	0,00	1.053,75	1.053,75
Flavia Granvile Silva	45520135053	561,76	0,00	561,76	561,76
Omar Roberto da Silveira	45846006191	1.993,08	0,00	1.993,08	1.993,08
Marcos Oliveira de Souza	47905891100	2.830,83	0,00	2.830,83	2.830,83
Nilo Silva do Nascimento	48714003104	290,40	0,00	290,40	290,40
Luiz Otavio Amaro da S. Silveira	49822128053	190,03	0,00	190,03	190,03
Evandro Pedrollo de Assis	52279863120	3.546,12	0,00	3.546,12	3.546,12
Idevanir Ferrarini	53458605800	1.855,14	0,00	1.855,14	1.855,14
Ismar Queiroz	57488312600	3.252,19	0,00	3.252,19	3.252,19
Josandra Oliveira de Oliveira	63061449191	2.645,93	0,00	2.645,93	2.645,93
Leny Rosa Filho	68831099191	184,68	0,00	184,68	184,68
Luciano Pestre Coutinho	69846260130	3.122,78	0,00	3.122,78	3.122,78
Maria Rosa Goncalves	71804161772	1.031,40	0,00	1.031,40	1.031,40
Natanael Ferrarezi	76136752891	199,96	0,00	199,96	199,96
Marcelo Zanconato Pinto	79595618691	2.767,43	0,00	2.767,43	2.767,43
Lincoln Pierry Goncalves Gallo	81933401915	316,88	0,00	316,88	316,88
Clemens Barbosa de N. Junior	82816964604	5.927,10	0,00	5.927,10	5.927,10
Isana Souza Silva	85653411191	430,89	0,00	430,89	430,89
Total Geral	XXXXXXXXX	157.041,82	0,00	157.041,82	157.041,82

Fonte: Conta Contábil 199.962.402

14 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

Não se aplica.

15 Atendimento das Recomendações dos Órgãos de Controle

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Mato Grosso					002293
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1		3679/2010	1.6.1	Determinação	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Mato Grosso					002293
Descrição da Deliberação:					
Verificar a real utilização dos recursos transferidos ao Instituto de Defesa Agropecuária no estado de Mato Grosso mediante o Convênio nº 01/2004, exigindo do conveniente, dentre outras certificações, que comprove se a aquisição dos móveis e equipamentos localizados em vistorias foi proveniente dos recursos do convênio citado, bem como avalie a economicidade e a pertinência dos gastos realizados, em confronto com o Plano de Trabalho orçado pelo Ministério da agricultura, tendo em vista o dever constitucional de apresentar prestação de contas dos recursos públicos geridos, procedendo-se a glosa das despesas sem a devida comprovação técnica e financeira, em conformidade com o artigo 8º, "caput", da Lei nº 8.443/92;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Serviço de Saúde Animal					002293
Síntese da providência adotada:					
A auditoria da CGU na SFA/MT, que gerou o Certificado nº 208349, ocorreu antes análise final da Prestação de Contas do Convênio - MAPA/INDEA nº 001/2004, constante das fls. 762/771, do processo nº 21024-000782/2008-44. Através desta, os servidores legalmente designados para acompanhar a execução do convênio, comprovam que parte dos móveis e equipamentos elencados no Plano de trabalho foram adquiridos com recursos provenientes do referido Convênio, através das Notas Fiscais originais, devidamente encaminhadas com a identificação do Convênio, e da constatação da existência dos bens. Parte dos bens não foi adquirida, razão porque foi determinada a glosa e devolução dos valores referentes a estes, que estavam previstos no Plano de Trabalho, no valor de R\$ 826.746,25 (oitocentos e vinte e seis mil, setecentos e quarenta e seis reais e vinte e cinco centavos) fls.797. Através do parecer de viabilidade e da análise da prestação de contas, foram verificadas a economicidade e a pertinência dos gastos realizados, sendo verificadas se os bens adquiridos estavam de acordo com o plano de trabalho e com as metas e objetivos do convênio. Uma vez que as recomendações do acórdão foram, a nosso ver, atendidas através da prestação de contas do convênio em questão, concluímos que as recomendações foram atendidas.					
Síntese dos resultados obtidos					
Comprovação da aquisição de móveis e equipamentos através do convênio e devolução dos recursos referentes aos bens previstos e não adquiridos.					

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

NÃO SE APLICA

15.3 Recomendações do Órgão de Controle Interno atendidas no exercício

Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Mato Grosso			002293
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ord em	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	227814/2009	4.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Mato Grosso			002293
Descrição da Recomendação:			
Como a Unidade elaborou a Nota Técnica 002/2009 sem abordar os 6 (seis) contidos na Solicitação de Auditoria n.º 001/2009, RECOMENDAMOS que a SFA/MT elabore uma nova nota técnica a ser endereçada ao INDEA/MT(conveniente) como forma de solicitar providências em relação aos pontos ora constatados. Assim sendo, somente após manifestação do conveniente é que a prestação poderá reunir elementos suficientes para fins de sua aprovação nos termos Portaria n.º 127, 29 de maio de 2008.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Sanidade Animal			002293
Síntese da providência adotada:			
Com relação aos pontos constatados com referencia a Fiscalização e acompanhamento de Convênio, item 01 à 08, temos a informar o que segue: O Convênio nº 01/08 firmado entre o MAPA/INDEA/MT com prazo de vigência de 29/12/08 à 18/04/09, com objetivo Manutenção e Recuperação do Sistema Integrado de Saúde Animal e Vegetal com ênfase nos trabalhos com fronteira Brasil/Bolívia. Recursos envolvidos: Cedente: R\$ 5.339.728,34, Conveniente: R\$ 593.303,16, rendimentos de aplicação: R\$ 93.451,40 perfazendo um total de R\$ 6.026.482,90. Com prestação de conta em 30/12/2009 Aprovado em 04/12/2009. - Item 01: A forma de aquisição de peças/serviços junto à Empresa Irmãos Parreira – Peças e Serviços – Parreira Duarte e Cia Ltda – CGC: 03.959.429/0001-65, no valor de R\$ 67.386,11, foi através de licitação modalidade Pregão Eletrônico / Registro de Preço nº 074/2009 – Adesão da Ata nº 064/2007 da Secretaria de Estado de Administração – SAD/MT, anexo, ordem de utilização de Ata. - Item 02: Conforme Ordem de Utilização de Ata nº 0014/2008/Adesão –, cujo objeto licitado - Serviço de Manutenção Corretiva e Preventiva Para Veículos, com Fornecimento de Peças Genuínas ou Originais de Primeira Linha, Independente de Marca e Categoria para Atendimento da Frota de Veículos do Estado de Mato Grosso Localizada no Pólo de Cáceres/MT, os veículos beneficiados com os serviços de manutenção junto à Empresa Irmãos Parreira – Peça e Serviços – Parreira Duarte e Cia Ltda, estão a serviços da URS de Cáceres/MT e URS de Pontes e Lacerda/MT, cuja região de fronteira é objeto do Convênio em comento. - Item 03: A forma de aquisição das passagens junto à Empresa Universal Turismo Ltda - CGC:			

02.981.173/0001-63, no valor de R\$ 35.200,00, foi através de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 084/2008 / Registro de Preço - Adesão da Ata nº 064/2008 da Secretaria de Estado de Administração – SAD/MT, anexo, ordem de utilização de Ata.

Item 04: Os trechos constantes nas faturas são referentes a trechos onde constam atividades programadas no objeto do convênio nº 01/2008 e os servidores que se deslocaram nestes trechos laboraram nestas atividades, anexo, relação nominal dos servidores e respectivos trechos de deslocamento.

Os respectivos processos licitatórios foram analisados pela SFA/MT, conforme constam nos autos do processo de prestação de contas por meio da Portaria nº 124 de 16/07/09 BP nº 20 de 20/07/2005 do Senhor Superintendente da SFA/MT o qual designou o servidor Nelso Fortunato Ojeda - Siape: 7445, para verificar “in loco” os processos de aquisições de bens de convênio adquiridos através do INDEA/MT, se estão em conformidade com as leis de licitações. O qual emitiu em 31/07/09 parecer de que os procedimentos licitatórios estão em conformidade com as normas que rege a matéria, acostados aos autos MAPA-21024-001885/2008-21, fls. 309.

Item 05: Os servidores que receberam as diárias pertencem ao quadro de servidores do INDEA/MT, cujo objeto está em conformidade com as atividades programadas no objeto do convênio nº 01/2008, as quais foram analisadas pelo Fiscal responsável pelo acompanhamento “in loco” do Contrato, conforme fax nº 091/SEDESA/SFA/MT de 16/07/2009, anexo.

Item 06 – quanto aos computadores e veículos adquiridos pela conveniente, estão nos municípios onde são localizados as Unidade Regionais de Supervisão URS/INDEA/MT - que executam as atividades programadas no convênio, cujo objetivo é Manutenção e Recuperação do Sistema Integrado de Saúde Animal e Vegetal com ênfase nos trabalhos com fronteira Brasil/Bolívia, delegadas aquele órgão pelo Ministério da Agricultura e cuja ação são realizadas todos os anos, o que o caracteriza por ação contínua.

Assim dentre, as metas propostas no Plano de Trabalho contemplam-se também, as aquisições de materiais permanentes incluindo veículos, computadores, que são destinados juntamente com outros bens para consecução dos fins e objetos propostos no convênio em comento.

Além dos equipamentos adquiridos com recursos de convênio, como também, com bens adquiridos com recursos próprios da Conveniente para o mesmo objetivo.

Desta forma, os computadores e veículos adquiridos por força deste Convênio estão sendo utilizados para continuidade das ações, que vem sendo executadas de forma continuada; sendo que o destino e o uso dos respectivos bens são motivos de acompanhamento “in loco” das ações executadas pela conveniente.

Item 08: O convênio nº 01/2008 não foi registrado no SICONV por parte da concedente e conveniente, haja vista, na época o sistema encontrava-se em fase de implantação pelo SERPRO apresentando muitos problemas de ordem operacional, o que impossibilitou a inclusão, mesmo após inúmeras tentativas por parte da SFA/MT e do Indea/MT, para inclusão de dados no sistema, o que só foi possível através do sistema SIAFI.

Síntese dos resultados obtidos

Foram esclarecidos os itens apresentados no Relatório de Auditoria.

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	227814/2009	4.1.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Mato Grosso			002293
Descrição da Recomendação:			
Servidores com participação na gerência ou administração de sociedade privada personificada, em inobservância do art. 117, x, da lei 8.112/90.			
Que seja formalizado processo para cada servidor que se encontra na situação apontada e informado a esta CGU a sua conclusão.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Gestão de Pessoas			
Síntese da providência adotada:			
Foram autuados processo individualizado para cada servidor que contrariou o artigo 117, X, da Lei nº 8.112/90, bem como, foram notificados para regularizarem a situação pendente junto ao órgão competente			
Síntese dos resultados obtidos			
Foram encaminhadas as solicitações de baixa das empresas sendo várias já processadas.			

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	227814/2009	4.1.3	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Mato Grosso			002293
Descrição da Recomendação:			
Contratação de serviço de informática em a observância da IN n.º 02/2008 do Ministério do Planejamento. Recomendamos que o contrato permaneça vigente até o tempo necessário para nova contratação que contemple a IN n.º 02 e 04/2008 do Ministério do Planejamento.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão Administrativa			002293
Síntese da providência adotada:			
Com referencia a contratação de empresa prestadora de serviço de informática sem a observância da In. nº 02/2008 e 04/2008 do Ministério do Planejamento Pregão Eletrônico nº 006/2008 e seu termo aditivo, temos a relatar o que segue: Com o termino da vigência do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 14/2008 com objetivo de contratação de Empresa para Suporte Técnico e Manutenção Preventiva e Corretiva de Equipamento da Rede Interna de Computadores da Sede da SFA/MT. Diante da necessidade e urgência de se realizar um novo certame licitatório com objetivo de se adequar o contrato de prestação de serviços terceirizados de informática, as orientações as Instruções Normativas SLTI/MP nº 02/2008 e nº 04/2008, que determina que as contratações sejam feitas por resultados, por produtividade, compreensíveis e observáveis, com os níveis esperado de qualidade de prestação de serviço, possibilitando respectivas adequações de pagamento, e não com base em tipos de serviços e por posto de trabalho, conforme nosso contrato vinha sendo executado com base na In SLTI/MT nº 18/2007, uma vez que tal prática traz possibilidades para a administração pública buscar resultados eficientes, mediando a prestação de serviço ofertado pela contratada, possibilitando a adequação ao respectivo pagamento. A SFA/MT iniciou as tratativas para formalização do certame licitatório a fim de se ajustar as orientações da nova normativa. Desta forma, a SFA/MT publicou o aviso de licitação do Pregão de nº 07/2010 no D.O.U. em 10/08/2010, cujo objeto é a contratação de empresa especializada no ramo de informática para prestação de serviços de suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva de equipamentos da rede interna de computadores, localizadas na sede da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFA/MT, na cidade de Várzea Grande-MT e sede da UVAGRO/CÁCERES/MT, obedecendo às prescrições legais e ao próprio edital, oferecendo os prazos para os pedidos de esclarecimentos e impugnações. Assim, até a data de 16/08/2010 às 18:48, não havia sequer um pedido de esclarecimento, o que de certa forma gerava confiança do bom andamento do certame à Comissão Permanente de Licitação desta Superintendência, já que normalmente as empresas que participarão do certame enviam suas dúvidas logo após a publicação do edital no sítio comprasnet. E de acordo com o item 12 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS – do Pregão 07/2010, o prazo para o envio de pedidos de esclarecimentos era de até 03 dias úteis antes da data de abertura do Pregão. Vejam, portanto, que os dois pedidos só foram recebidos pela CPL/SFA/MT no último dia disponível para tal ato. Assim, quando a realização de um Pregão eletrônico se dá de forma normal, geralmente em poucos dias a Pregoeira, auxiliada por sua equipe de apoio, consegue cumprir todas as etapas exigidas em Lei até a assinatura do novo contrato. Assim, mesmo sabendo que o atual contrato de prestação de serviços de suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva de equipamentos estaria vencido, esta situação se daria por um curto prazo, até que a empresa vencedora do certame começasse a atuar nesta Superintendência. Então, ao analisarmos os questionamentos das empresas, encaminhado a Comissão de Licitação via e-mails, percebemos que para preservarmos a segurança jurídica do certame, bem como em obediência aos princípios basilares da Administração Pública, precisávamos alterar alguns itens do edital do Pregão nº 07/2010. Estas alterações a principio teriam como objetivo apenas melhor esclarecer às empresas licitantes alguns pontos que, na interpretação de alguns, poderiam gerar dúvidas. Desta forma, diante dos questionamentos dos participantes da licitação, visando assegurar legalidade dos atos praticados no certame, que em 27/08/2010 a SFA/MT decidiu através do Senhor Superintendente, Dr. Francisco Costa, pela ANULAÇÃO do presente pregão, publicado no Diário Oficial da União do dia 01/09/2010.			

Por conta deste fato, gerou-se a necessidade em se contratar emergencialmente os serviços de suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva de equipamentos por 180 dias ou até que se concluisse o novo processo licitatório para o mesmo objeto, já que por este prazo os Técnicos Administrativos não teriam como realizar todos os serviços necessários na rede de informática da SFA/MT, com base no artigo 24, inciso 4º da lei nº 8.666/93, a fim de não interromper por um período relativamente extenso os serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos da rede interna de computadores da SFA/MT e suporte técnico.

Formalizou-se o processo que trata de Contratação de empresa de informática em caráter emergencial, conforme dispensa de licitação, artigo 24, insc. IV da lei nº 8666/93, o qual foi encaminhado ao NAJ/MT, que deu parecer favorável pela contratação em caráter emergencial até que se conclua o processo licitatório.

A contratação emergencial não deve ser um fato rotineiro na Administração pública, porém, o Administrador se vê diante de situações imprevisíveis, os quais requer tomar decisões urgentes, de modo a evitar paralisação na execução das atividades propostas pelo órgão e que pode refletir na política e na economia do Estado, e o serviço de informática é fator importante para colaborar na realização destas atividades.

A demora nas tratativas para elaboração do certame se deu, haja vista, a dificuldade da equipe da CPL/SFA/MT em montar o edital conforme a IN nº 02/ e 04/08 em especial na formação de indicadores tanto é que o edital continuava contendo elementos que não contemplavam adequadamente a legislação vigente.

Nesse ínterim, havia também várias licitações em andamento e uma escassez de servidores a época do fato para dar apoio à equipe da CPL na montagem dos editais, bem como, acompanhamento dos processos.

Além disso, as impugnações durante o certame contribuíram para culminar na anulação do ato licitatório. Tais fatores não justificam a contratação, mas contribuíram como entrave para o andamento e conclusão do processo em tempo hábil.

Assim, nesse lapso de tempo de duração do contrato emergencial, a SFA/MT buscou fazer um melhor planejamento para a nova contratação de serviços de T.I, para que esse novo instrumento estivesse adequado as exigências das Instruções Normativas supracitadas.

Salientamos que o novo edital foi feito buscando a eficiência, de forma que a qualidade dos serviços possa ser mensurada de acordo com o Acordo de Nível de Serviço – ANS, correlacionando assim, o pagamento ao cumprimento de tais indicadores. O novo edital já consta inclusive com os novos elementos contidos na IN nº 04/2010 que revogou a IN nº 04/2008.

Desta forma, após o retorno do processo da AGU/MT com emissão de parecer jurídico favorável para realização do certame, a citada licitação encontra-se lançada no sistema Compras Net com a abertura do certame para o dia 24/02/2011.

A fim de se evitar problemas com planejamento das ações pertinentes aos contratos administrativos, reuniu-se novamente com a equipe envolvida com contratos para reiterar as ações anteriormente niveladas com relação ao acompanhamento dos contratos administrativos.

Promoveu reunião de reavaliação das ações pertinentes as licitações da SFA/MT, com a equipe composta de DAD, SAG, Fiscais de Contratos, equipe de licitação, onde determinou mais rigor quanto ao acompanhamento dos prazos, maior observância das vigências dos contratos Administrativos, quanto ao início das tratativas de renovação do contrato e/ou início de novos processos para contratação via certame licitatório, para que fatos desta natureza não venha a ocorrer novamente causando problemas para Administração, evitando risco de interrupção dos serviços oferecidos pela Administração ou contratação emergencial.

Estabeleceu-se a exigência de efetuar um planejamento prévio das ações pertinentes as contratações, fazendo um estudo lógico, real e concreto das necessidade da Administração pública levando em consideração os princípios básicos que norteiam a Administração públicas, para que as licitações tenham os fins e os êxitos almejados.

Síntese dos resultados obtidos

Encaminhamento de Licitação de acordo com a Instrução normativa nº 04/2010

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	227814/2009	4.1.4	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Mato Grosso			002293
Descrição da Recomendação:			
Serviço de Vigilância contratado com preço acima dos valores estabelecidos pela Portaria do Ministério do Planejamento:			
a) APURAR responsabilidade de quem deu causa ao prejuízo potencial constatado; .			

b) sempre observar o término de vigência dos contratos de natureza continuada a fim de evitar que seja inviabilizado a instauração de novo procedimento e depois tenha que ser alegado emergência de uma contratação de serviço que possui plenas condições de ser devidamente planejada e licitada.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Divisão Administrativa	002293
Síntese da providência adotada:	
Com referencia a contratação de serviço de vigilância com valores que extrapolam a Portaria nº 06/07 do Ministério do Planejamento, temos a relatar o seguinte: Em meados de maio/2008 a atual Diretora Administrativa assumiu a Divisão de Apoio Administrativo, faltando sete meses para o fim da vigência do 1º Termo Aditivo ao contrato nº 05/06 firmado entre a SFA/MT e Empresa Sebival Segurança Bancária Industrial e de Valores Ltda deparando-se então com problemas inerentes a transição de gestão, como : falta recursos orçamentários e financeiro, escassez de recursos humanos, composição de nova equipe de trabalho, bem como, composição da equipe de contrato e licitação, já que na época não existia o atual setor de contrato -SCC, viagens de convocação à Brasília com representante das SFA(s)/MT e Chefes da DAD, haja vista, o atual Superintendente ter tomado posse em março/2008. Somando a estes, a Empresa Sebival Segurança encontrava-se neste momento em fase de negociação de venda da Empresa Sebival Segurança para Empresa Brink's Transportes de Valores de Segurança Ltda, o que de uma certa forma dificultou a negociação entre os responsáveis pela administração a Empresa contratada. Ainda como agravante, o Fiscal do Contrato em referência sofreu no começo de novembro/08 repentinamente um enfarte e em seguida um AVC, ficando afastado das suas funções de Chefe de SRH e Fiscal de Contrato, assumindo, sua substituta, as funções de Chefe substituta de SRH e Fiscal de Contrato. A substituta assumiu em completa situação de transtorno, vez que tal fato foi inesperado e abalou todos os servidores diante do grave quadro clínico do colega e servidor, já que este era chefe do recurso humano a muitos anos, a ponto de comunicar à Administração da proximidade do fim da vigência do Contrato que seria em 31/12/2010. Consta no processo de prorrogação do 2º Termo aditivo o ofício CT./SBL./COM./REA Nº 425/08 datado de 10/09/08 o pleito de repactuação no qual informa “ que na impossibilidade de ocorrer equilíbrio econômico-financeiro de nosso contrato vigente, sugerimos rescisão amigável com aviso prévio de 30 dias a contar desta data.” Em meio a estes percalços em 02/12/08 é que a administração encaminhou o ofício nº 82/08/SAG/DAD/SFA/MT de 02/12/2008 à contratada, solicitando manifestação acerca da prorrogação do contrato nº 05/06 por meio do 2º Termo Aditivo, mesmo frente a forma taxativa que a empresa se posicionou frente a não aceitação das condições por ela apresentada para uma possível prorrogação, do qual não obtivemos resposta, mesmo diante dessa posição por parte da empresa contratada, a administração procurou várias tentativas de negociação via telefone e até reuniões presenciais, não obtendo êxito nas negociações. Diante deste impasse, e com a proximidade da vigência do contrato, e conhecedora do tempo para se elaborar e tramitar um certame licitatório até assinatura do contrato, e ainda preocupado com a segurança do patrimônio publico, a Administração para não incorrer em erro por omissão, optou pela adoção dos procedimentos inerentes ao formalização do processo de prorrogação de Termo Aditivo. Formalizado o processo, como trâmite natural, o mesmo foi encaminhado ao NAJ em 23/12/2008, para manifestação e emissão de parecer jurídico, retornando em 30/12/08 com o seguinte parecer :“Portanto, como o termo aditivo de prorrogação tem que ser firmado até a data de 31/12/2008, impõe-se, no presente momento, a manutenção dos valores firmados no contrato original, sem qual quer reajuste/recomposição. Porém, pode/deve ser ressalvada no termo aditivo (cláusula específica) a existência do processamento do pedido de repactuação que, uma vez reconhecida a procedência, deverá ser objeto de no termo aditivo, inclusive com a retroação (início da incidência dos novos valores) prevista na norma legal (IN nº 02/08).” Em ato contínuo, a administração iniciou as tratativas para firmar o 2º Termo Aditivo com cláusula específica, reportando de um pedido de repactuação ora negociação. Desta foram, encaminhou-se em 30.12.2008 através do Ofício nº 115/2008 a minuta do 2º Termo Aditivo para a empresa apreciar e conforme orientação da AGU, foi solicitado à Empresa adequar a planilha de formação de preço à legislação vigente, ou seja, à Portaria nº 06/2007 e IN nº 02/08. Em, 30/12/2008 a contratada manifestou através do ofício nº CT./SBVL./COM./REA. Nº 055/08, pela não prorrogação do 2º Termo Aditivo, em face da impossibilidade de negociação de menor preço. Diante do acima exposto, para que administração não ficasse descoberta de serviço de segurança, e por ser responsabilidade do gestor zelar pela coisa pública, e a fim de se evitar um caos e ameaça maior de perigo ao patrimônio público resolveu pela formalização de contratação emergencial tendo como base legal o artigo 24 da lei nº 8.666/90 inciso IV, ao mesmo tempo em que determinou as providências para abertura de novo certame licitatório para contratação do serviço de segurança desta SFA-MT. Não obstante os acontecimentos que culminaram com a contratação emergencial, procedimento que, sabemos, não deve ser rotineiro na administração pública, o que foi considerado primeiramente foi o zelo pela	

coisa pública e em segundo lugar mesmo tendo firmado contrato emergencial no valor de R\$ 22.553,71 (vinte e dois mil quinhentos e cinquenta e três reais e setenta e um centavos), com vigência de 01/02/2009 a 31/07/2009, e sendo esse valor acima do limite fixado pela Portaria nº 06 de 28/12/2007 para contratação de serviço de vigilância, consideramos que a mesma se encontrava com valores defasados, tão é que, logo em seguida, esta foi reajustada e substituída pela Portaria nº 04, de 18/05/2009.

Temos a considerar ainda que o preço firmado de R\$ 22.553,71 (vinte e dois mil quinhentos e cinquenta e três reais e setenta e um centavos) não estava muito além das expectativas de preço da época, tanto que o contrato firmado com a empresa de segurança após o certame licitatório na modalidade pregão eletrônico foi de R\$ 21.018,48 (vinte e um mil, dezoito reais e quarenta e oito centavos).

Muitas vezes, ao agente público vem à responsabilidade de tomar decisões imediatas e seguras, ponderando caso a caso para que as ações tenham um resultado coerente. No nosso caso se tratava de salvaguardar o patrimônio público, já que estamos localizados as margens do rio Cuiabá/MT cercado pelas matas ribeirinhas, abrigada em uma área de 6.000 hectares, além da existência de outros órgãos públicos pelos quais essa SFA/MT co-responsável.

b) A fim de sanar os problemas evidenciados a Administração, diagnosticando os motivos que levaram a ocorrência de fatos não recomendáveis como a contratação de forma emergencial de prestação de serviço de vigilância, resolveu e adotou os seguintes procedimentos:

☐ Promoveu reunião, de caráter decisório com a equipe composta de DAD, SAG, Fiscais de Contratos, equipe de licitação, onde determinou mais rigor quanto ao acompanhamento dos prazos, maior observância das vigências dos contratos Administrativos, quanto ao início das tratativas de renovação do contrato e/ou início de novos processos para contratação via certame licitatório, para que fatos desta natureza não venha a ocorrer novamente causando problemas para Administração, evitando risco de interrupção dos serviços oferecidos pela Administração ou contratação emergencial.

☐ Estabeleceu-se a exigência de efetuarem um planejamento prévio das ações pertinentes as contratações, fazendo um estudo lógico, real e concreto das necessidades da Administração pública levando em consideração os princípios básicos que norteiam a Administração públicas, para que as licitações tenham os fins e os êxitos almejados.

☐ Criou-se ferramentas de monitoramento como planilhas para acompanhamento de contratos no que diz respeito à vigência.

☐ Criou-se formas de comunicação entre fiscais de contratos e a administração no sentido de se alertar sobre as vigências e a execução da prestação de serviço da contratada seja vigilância ou outro tipo de contrato.

☐ Durante a reunião foi alertada e até exigida a leitura do manual de gestão e fiscalização de contrato do Ministério da Agricultura disponível no site do MAPA, bem como leitura de legislação vigente referente ao assunto de contratação de serviços.

☐ Programou-se ainda reuniões semestrais entre os atores envolvidos com fiscalização, acompanhamento de contratos e a cúpula da administração, no sentido de avaliar as ações bem como harmonizar procedimentos e trocas de experiências entre os mesmos.

☐ Para se alcançar o entendido e o determinado na citada reunião chegou-se a alterar a disposição física das salas com os servidores e respectivos trabalhos.

Síntese dos resultados obtidos

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	253706	3.1.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Mato Grosso			002293
Descrição da Recomendação:			
Face ao exposto, recomenda-se ao gestor que, em havendo nova prorrogação de prazo, faça constar no termo de			

convênio, em epígrafe, cláusula específica que indique a forma pela qual a execução física do objeto será acompanhada, informando os recursos humanos e tecnológicos que serão empregados na atividade. Da mesma forma, que adote medidas para que nos próximos instrumentos de transferência pactuados pela UJ sejam observadas as mesmas exigências legais.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Serviço de Sanidade Animal	002293
Síntese da providência adotada:	
A elaboração de minutas de contrato de convênio é uma atribuição de setor responsável junto a Secretaria de Defesa Agropecuária. Estamos enviando a este setor as constatações e recomendações apresentadas para que seja feita a adequação da minuta no que tange ao acompanhamento e fiscalização do convênio e sua metodologia.	
Síntese dos resultados obtidos	
Encaminhamento da constatação e recomendação à SDA	

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	253706	3.1.1.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Mato Grosso			002293
Descrição da Recomendação:			
Face ao exposto, recomenda-se ao gestor que adote medidas para que o conveniente informe no SICONV os beneficiários finais de todos os pagamentos efetuados com recursos do Convênio 01/2009.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Sanidade Animal			002293
Síntese da providência adotada:			
Será determinado ao INDEA que informe no SICONV os beneficiários finais de todos os pagamentos efetuados com recursos do Convênio 01/2009.			
Síntese dos resultados obtidos			
Encaminhamento de determinação ao INDEA.			

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	253706	3.1.1.3	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Mato Grosso			002293
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 001 – Face ao exposto, recomenda-se ao gestor que, em relação ao Convênio nº. 01/2009, providencie a inclusão no SICONV de todas as informações requeridas pela Portaria nº. 127/2008 e, ainda, aquelas previstas no Termo de Convênio.			
Recomendação 002 – Recomenda-se ao gestor adotar medidas visando a capacitação dos servidores que atuam na área de convênios da Unidade.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Sanidade Animal			002293
Síntese da providência adotada:			
Será determinada ao INDEA a inclusão no SICONV todas as informações requeridas na Portaria Interministerial nº. 127/2008, que prevê que deverão ser registradas as informações referentes às licitações realizadas pelo conveniente (atas, participantes, propostas, dispensas, inexigibilidade) e as relacionadas à movimentação de			

recursos do convênio (pagamentos realizados, identificação do beneficiário final da despesa, com nome, sobrenome e CPF ou CNPJ, identificação do contrato a que se refere ao pagamento, a meta, etapa ou fase do plano de trabalho correspondente, NF, etc.).

Serão inseridos no SICONV todos os relatórios de acompanhamento do convênio 01/2009, realizados pela SFA/MT/MAPA.

Em relação à capacitação de servidores, a SFA estará promovendo uma revisão na metodologia de acompanhamento e fiscalização de convênios, aproveitando inclusive a experiência de outras Superintendências, com a correspondente capacitação dos servidores.

Síntese dos resultados obtidos

Encaminhamento de determinação ao INDEA. Está sendo efetuado o cadastramento dos dados de acompanhamento no SICONV. Está sendo agendado a data da capacitação dos servidores

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	253706	3.1.1.4	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Mato Grosso			002293
Descrição da Recomendação:			
Face ao exposto, recomenda-se ao gestor notificar o Conveniente, assinalando prazo para que: a) conclua a contratação do sistema de autotrac; b) apresente justificativa para o atraso verificado nas atividades de supervisão da fiscalização móvel, bem como emita informes sobre a atual situação dos trabalhos, informando, ainda, se houve prejuízos para as ações do convênio; e c) remeta a documentação pertinente às dispensas de licitação para que o Concedente proceda a uma adequada análise sobre a legalidade e a economicidade das contratações realizadas			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Sanidade Animal			002293
Síntese da providência adotada:			
O INDEA será notificado que deve concluir a contratação do sistema AUTOTRAC. Será solicitada ao INDEA uma justificativa para o atraso das atividades de supervisão da fiscalização móvel na fronteira com a Bolívia, solicitando informação sobre a atual situação dos trabalhos e se esse atraso causou prejuízos para as ações do convênio. O INDEA será notificado para que remeta à SFA/MT/MAPA a documentação pertinente às dispensas de licitação, para que seja possível uma adequada análise sobre a legalidade e a economicidade das contratações realizadas.			
Síntese dos resultados obtidos			
Encaminhamento de notificação ao INDEA.			

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	253706	3.1.1.5	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Mato Grosso			002293
Descrição da Recomendação:			
Face ao exposto, recomenda-se ao gestor aprimorar o acompanhamento do Convênio nº. 01/2009, incluindo entre os procedimentos de rotina a verificação da legalidade e economicidade dos atos praticados pelo conveniente, sobretudo aqueles relacionados às aquisições de bens e serviços objeto do convênio em epígrafe.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Sanidade Animal			002293
Síntese da providência adotada:			

Será designado um servidor capacitado, visando o aprimoramento do acompanhamento do convênio nº. 01/2009, incluindo entre os procedimentos de rotina a verificação da legalidade e economicidade dos atos praticados pelo conveniente, sobretudo aqueles relacionados às aquisições de bens e serviços objeto do convênio.

Síntese dos resultados obtidos

Para os convênios de 2011 já foram designados os técnicos que farão o acompanhamento e será designado ainda servidores da área administrativa para auxiliarem no acompanhamento nesta área.

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	253706	3.1.1.6	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Mato Grosso			002293
Descrição da Recomendação:			
Recomenda-se ao gestor que, nos próximos convênios e caso haja nova prorrogação do Convênio nº. 01/2009, avalie cuidadosamente as metas previstas no plano de trabalho, visando certificar a viabilidade e a capacidade de execução, para que não haja metas superestimadas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Sanidade Animal			002293
Síntese da providência adotada:			
O gestor se compromete a avaliar cuidadosamente as metas previstas nos planos de trabalho dos próximos convênios, visando certificar a viabilidade e a capacidade de execução, para que não hajam metas superestimadas.			
Síntese dos resultados obtidos			
Está sendo levado em consideração esta recomendação na análise de viabilidade dos planos de trabalho para os convênios a serem celebrados em 2011.			

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	253706	4.1.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Mato Grosso			002293
Descrição da Recomendação:			
Recomenda-se ao gestor abster-se de utilizar recursos de uma categoria de programação em outra, em observância ao princípio da legalidade e da eficiência na administração pública. Recomenda-se, ainda, em relação à obra contratada por meio da Tomada de Preços n.º 01/2010, que o dirigente faça gestão junto ao Órgão central para que seja regularizada a situação da mesma.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Mato Grosso			002293
Síntese da providência adotada:			
Com relação à recomendação 001, o gestor já determinou à Divisão Administrativa – DAD/SFA/MT, através do Memorando n.º 010/2011-GAB/SFA/MT, que nas próximas licitações não sejam utilizados recursos de uma categoria de programação em outra. Registramos que foi utilizada esta categoria de programação em razão da disponibilização de recursos pelo Órgão Central na referida categoria, uma vez que o mesmo tipo de serviço já havia sido realizado em outras Superintendências do país na mesma modalidade, sem que tenha havido restrições por parte dos Órgãos de Controle. Não obstante a categoria de programação utilizada, salientamos que não houve prejuízos ao erário e nem aos participantes do processo licitatório, já que a licitação foi feita de forma transparente e não houve cerceamento de			

direito das empresas concorrentes.

Destacamos que será feita gestão junto à Coordenação Geral de Orçamento e Finanças – CGOF/MAPA, com vistas à regularização da situação.

Da mesma forma, será feita também gestão junto à Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso (SPU/MT) com vistas à incorporação da obra no patrimônio da União.

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	253706	4.1.1.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Mato Grosso			002293
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 001 Face ao exposto, recomenda-se ao gestor que se abstenha de realizar licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços, sem que haja orçamento prévio detalhado em planilhas que demonstrem a composição de todos os seus custos unitários. Recomendação 002 Nas próximas licitações para execução de obras ou prestação de serviços que a UJ realizar, que passe a exigir dos participantes a demonstração da composição dos custos unitários e do BDI adotado na proposta. Recomendação 003 Recomenda-se, ainda, que o gestor adote medidas visando à reformulação do orçamento da obra de modo que seja transparente toda a despesa a ser realizada.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Mato Grosso			002293
Síntese da providência adotada:			
Com relação à recomendação 001, o gestor já determinou à Divisão Administrativa – DAD/SFA/MT, através do Memorando n.o 010/2011-GAB/SFA/MT, que nas próximas licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços haja orçamento prévio detalhado em planilhas que demonstrem a composição de todos os seus custos unitários. No que diz respeito à recomendação 002, o gestor também já determinou à Divisão Administrativa – DAD/SFA/MT, através do Memorando n.o 010/2011-GAB/SFA/MT, que nas próximas licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços seja exigida dos participantes a demonstração da composição dos custos unitários e do BDI adotado na proposta. No que se refere à recomendação 003, a Administração solicitará à Contratada o encaminhamento de orçamento prévio detalhado em planilhas que demonstrem a composição de todos os seus custos unitários e do BDI adotado.			
Síntese dos resultados obtidos			
Foram encaminhadas as determinações ao setor responsável pelas compras bem como está sendo comunicada a contratada para apresentar o orçamento detalhado.			

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	253706	4.1.1.3	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Mato Grosso			002293
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 001 Face ao exposto, recomenda-se ao gestor que adote medidas para que nas próximas licitações realizadas pela UJ, as ARTs e todos os demais documentos pertinentes sejam devidamente autuados no processo administrativo respectivo. Recomendação 002 Recomenda-se, ainda, que nos próximos procedimentos licitatórios a UJ passa a exigir do autor da planilha			

orçamentária a declaração prevista na LDO 2010, a qual deverá constar do projeto básico.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Mato Grosso	002293
Síntese da providência adotada:	
Com relação à recomendação 001, o gestor já determinou à Divisão Administrativa – DAD/SFA/MT, através do Memorando n.º 010/2011-GAB/SFA/MT, que nas próximas licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços as ARTs e todos os demais documentos pertinentes sejam devidamente autuados no processo administrativo respectivo. Já com relação à recomendação 002, o gestor também já determinou à Divisão Administrativa – DAD/SFA/MT, através do Memorando n.º 010/2011-GAB/SFA/MT, que nas próximas licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços seja exigida do autor da planilha orçamentária a declaração prevista na LDO 2010, a qual deverá constar do projeto básico.	
Síntese dos resultados obtidos	
Foram encaminhadas as determinações ao setor responsável pelas compras.	

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	253706	4.1.1.4	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Mato Grosso			002293
Descrição da Recomendação:			
Face ao exposto, recomenda-se ao gestor abster-se de admitir o uso da rubrica “verba” como unidade de medida nas planilhas orçamentárias das licitações realizadas pela UJ.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Mato Grosso			002293
Síntese da providência adotada:			
O gestor já determinou ao Setor de Compras e Contratos, através do Memorando n.º 010/2011-GAB/SFA/MT, que nas próximas licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços não seja admitido o uso da rubrica “verba” como unidade de medida nas planilhas orçamentárias das licitações realizadas pela UJ.			
Síntese dos resultados obtidos			
Foram encaminhadas as determinações ao setor responsável pelas compras			

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	253706	4.1.1.5	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Mato Grosso			002293
Descrição da Recomendação:			
Face ao exposto, recomenda-se ao gestor adotar providências para a imediata solução do impasse, visando a evitar os prejuízos e transtornos que poderão advir, caso persista a indefinição em torno da continuidade ou não da obra contratada.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Mato Grosso			002293
Síntese da providência adotada:			

O tempo transcorrido entre a assinatura do Contrato e o início dos serviços deveu-se à necessária avaliação do projeto feita agora pelas partes contratada e contratante, quando se concluiu pela necessidade da elaboração do Termo Aditivo devido à ausência e/ou subdimensionamento de alguns itens imprescindíveis ao início dos serviços, em valores substancialmente inferiores aos propostos inicialmente pela contratada.

Após as devidas negociações a SFA/MT notificou a contratada exigindo o imediato cumprimento do contrato com ela firmado, tendo o serviço iniciado em dezembro de 2010.

Síntese dos resultados obtidos

A obra está em andamento.

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	253706	4.1.1.6	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Mato Grosso			002293
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 001 Diante do exposto, recomenda-se que a SFA-MT adote medidas para a execução no preço contratado ou responsabilize a Contratada por não cumprir compromisso firmado em licitação pública, no caso de recusa desta. Recomendação 003 Em caso de recusa da contratada, consultar os licitantes seguintes sobre a possibilidade de execução da obra. Recomendação 004 Caso não consiga que a contratada execute a obra no preço contratado nem que nenhuma das licitantes execute, deve-se proceder nova licitação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Mato Grosso			002293
Síntese da providência adotada:			
A SFA/MT, após a devida análise jurídica, não aceitou as condições propostas pela contratada para a formalização do Termo Aditivo. Somente após análise mais detalhada pela contratante e contratada, quando se constatou que realmente existiam itens que não constavam ou estavam subdimensionados no projeto inicial, é que a SFA/MT resolveu firmar o 1.º Termo Aditivo, cujos valores foram bem inferiores àqueles anteriormente propostos, pois apenas os itens realmente faltantes ou subdimensionados foram incluídos, desconsiderando-se aqueles referentes a possíveis alterações na estrutura como constava na proposta anterior. Resolvida tal situação, a Administração notificou a contratada exigindo o imediato cumprimento do contrato com ela firmado, sob pena de rescisão unilateral e responsabilização da mesma, tendo o serviço iniciado em dezembro de 2010. Uma vez que os serviços foram iniciados, não foram necessárias a adoção de providências com relação às recomendações 003 e 004.			
Síntese dos resultados obtidos			
A contratada iniciou a execução da obra.			

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	253706	4.1.1.7	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Mato Grosso			002293
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 001 Diante do exposto, recomenda-se ao gestor que, em decidindo pela continuidade do contrato, promova os estudos necessários para identificar e readequar os preços manifestamente acima do mercado, visando a assegurar a legalidade e a economicidade da contratação.			

Recomendação 002	
Recomenda-se ao gestor atentar para a possibilidade de ocorrência de “jogo de planilha”, em função das alterações que vier a promover no projeto da obra, tendo em vista a necessidade de preservar os interesses da Administração e evitar danos ao erário.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Mato Grosso	002293
Síntese da providência adotada:	
Com relação às recomendações 001 e 002, a Administração, através do Ofício n.º 048/2011 – GAB/SFA/MT, já solicitou à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Norte – SFA/RN, conforme prévio contato telefônico mantido com a mesma, a disponibilização de Engenheiro Civil que compõe seu quadro de servidores para análise do processo e emissão de parecer relativo às recomendações efetuadas pela CGU, considerando-se que esta SFA-MT não dispõe de profissional com formação adequada para executar os estudos e análises por ela recomendados, tendo em vista a complexidade do tema.	
Síntese dos resultados obtidos	
Foi solicitada a presença de um Engenheiro Civil dos quadros do MAPA para auxiliar a análise do processo e definição das medidas a serem tomadas.	

15.4 Recomendações do Órgão de Controle Interno pendentes de atendimento ao final do exercício

NÃO SE APLICA

16 Informações Contábeis da Gestão

17 Quadro II

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
SUPERINT. FED. DE AGRIC., PEC. E ABASTECIMENTO-MT			130077
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) CONTA COM IMPROPRIEDADE: 142900000. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2010.
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T – GO



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que constam nos assentamentos funcionais dos servidores Alberto Jerônimo Pereira e José Calazans dos Santos, cópias de suas respectivas Declarações de Imposto de Renda, Ano-base 2009 Exercício 2010.

Brasília, 15 de fevereiro de 2011

Carlos Antonio Portoguez de Assunção
Chefe de Divisão da CGAP

DECLARACAO/SLMBS
15/2/2011

FIM